

5.0 - CREDITO, FINANCIAMENTO E COOPERATIVISMO

5.1 - Fianaciamento Rural

II - Desenvolvimento:

2.0. - POSIÇÃO DO TEMA NA CONJUNTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2.01- Evidentemente não poderíamos deixar de dar a devida importância ao sub-tema que ora se apresenta para uma análise na conjuntura sócio-econômica do Estado do Rio de Janeiro.

2.02- Dados Informativos:

Da análise e estudo procedidos nos vários documentos existentes no Levantamento Sócio-Econômico, ficou constatado que:

- 1 - As linhas de crédito para curto e médio prazo, são suficientes, o mesmo não acontecendo em relação aos financiamentos a longo prazo.
- 2 - A rede bancária particular, existente, satisfaz às necessidades de crédito, ultrapassando-as às vezes, em determinados casos.
- 3 - A necessidade de ampliação de rede bancária do Banco do Brasil e do Banco do Estado do Rio, nas praças que justifiquem a sua instalação, entre outras as de Porciúncula, e Lage de Muriaé.
- 4 - São inúmeras e constantes as solicitações no sentido de serem restabelecidos os empréstimos para recria, suspensos desde maio de 1964. Essa suspensão está ocasionando sérias dificuldades aos criadores. Impõe-se, também, a supressão das restrições instituídas em relação ao gado de leite, para que seja obtido maior desenvolvimento desse ramo da pecuária.
- 5 - Existem também reclamos no sentido de que o Banco do Estado e a Caixa Econômica ampliem suas atividades em todo o Estado, particularmente nas zonas rurais, o que não está acontecendo.
- 6 - O sistema de "warrants" tem sido impraticável na maioria dos municípios fluminenses, pela falta de confiança que inspira a rede bancária.

- 7 - Os empréstimos para a agricultura devem ser, sempre que possível, acompanhados do seguro agrícola o que representaria tranquilidade para o agricultor e maior segurança para o órgão financiador.
- 8 - O sistema bancário nacional oferece plena assistência financeira e creditícia à lavoura e à pecuária, dispondo de linhas especiais de crédito, entre outras a FUNFERTIL para custeio e investimento das atividades agro-pastoris.
- 9 - Seria também de grande utilidade para a agricultura, dar maior difusão sobre o uso dos seguintes títulos: nota de crédito rural, cédula rural pignoratícia e, principalmente, a cédula rural pignoratícia hipotecária, que proporcionam grande redução de despesas nas operações financeiras.
- 10- A promissória rural pode ser considerada satisfatória, pela possibilidade de desconto nos bancos, bem como pela comercialização de produtos agro-pecuários, isenção de selos, pelos juros módicos e sem dificuldades burocráticas, havendo somente necessidade de maior divulgação sobre as vantagens que a mesma oferece.
- 11- Ficou evidenciado o fato de que muitos agricultores desconhecem o trinômio Crédito, Financiamento e Cooperativismo, motivo pelo qual o mesmo é mal utilizado apesar da existência de ampla rede bancária.
- 12- A Aliança para o Progresso e o Banco Interamericano do Desenvolvimento necessitam de maior divulgação quanto à possibilidade de serem obtidos financiamentos.

III - Conclusões:

- 3.0 - Considerando que o crédito a curto e médio prazo, satisfaz perfeitamente às necessidades, havendo restrições somente quanto aos financiamentos a longo prazo, mister se faz que as autoridades competentes tomem as providências necessárias para que o mesmo possa ser incrementado, buscando-se, para isso, se necessário, as fontes de financiamento internacionais tais como o Banco Internacional do Desenvolvimento.

Deve ser dada ampla divulgação às linhas de crédito rural proporcionadas aos agricultores, procurando-se maior entrosamento entre os agentes financeiros e os órgãos de informação agrícola.

- 3.1 - Considerando-se que na implantação da moderna tecnologia agronômica e rural, o crédito poderá ser considerado importante instrumento, necessário se faz que os órgãos de extensão rural e assistência técnica procurem mediante - convênios com os agentes financeiros obter um completo entrosamento.
- 3.2 - Os órgãos governamentais deverão colaborar com os produtores a fim de possibilitar-lhes melhor comercialização, distribuição de suas safras, proporcionando para tal fim:
- a) a garantia de preços mínimos deverá ser estendida ao maior número possível de produtos.
 - b) maior praticabilidade no uso do "warrant". Para que esse título possa cumprir suas finalidades, mister se faz, que os Armazéns Gerais sejam considerados órgãos auxiliares do sistema bancário e, conseqüentemente, pasem ao contrôlo do Banco Central da República.
 - c) adoção de medidas, elaboradas pelos organismos financeiros, visando à redução do custo do crédito para os produtores, principalmente através da utilização de cooperativas.

5.0 - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E COOPERATIVISMO5.2 - Crédito IndustrialII - Desenvolvimento:2.0 - POSIÇÃO DO TEMA NA CONJUNTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2.01- É de se salientar a importância do sub-tema na conjuntura sócio-econômica do Estado do Rio de Janeiro.

2.02- Dados Informativos:

Da análise procedida nos vários documentos existentes no Levantamento Sócio-Econômico, constatou-se que:

- 1 - A rede bancária estadual satisfaz perfeitamente as necessidades normais de crédito.
- 2 - A indústria se debate com a dificuldade de obter financiamentos para capital de giro.
- 3 - O Banco do Brasil e o Instituto do Alcool e Açúcar devem estudar os financiamentos de estocagem de açúcar com a necessária antecedência, de modo que os créditos estejam aprovados e autorizados antes do início das respectivas safras e em bases compatíveis com as condições reais do mercado.
- 4 - É imprescindível que a divulgação do Plano de Safra Anual, elaborado e aprovado pelo Instituto do Alcool e Açúcar, seja feita com antecedência mínima de 30 dias do início de cada safra.
- 5 - Devem ser intensificados também os financiamentos para empresas de transporte coletivo que lutam com sérias dificuldades para conseguí-los em vista da peculiaridade do seu sistema operacional e do elevado custo de suas unidades.

III - Conclusão

3.0 - Com a criação da Comissão de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (CODERJ) que, apesar de funcionar há pouco tempo, realizou e vem realizando um trabalho grandioso, o parque industrial do Estado terá condições de desenvolvimento e aprimoramento.

Por intermédio da CODERJ, a indústria deveria ser melhor esclarecida a respeito da vasta linha de créditos oferecida pela rede bancária estadual.

O Banco do Brasil, com especialidade, dispõe de uma variada linha de créditos para a indústria das quais desta-

camos o seguinte: FUNDECE, FUNAB, CREA e FINEPE.

Finalizando, concluimos que, com as medidas tomadas e as que vierem a ser tomadas, as dificuldades tenderão a desaparecer e haverá um surto de progresso em todos os setores da atividade humana.

5.0 - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E COOPERATIVISMO

5.3 - Crédito Comercial

II - Desenvolvimento:

2.0 - POSIÇÃO DO TEMA NA CONJUNTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2.01- Inicialmente devemos ressaltar a grande importância do sub-tema na conjuntura sócio-econômica do Estado do Rio de Janeiro.

2.02- Dados Informativos:

Do estudo e análise procedidos nos vários documentos existentes no Levantamento Sócio-Econômico, ficou constatado que:

- 1 - O crédito fácil, abundante e barato é uma das condições básicas para que o comércio possa progredir e se desenvolver.
- 2 - Devem ser diminuídas as taxas de juros atualmente cobrados e aumentados os prazos para resgate dos títulos.
- 3 - Devem ser eliminadas as dificuldades burocráticas e reduzidas as despesas nas operações financeiras.
- 4 - A rede bancária supre satisfatoriamente as necessidades do comércio.
- 5 - Há dificuldades na obtenção de financiamentos para capital de giro.

III - Conclusão

- 3.1- Em face da criação do Banco Central e das profundas modificações que vêm ocorrendo no sistema bancário, quanto a juros, prazos, garantias e títulos de operação, a tendência é para a normalização dos óbices apontados.
- 3.2- A rede bancária é sólida e conta com poderosos bancos que possuem grande número de agências disseminadas por toda a superfície do Estado do Rio de Janeiro.

5.0 - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E COOPERATIVISMO5.4 - CooperativismoII - Desenvolvimento2.0 - POSIÇÃO DO TEMA NA CONJUNTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2.01- Dos 63 municípios fluminenses, somente em 8 não se constata a existência de movimento cooperativista. Predominam as Cooperativas Agro-Pecuárias, principalmente as de laticínios graças aos esforços desenvolvidos na década de 40 pela antiga Comissão Executiva do Leite. O quadro a seguir, indica a distribuição das cooperativas no Estado:

Tipo	Nº de Coop	Mun. com	Número de Cooperativas por município							
			0	1	2	3	4	5	6	+ 7
Agro-pecuária	75	41	22	22	10	5	3	-	1	-
Consumo	85	27	36	9	6	3	3	1	2	2
Crédito	20	15	48	12	2	-	1	-	-	-
Escolar	45	23	40	13	7	1	-	1	-	1
Diversas	9	4	59	1	2	3	1	-	-	-
Totais	234	XX	XX	XX	XX	XX	X	XX	XX	XX

2.02- Através exame dos documentos municipais, dos relatórios das Comissões Municipais e das notas taquigráficas, bem como dos dados estatísticos, conclui-se que o Cooperativismo é bem aceito pela população consultada por considerá-lo fator primordial para o desenvolvimento da economia de produtores e consumidores. É significativo o número de associados a cooperativas no Estado, número que ultrapassa a casa dos 85.000.

2.03- Reconhecem, entretanto, que a falta de uma adequada assistência técnica e financeira tem impossibilitado o fortalecimento do movimento, haja visto que as cooperativas existentes, com raras exceções, não oferecem bons preços aos associados e vivem graças às isenções tributárias. - Consideram que as cooperativas são instrumentos eficazes na elevação do nível de vida de ampla faixa populacional, especialmente agricultores, pescadores, operários de indústrias e consumidores em geral. Consideram, ainda, que as cooperativas podem prestar grande variedade de serviços e satisfazer numerosas necessidades econômicas e sociais.

III - CONCLUSÃO

- 3.0 - É pacífica, pois, a tese do desenvolvimento do cooperativismo como solução dos problemas sociais e econômicos da população, restando-nos sugerir as medidas seguintes que visam a atender os reclamos quanto à falta de assistência técnica e financeira no tocante a essa atividade.
- 3.1 - Por força de dispositivos legais, cabe ao DAC - (Departamento de Assistência ao Cooperativismo) Estadual desenvolver programas de assistência técnica e educacional às cooperativas sugeridas a seguir:
- 3.1.0 - Que esses programas objetivem capacitá-las a assumir um papel de instrumento racional e dinâmico do desenvolvimento regional. Para tanto, devem os responsáveis por a quêle órgão tomar as seguintes medidas:
- 1) Promover trabalho de campo, que vise a um levantamento sócio-econômico complementar de todas as cooperativas do Estado
 - 2) Ampliar e fortalecer as cooperativas já existentes, visando a integrá-las na política geral do cooperativismo.
 - 3) Restaurar as cooperativas fechadas que apresentem condições favoráveis de recuperação e promover a liquidação geral daquelas que não reúnem condições mínimas para se manterem em funcionamento.
 - 4) Promover a criação de novas cooperativas em áreas que apresentem suporte econômico e demográfico capaz de justificá-las.
 - 5) Aperfeiçoar o sistema técnico-contábil das cooperativas, visando a atingir progressivamente a padronização do sistema de contas.
 - 6) Elaborar, em cooperação com organismos estaduais competentes, ou contratar com escritórios especializados, projetos técnicos para investimento fixo em cooperativas que ofereçam condições econômicas e financeiras satisfatórias.
 - 7) Organizar, mediante planejamento adequado, Federações ou Cooperativas Centrais, onde se concentrarão os serviços de assistência técnica às cooperativas federadas e que se constituirão no instrumento básico para o desenvolvimento do cooperativismo estadual.
 - 8) Formar e treinar pessoal especializado, através de Cursos populares de Cooperativismo, Cursos de Capacitação para Administradores de Cooperativas e Cursos de Treinamento para Contabilistas de Cooperativas.

- 3.2 - Que o Governo do Estado promova, diretamente, ou através do DAC, gestões junto às instituições financeiras oficiais e privadas, para ampliação de suas linhas de crédito ao setor, principalmente na forma de financiamento ao coperado para integralização de seu capital na cooperativa, condicionados porém a aplicação desses recursos a projetos específicos de investimentos pelas cooperativas.
- 3.3 - Gestões junto às autoridades responsáveis pela política de abastecimento, principalmente dos órgãos ligados à SUNAB, para que a COBAL, a CIBRAZEM e a CFP executem seus programas em consonância com as cooperativas.
- 3.4 - Finalmente, para a execução de um programa de tal magnitude, mister se faz, uma reformulação administrativa do DAC, dotando-o de recursos materiais e humanos suficientes para o desempenho satisfatório das metas acima apontadas e de forma a poder contribuir para o desenvolvimento econômico do Estado.

00000000

6.0.- COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

II - DESENVOLVIMENTO

2.0. POSIÇÃO DO TEMA, NA CONJUNTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O abastecimento de gêneros alimentícios, abrangendo os problemas relacionados com as disponibilidades, o beneficiamento, o transporte, o armazenamento, a industrialização, os preços e o consumo de alimentos, é tema da maior importância, na conjuntura sócio-econômica do Estado do Rio de Janeiro.

A alimentação é necessidade vital básica, e o seu adequado atendimento, condição indispensável, não somente à saúde e ao bem-estar dos indivíduos, como, também, à prosperidade e segurança das coletividades.

A demanda de alimentos, além de abranger uma série diversificada de produtos, exige suprimentos continuamente renovados a curto espaço de tempo, de modo a atender, diariamente, às necessidades biofisiológicas dos consumidores; tais produtos, além de fornecidos em volume e qualidade convenientes, devem, outrossim, estar ao alcance do poder aquisitivo das populações.

Na sua produção, bem como nas sucessivas etapas do abastecimento, empenham-se grandes parcelas de mão-de-obra e de capital, representando, assim, o setor alimentar, um dos mais importantes ramos da atividade econômica de qualquer nação. A maior parte dos rendimentos familiares são empregados na aquisição de alimentos, e o percentual é tanto mais elevado, quanto mais baixas são as rendas (lei de Engels); dêsse modo, custos elevados de alimentação contribuem para reduzir as possibilidades de poupança e, conseqüentemente, dos investimentos, constituindo-se em poderoso entrave ao desenvolvimento econômico nacional, ou regional.

Por todos êsses motivos, o problema do abastecimento constitui preocupação fundamental e permanente, e as crises de escassez de gêneros, como, também, a constante elevação dos preços dessas utilidades, são causas preponderantes da inquietude que agita as nações, nos setores econômico e político-social.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, dados divulgados pelo Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, revelam que, em Niterói, o custo da alimentação, tomando 1948 como ano base e com índice 100, elevou-se, em 1961, ao índice 1.064 e, em 1963 (1º semestre), ao índice de 4.208, apresentando, assim, aumentos superiores ao do próprio custo geral de vida que, no mesmo período, cresceu de 100, para 4.116.

Por outro lado, num inquérito sobre orçamentos familiares, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, em algumas cidades fluminenses, ficou evidenciado que famílias com rendas mais elevadas, gastavam, em despesas com alimentação, cêrca de 40% do seu orçamento, enquanto que nas famílias de rendas mais baixas, êste percentual subia a mais de 60%.

Devemos considerar, ainda, que, no território fluminense, situa-se uma das zonas que pode ser considerada como das mais "explosivas" do País, a baixada da Guanabara, que abrange, entre outros, os municípios de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, São Gonçalo e Nilópolis; esta região registra um dos maiores índices de densidade demográfica do País e conta com grandes faixas de população economicamente marginalizada pelo sub ou desemprego, o que representa excelente caldo de cultura para qualquer tipo de agitação político-social. Êste foco de perturbação estende sua influência às áreas circunvizinhas, cujo processo de ocupação de terras foi violentado e distorcido, por uma desordenada especulação fundiária.

Registre-se, também, que o crescimento demográfico do Estado do Rio se realiza em ritmo intensivo (3,8%), principalmente no setor urbano (6,5%), estimando-se que a população fluminense duplicará nos próximos 20 anos.

Outrossim, a renda líquida, "per capita", no Estado, que, em 1960, ocupava o 5º lugar no País, cresce, também, em ritmo mais acelerado que a média nacional.

Finalmente, causa, também, de sérias perturbações na economia geral e, particularmente, na economia alimentar fluminense, vem a ser a vizinhança de poderosas unidades econômicas da Federação, tais sejam os Estados de São Paulo, Guanabara e Minas Gerais.

Tal vizinhança, se de um lado beneficia o Estado do Rio, por

serem grandes centros econômico-culturais e amplos mercados de consumo, por outro, constitui fator de desequilíbrio e desajustamento, em virtude do desnível do estágio de desenvolvimento de sua economia, comparativamente ao daquelas Unidades, não somente quanto à estrutura e funcionamento do sistema de produção e distribuição de bens de capital e consumo - inclusive, no setor alimentar - como quanto à organização e dimensionamento dos mercados consumidores. Isto traz, em consequência, que, tanto o produtor, como o consumidor fluminense, competem, desvantajosamente, na disputa dos fatores de produção e na conquista de mercados, alcançando, em ambos os casos, constantemente, posições secundárias, ou marginais, subordinados que estão aos interesses e injunções de seus poderosos vizinhos, o que reduz as suas margens de lucro e, conseqüentemente, as possibilidades de reinvestimento em recursos tecnológicos que propiciem o aumento da produção e a melhoria da produtividade.

Ativos são, portanto, os fatores que incrementam a demanda de alimentos, contrastando com os quadros que se verificam no setor da oferta estadual desses gêneros.

Embora apresente condições naturais para o incremento, em larga escala, da agropecuária e com ampla possibilidade de diversificação de produtos alimentícios, o Estado do Rio importa, habitualmente, de outras Unidades da Federação, arroz, milho, feijão, batatas, cebola, gordura e óleos vegetais, banha, carnes bovina e suína e, ainda, frutas diversas, gêneros esses cuja produção regional não é suficiente para atender às necessidades da população.

Os quadros estatísticos de produção desses e de outros gêneros, não demonstram sinais de melhoria; ao contrário, observam-se, nas séries estatísticas dos últimos anos, com exceção, apenas, da banana e da laranja, tendências de franco declínio na produção de vários gêneros básicos, como o arroz, o feijão, o milho, as batatas doce e inglesa, a cebola, o abacaxi e a cana-de-açúcar, enquanto permanecem mais ou menos estagnados, os rebanhos bovino, suíno, ovino, caprino e, até mesmo, o plantel avícola.

Em virtude de tôdas as razões acima consideradas, estreita-se, cada vez mais, o ciclo das dificuldades e do sub-desenvolvimento, o que exacerba as tensões econômicas e suas re-

percussões sócio-políticas que, ora expandindo-se em crises de agitação e de revolta, ora recolhendo-se a atitudes de pessimismo, ou de apatia, encontram-se, sempre presentes e atuantes na consciência da população estadual, traduzidas por uma insegurança e inquietação de ânimo constantes e por uma desordenada busca de soluções para o problema.

Esta conjuntura a êste estado de espírito, em relação ao problema alimentar, se reflete, nitidamente, nas respostas aos Opiniários e Questionários organizados pelo Levantamento Sócio-Econômico do Estado do Rio de Janeiro, nos relatórios das Comissões Mistas Municipais, nos dados sociométricos, nas notas taquigráficas dos debates em sessão plenária e em todos os demais dados de aferição da opinião pública, e trans parece, igualmente, nos pareceres dos Grupos Técnicos que participaram do referido Levantamento.

Embora a amplitude e a complexidade do trabalho então levado a efeito, não tenham permitido uma suficiente profundidade de pesquisa nos diversos setores, de modo a permitir uma exata análise do problema, capaz de conduzir à formulação de um plano adequado de soluções, não há dúvida alguma que o material recolhido sobre o tema Comercialização e Abastecimento, complementado com as observações constantes no documentário de temas afins, especialmente os de Agropecuária, Transportes, Crédito e Financiamento, Produção Industrial, Energia Elétrica e Política Fiscal, permite que seja delineado, não somente o quadro da situação do abastecimento alimentar do Estado, as causas e conseqüências de suas perturbações, os anseios da população neste setor, como, também, que se indiquem os rumos gerais que parecem indicados para melhorar a situação vigente.

2.1. DADOS ESTATÍSTICOS E INFORMATIVOS, REFERENTES AO TEMA

Os dados sobre Comercialização e Abastecimento, obtidos no Levantamento Sócio-Econômico, complementados com os dos temas afins, acima mencionados, mais o subsídio de outros elementos fornecidos por estudos recentes sobre o problema de alimentação e abastecimento levados a efeito no Estado do Rio, entre os quais, os trabalhos "Estudos e Pesquisas sobre Alimentação e Nutrição no Estado do Rio", da autoria de Walter Santos e Antônio Mendes Monteiro e "Pesquisas sobre Orçamentos Familiares em várias cidades fluminenses", realizado em 1961/1962, pela Fundação Getúlio Vargas, servirão

para formular o diagnóstico e indicar a terapêutica, adequados ao caso.

Os dados de pesquisa de opinião pública obtidos pelo L.S.E., através dos Questionários e Opiniões, ressaltam, como aspectos mais importantes do problema alimentar:

- a - generalizada insatisfação popular, em relação à conjuntura do abastecimento;
- b - tal insatisfação decorre, primordialmente, da constante e acentuada elevação do preço dos gêneros alimentícios e, secundariamente, da escassez periódica de certos gêneros básicos de subsistência, a saber: feijão, arroz, carne bovina, óleos vegetais, açúcar e sal (em ordem decrescente);
- c - as informações sobre esta escassez, são mais frequentes nos municípios de maior densidade demográfica, quer se considere a área urbana, quer a rural;
- d - a maior parte dos municípios importa os gêneros básicos de subsistência, de outras áreas do País;
- e - a constante elevação dos preços dos gêneros alimentícios é atribuída, em ordem decrescente, aos seguintes fatores:
 - ganância dos intermediários
 - escassez do produto
 - custo elevado dos transportes
 - falta de fiscalização do Governo.
- f - quase nenhum significado, no alto custo da alimentação, é concedido à influência de fatores como: inflação, desamparo ao produtor, excesso de tributação e deficiências da infra-estrutura;
- g - a maior parte do comércio de gêneros alimentícios é realizada através de estabelecimentos varejistas, comércio esse que se encontra, em grande parte, estagnado;
- h - as dificuldades de comercialização decorrem, em ordem decrescente:
 - da deficiência dos meios de transporte
 - do alto custo dos fretes
 - da insuficiência e dificuldade na obtenção de crédito
 - do preço elevado dos gêneros
 - do baixo poder aquisitivo da população
- e, em menor escala, aparecem a incidência dos encargos sociais e a deficiência de armazenamento; registre-se que quase nenhuma importância é atribuída à concorrência desleal do Governo, através do SAPS;
- i - os comerciantes reclamam maiores créditos, com juros

mais baixos e prazos, mais longos de pagamento dos em -
préstimos;

- j - é deficiente a infraestrutura do abastecimento, no que se refere à existência de armazéns, silos e frigoríficos, embora a opinião pública não tenha consciência das perdas de gêneros, resultantes desta situação;
- k - as autoridades governamentais não se têm mostrado interessadas na solução do problema;
- l - as sugestões mais freqüentemente apontadas para a normalização do abastecimento, são:

- incentivo à produção
- melhoria das rodovias e ampliação do sistema de transportes
- redução do preço dos fretes
- dilatação dos prazos dos empréstimos
- redução das taxas de juros
- incremento às indústrias de beneficiamento e de transformação de alimentos
- criação de mercados municipais
- assistência aos ruralistas produtores.

De menor importância, seguem-se outras medidas, a saber:

- redução da incidência de impostos e taxas sobre a produção e a comercialização de gêneros alimentícios
- ampliação da rede de armazéns, silos e frigoríficos
- maior eletrificação das zonas urbanas e rurais
- criação de cooperativas de produção e de consumo

Temos a registrar que, para a solução dos problemas do abastecimento, é reduzida a significação atribuída às medidas relacionadas com:

- a fiscalização do abastecimento e o controle dos preços, pelos órgãos governamentais;
- a eliminação dos intermediários;
- preços mínimos para os produtos agropecuários.

O estudo e análise dos dados coligidos, levam às seguintes conclusões gerais:

- a) presença de acentuadas perturbações, no setor do abastecimento, em todos os municípios;
- b) insatisfação e intranquilidade dos munícipes, em relação ao problema;
- c) insatisfação e descrença em providências governamentais, no sentido de soluções efetivas;

- d) incriminação do comércio na determinação da situação vigente, atenuada, em parte, pela parcimônia com que foram sugeridas medidas repressivas, ou punitivas, à sua conduta; situação que pode ser interpretada pelo fato de haverem considerado que também os comerciantes são vítimas das circunstâncias, ou, ainda, pela descrença generalizada da atuação governamental, na repressão dos abusos;
- e) reconhecimento de grande número de fatores e causas que contribuem para as perturbações existentes, embora não haja consciência do grau de importância desses fatores, nem das causas primárias de suas origens;
- f) noção de importantes medidas que devem ser recomendadas para a solução dos problemas, sem, contudo, visualizá-las em plano conjunto, nem conhecer os mecanismos pelos quais devam ser acionadas;

Destas conclusões, se infere que a coletividade fluminense está preocupada, atenta aos problemas do abastecimento e receptiva para os esclarecimentos e orientação necessários; se conduzida por lideranças autênticas, participará, ativa e eficientemente, na execução de um programa racional de melhoria das condições de abastecimento de seu Estado.

A leitura dos relatórios resultantes dos Encontros Zonais e das notas taquigráficas dos debates em sessões plenárias, reforçam o parecer acima.

As conclusões e sugestões das Comissões Municipais e do Grupo Técnico, apuraram e melhoraram, sensivelmente, o nível das registradas nos Questionários e Opiniários, embora careçam, igualmente, de sistematização e se retraiam quanto à indicação da estrutura e do mecanismo de ação das providências sugeridas, assim como não se aprofundam, convenientemente, no diagnóstico etiológico do problema; deficiências essas resultantes, certamente, do volume do trabalho realizado e do curto espaço de tempo que lhes foi atribuído para tanto. (entre os relatórios das Comissões Municipais, cumpre ressaltar a clareza de exposição, o conhecimento do problema e a justeza das soluções constantes no documento apresentado pelo município de Campos).

As sugestões dessas Comissões e dos Grupos Técnicos centralizaram-se, principalmente, em medidas relacionadas com:

- incremento e diversificação da produtividade agropecuária, através de um planejamento técnico assistencial adequado;
- incremento ao beneficiamento e à industrialização de gêneros alimentícios, em função da produção local;
- incentivo à indústria pesqueira, nos municípios que apresentem condições naturais para o desenvolvimento desta atividade;
- recuperação das terras exauridas
- ampliação da rede de armazenamento
- melhoria das condições de transporte

2.2. DIAGNÓSTICO ETIOLÓGICO DAS PERTURBAÇÕES DO ABASTECIMENTO

É objetivo deste Documento Setorial, o estabelecimento do "diagnóstico diferencial", isto é, a comparação entre os dados, conclusões e sugestões dos diferentes grupos de opinião que participaram do L.S.E., com vistas ao delineamento das verdadeiras causas do problema e sua presente situação, objetivando a elaboração de diretrizes para um Plano Opcional de Soluções.

Grande parte dessa tarefa já foi realizada nos itens anteriores, cabendo, nesta altura, o estabelecimento do que seria preferível denominar de "diagnóstico etiológico", isto é, a apreciação dos fatos que, realmente, originam as perturbações vigentes no abastecimento alimentar do Estado do Rio de Janeiro.

Para que tais objetivos sejam atingidos e o problema possa ser devidamente equacionado, é indispensável um breve retrospecto do desenvolvimento da economia fluminense, principalmente no que diz respeito ao setor agropecuário, a fim de que seja possível explicar-se sua atual conjuntura econômica; enfatizaremos, igualmente, o desnível já anteriormente assinalado, entre os estágios de desenvolvimento do Estado do Rio, relativamente aos observados em Unidades Federativas vizinhas, fator este de grande importância na interpretação das verdadeiras causas das deficiências na estrutura da produção e do abastecimento estadual.

Sem a conscientização desses dois fatores básicos, tornar-se-á difícil determinar as diretrizes adequadas à solução do problema.

No Império, a economia fluminense, alicerçada no café e em outros produtos da lavoura e da pecuária, equilibrava-se,

harmônicamente, com a economia agrícola das províncias vizinhas; a terra fluminense prosperava e os gêneros alimentícios que produzia, proporcionavam excedentes, com os quais o Estado contribuía para o abastecimento de outras regiões do País.

O advento da abolição da escravidão, porém, desorganizou, profundamente, esse quadro econômico, que se agravou com a transferência progressiva dos cafezais, para as terras roxas de São Paulo, mais produtivas.

Em consequência do descaramento das atividades agrícolas, sobreveio o abandono dos canais de irrigação e drenagem, o desflorestamento, a erosão, a malária, o desemprego etc, entrando, também, em declínio, a agropecuária.

Em decorrência, sobreveio, por parte dos proprietários de glebas, um desinterêsse pelas mesmas, em virtude da impossibilidade de continuarem explorando-as convenientemente, o que acarretou, em pouco tempo, um sistema de ocupação e propriedade de terras, com base no simples assenhoreamento, o que deu margem a uma série de problemas relacionados com a posse e domínio das mesmas, os quais, em muitas áreas, ainda hoje persistem, dificultando a execução dos planos de reestruturação agrária do Estado.

Enquanto isto, graças ao surto do café e da industrialização, São Paulo prosperava, o mesmo acontecendo ao Estado de Minas Gerais. E o Distrito Federal, sede da capital da República, teve incrementados seu comércio e indústria, graças a esta situação política e às condições favoráveis do seu magnífico pôrto.

Além disso, o Estado do Rio, em virtude de novas vias de comunicação estabelecidas entre os três grandes Estados acima referidos, perdeu outras oportunidades econômicas; decaiu o comércio de exportação via Niterói, Angra dos Reis, Macaé, Parati e outras cidades fluminenses, enquanto que a grande baixada fluminense, transformava-se, aos poucos, em terra palúdica, evitada por todos.

No segundo quartel deste século, porém, com o saneamento da baixada, construção de rodovias e a progressiva instalação de indústrias em solo fluminense - algumas, de grande porte, como a Siderúrgica de Volta Redonda - várias atividades rurais vêm sendo reativadas, principalmente o cultivo da ca

na de açúcar - anteriormente, limitada à região de Campos - a citricultura, a bananicultura, a pecuária leiteira, a avicultura, a olericultura, a floricultura, etc.

Contudo, este progresso, que melhor se manifestou na área industrial, com a instalação de fábricas de cimento, de álcalis, estaleiros, refinação de petróleo, indústrias têxteis, salineira, de pescado, de laticínios, de açúcar e álcool etc, não foi suficiente para reduzir, significativamente, o atraso da economia fluminense, em relação aos padrões alcançados por seus três grandes vizinhos, especialmente no setor agropecuário e do abastecimento.

No setor agropecuário, a economia fluminense sofre pesada concorrência da produção mineira e da paulista; desta, principalmente. Os altos índices de produtividade alcançados pelos produtores paulistas e, em menor escala, pelos mineiros, assim como os menores custos de produção vigentes naqueles estados, resultantes de melhor organização e assistência agrária, colocam os rurícolas fluminenses em condições de inferioridade, na disputa dos grandes mercados consumidores vizinhos.

Em consequência, grande parte da produção do Estado tem, nos mercados de consumo, posição marginal, ou subordinada às condições de oferta de outras Unidades. Em virtude de custos mais elevados e preços desvantajosamente condicionados aos de seus competidores, melhor aparelhados, as margens de lucro dos produtores fluminenses reduzem-se a tal ponto, que pouco, ou nada, fica para investir, visando a melhorias tecnológicas.

Nestas condições, como já foi assinalado, intensifica-se o ciclo do subdesenvolvimento regional. A debilidade econômica e a luta pela sobrevivência, quando excessivas, entorpecem até mesmo a iniciativa de associação para a defesa, que seria a reação natural, nestas circunstâncias. Em certas condições, os indivíduos são forçados a se separarem, a se isolarem, porque só têm tempo e forças para cuidarem de si próprios; e este isolamento, mais os enfraquece e mais os empobrece.

Desunidos, os produtores não podem se transformar em força coletiva, capaz de exigir dos políticos, medidas administrativas e econômicas de assistência técnica, ou financeira, co

mo, por exemplo, a organização de uma Secretaria de Agricultura bem aparelhada e atuante, a construção de estradas interdistritais, a ampliação do sistema de armazenamento, a ampliação da rede bancária etc.

Esta é, talvez, a explicação mais razoável para a incrível situação da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro que, na opinião de um de seus agrônomos, registrada em documento constante do L.S.E., "é um órgão obsoleto, arcaico e inoperante".

Enquanto em São Paulo e, em menor escala, em Minas Gerais, o agricultor, ou pecuarista, tem o apoio de bem organizadas Secretarias de Agricultura, que os assistem através de estabelecimentos de pesquisa e de experimentação, conta com "Casas da Lavoura", que lhes facilita a aquisição de mudas, sementes, inseticidas, adubos, equipamento agrícola, reprodutores etc., - embora essa assistência fique, ainda, aquém de suas reais necessidades - ao agricultor e ao pecuarista fluminense quase nada é oferecido.

Este incentivo, apoio e orientação, refletem-se, ainda, no desenvolvimento associativista dos produtores daqueles Estados, incomparavelmente mais avançado que nas terras fluminenses, não só quanto à organização de associações, como na de cooperativas de produção e de consumo.

Em quase todos os setores da produção agropecuária, verifica-se o atraso e conseqüente desvantagem do desenvolvimento fluminense, bastando citar, como exemplos:

- a produção de milho, essencial à avicultura, à suínocultura, à pecuária leiteira e a tantas outras atividades agrícolas, é rudimentar, no Estado do Rio; faltam sementes adequadas - principalmente, de milho híbrido - a produtividade do cereal é baixa, sua produção insuficiente para as necessidades, razão pela qual é êle importado dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná; outrossim, o transporte do milho para as principais zonas avícolas do Estado, encarece o produto de até Cr\$ 1.000 por saco; o elevado preço das rações que, em parte, disso resulta, é um dos fatores que, periodicamente, acarretam crises, no setor avícola.

- o arroz produzido no Estado, embora haja zonas francamente favoráveis à rizicultura, é de qualidade inferior, alcançando baixos preços nos mercados, sofrendo constantes "encalhes", pois só é comercializado nos grandes centros, quando

há deficiência de arroz paulista, gaúcho ou goiano; isto de corre da falta de sementes selecionadas, deficiência de pes quisas, inexistência de orientação técnica e de assistência financeira aos agricultores.

- quanto ao feijão, o Estado do Rio, que já o exportou para várias regiões do País, hoje o importa de São Paulo, Minas Gerais e, até, do Rio Grande do Sul, embora o vale do Paraíba e outras áreas, ofereçam condições excepcionais para a sua produção.

- o mesmo se pode afirmar quanto a batata, cebola, óleos vegetais, banha, carne bovina, carne suína e frutas diversas.

Ainda que a auto-suficiência de produção não seja indispensável, nem, muitas vezes, necessária para a regularização do abastecimento de um Estado, ou de uma região, é evidente que, quando há condições naturais e econômicas que a permitam, e la deve ser incentivada; e é este o caso do Estado do Rio, em relação à maior parte dos gêneros alimentícios, especialmente dos básicos.

É fato comprovado que, quando condições razoáveis de assistência técnica e financeira lhes são proporcionadas, o lavrador e o pecuarista fluminense têm correspondido, satisfatoriamente, a esses estímulos, como pode ser constatado na cultura canavieira da região de Campos, ou na avicultura, em São José do Rio Preto; os níveis técnicos e de produtividade alcançados na agro-indústria canavieira fluminense, ou na avicultura, se equivalem aos paulistas. Tais resultados, no primeiro caso, devem-se à atuação do Instituto do Alcool e do Açúcar e à conseqüente organização dos produtores e industriais da cana e, no segundo caso, ao esforço associado de um grupo de avicultores, que se reuniram em cooperativa; e se o setor avícola, ainda atravessa crises periódicas, é que não está completa a sua estrutura econômica, faltando-lhe a rede de matadouros-frigoríficos, fábricas de rações, fábrica de desidratação de ovos e outras unidades industriais correlatas. Por este motivo, mesmo no setor avícola é difícil a concorrência do produtor fluminense com o produtor paulista, melhor aparelhado, tecnicamente.

As deficiências de organização e funcionamento da estrutura agropecuária, refletem-se no atraso da implantação correla-

ta da infra estrutura do abastecimento, estabelecendo-se um intrincado círculo vicioso: a debilidade do sistema de produção, dificulta, por sua vez, a instalação de parques de beneficiamento e industrialização de alimentos, que não constituem atrativos econômicos suficientes, por falta de condições básicas para sua implantação e funcionamento; o ciclo das deficiências alarga-se, com a precariedade de condições para a instalação de indústrias de bens de capital, ou de bens de consumo, de apoio às atividades agrícolas, como as indústrias de máquinas e implementos agrícolas, de adubos e corretivos, de inseticidas e pesticidas, de vacinas e medicamentos, etc.

Ampliando, ainda mais, a espiral viciosa da regressão econômica, a escassez de matérias primas agrícolas - principalmente o milho, tortas de oleaginosas etc - dificulta, também, a instalação de fábricas de ração economicamente produtivas, retardando as possibilidades de aprimoramento e ampliação dos rebanhos que, por sua vez, não adquirem condições suficientes de rentabilidade, para permitir inversões no seu aperfeiçoamento genético.

De tal modo se tornou anacrônica e empenada a estrutura agrícola estadual, que mesmo os estímulos gerados pelo surto de industrialização que vem ocorrendo na área e, ainda, aqueles conseqüentes da proximidade de um grande mercado consumidor, como a Guanabara, não repercutem, favoravelmente, no incremento da produção de gêneros alimentícios e na regularização do abastecimento.

Ao contrário, o aumento da demanda desses gêneros, criada pela elevação dos níveis de salários dos contingentes da população ocupada em atividades industriais, sem o correspondente crescimento da oferta local, incrementou a ascensão dos preços dos gêneros alimentícios, em detrimento, principalmente, das classes não beneficiadas com esse tipo de emprego. É essa uma das razões do alto custo da alimentação, vigente em municípios de áreas industriais do Estado do Rio, como Volta Redonda e Angra dos Reis (indústria naval), como também, nas áreas rurais desses municípios, das queixas de escassez de carne bovina e outros gêneros, cujo consumo se intensifica mais rapidamente, em função dos aumentos dos níveis de renda.

Este fato demonstra que a implantação de grandes indústrias,

ou sua concentração em determinadas áreas, não constitui, por si só, condição impulsora do desenvolvimento agrícola. O parque industrial do Estado do Rio ocupa o 8º lugar, no País, quanto ao número de estabelecimento; o 5º em relação à média mensal de operários ocupados; o 4º, com referência ao valor da produção e o 3º quanto à utilização de força motriz. Detém o Estado, no País, o 1º lugar na produção de aço em lingotes, arame galvanizado, produtos laminados e óleo diesel; o 2º, na produção de aço e ferro fundido, arame liso, ferro gusa, sal marinho, óleo combustível e asfalto; o 3º, como produtor de cimento, cal, tecidos e açúcar. No entanto, sua agricultura e sua pecuária, exceção feita ao setor canavieiro e, parcialmente, ao setor avícola, é das mais atrasadas do Brasil!

Outrossim, efeito contraditório ao que seria de esperar, é o que resulta do pouco lucro que obtém com as parcelas de gêneros alimentícios, especialmente produtos horti-granjeiros e laticínios, que remete para a Guanabara, em virtude de aí sofrerem a concorrência de gêneros provenientes de outros estados, principalmente São Paulo e Minas Gerais, melhor aparelhados, técnica e administrativamente, para tal concorrência.

Outro fator digno de registro, vem a ser a ação, frequentemente inadequada, dos órgãos oficiais de controle de preços, cujos tabelamentos, rígidos e artificiais, impostos a certos gêneros, em benefício do consumidor carioca, repercutem, desfavoravelmente, sobre o produtor fluminense, como o tabelamento do leite, causa de desestímulo ao desenvolvimento da pecuária leiteira e das indústrias correlatas.

Mas não é somente o produtor que sente os efeitos desfavoráveis dessa vizinhança; também o consumidor fluminense sofre os seus efeitos, já que a drenagem de gêneros alimentícios para a Guanabara, tem reflexos desfavoráveis no suprimento e no preço dos gêneros distribuídos no Estado do Rio, cuja população, de modo geral, tem poder aquisitivo inferior ao do povo carioca.

Os tabelamentos periódicos de carne, arroz, açúcar, feijão etc., na Guanabara, proporcionam excelentes oportunidades para o florescimento do mercado negro desses gêneros, em território fluminense, onde vão se abastecer grupos econômi

camente bem aquinhoados da população carioca, que não desejam submeter-se a filas, ou que necessitam desses produtos, independentemente dos seus preços; esses grupos, vão concorrer, no mercado de consumo, com a população fluminense, com desvantagem para esta, em virtude do seu menor poder aquisitivo.

Contribuem, ainda, para perturbar o abastecimento do Estado do Rio: a escassez de armazéns, para estocagem de gêneros; as diferenças que, até há pouco, existiam entre os sistemas de tributação e de fiscalização entre os Estados do Rio e da Guanabara e, finalmente, o maior poder econômico e consequentes facilidades de crédito, do comércio atacadista carioca.

Esses fatores estimulam o chamado "passeio dos gêneros", ocorrência explicada pelo fato de, muitas vezes, gêneros produzidos no Estado do Rio, como arroz, manteiga, leite em pó, ovos etc, serem adquiridos em grandes quantidades, por atacadistas guanabarininos, voltando, em pequenas parcelas, para Niterói e outras cidades fluminenses, onde são vendidos com grande majoração de preços, pelo comércio varejista local. Esta longa citação de exemplos tem como objetivo, esclarecer como são profundas e complexas as raízes das perturbações do abastecimento fluminense e justificar que, somente através de um amplo e significativo esforço, no sentido de acelerar o ritmo do desenvolvimento agropecuário do Estado, com estímulos diretos e recursos maciços neste setor, será possível corrigir o desnível econômico regional e permitir o crescimento harmônico e a regularização das várias atividades produtivas e distribuidoras de alimento.

São estas as razões que desaconselham medidas paliativas e tratamentos sintomáticos, por inócuas ou, mesmo, contraproducentes, visto levarem autoridades mal avisadas, a inevitáveis fracassos e aumentarem, pela frustração que acarretam, a intranquilidade e a insatisfação do povo fluminense.

Por isso, a maior parte das sugestões constantes nos documentos de pesquisa do L.S.E., são válidas, porém, se tomadas em conjunto, se alicerçadas em outras providências básicas e se acionadas com dispositivos e recursos adequados. Não basta recomendar-se incentivos à produção, ou maiores facilidades de crédito, ou melhoria dos transportes; incen

tivar a produção, sem cuidar da melhoria e da organização do sistema distribuidor, pode prejudicar aos lavradores, pelo aviltamento dos preços, resultante de uma safra sem possibilidades de escoamento, ou de comercialização; quanto à concessão de maiores facilidades de crédito ao comércio, pode beneficiar ao abastecimento, mas pode, também, prejudicá-lo, se êste acréscimo fôr utilizado pelos comerciantes para reter estoques, visando provocar uma escassez artificial, no sentido de majorar o preço dos gêneros; finalmente, a melhoria de transportes, numa região, pode desequilibrar a estrutura da produção de uma área vizinha, não atingida por idêntica benfeitoria, ou, ainda, perturbar o abastecimento de outra, cujas condições de mercado tenham se inferiorizado, em relação às da zona beneficiada.

Todos os planos brasileiros, contudo, repetem as mesmas recomendações e reincidem nas omissões quanto aos modos e meios de execução, os recursos necessários e a maneira de obtê-los.

A natureza do presente trabalho, não exige a elaboração de um plano detalhado, nem os dados levantados permitiriam efetivá-lo, convenientemente. Em consequência, o que aqui se propõe, como sugestão preferencial, será, apenas, um anteprojeto, no qual se estabelecem as diretrizes gerais de ação, indicam-se os meios para a sua efetivação e as fontes de recursos que podem ser mobilizadas para seu custeio. Mais tarde, se aprovadas as sugestões nêle contidas, o documento poderá servir de base à elaboração de um plano definitivo, capaz de solucionar os problemas de abastecimento do Estado, a ser executado de acôrdo com os objetivos dêste Levantamento, com a concordância, o conhecimento e a participação da opinião pública, de onde êle emana.

2.3. SUGESTÃO PREFERENCIAL

1. Introdução

Não é possível desvincular-se a solução dos problemas de abastecimento, daqueles relacionados com a produção de gêneros alimentícios; em consequência, a sugestão que segue, é o que se poderia denominar de "Plano de Produção e Abastecimento".

Êste Plano leva em consideração, não sòmente os dados do L.S. E., obtidos nos documentos de pesquisa relativos ao tema Comercialização e Abastecimento, como, também, os de outros temas afins, principalmente o de Agropecuária.

2. Fundamentos

A estratégia do Plano, fundamenta-se nas seguintes premissas:

- a - o atraso em que se encontra a economia agropecuária do Estado, é a causa principal das perturbações verificadas no seu sistema de abastecimento;
- b - o processo de industrialização em curso, não é capaz, por si só, de gerar estímulos para o desenvolvimento da agropecuária, nem de elevar e distribuir, convenientemente, a renda da população, de modo a permitir a importação, a preços adequados, dos gêneros necessários à subsistência da coletividade fluminense;
- c - o desnível entre o estágio de desenvolvimento da agricultura fluminense e a dos estados vizinhos, tende a acentuar-se e constitui fator preponderante na obstaculização do desenvolvimento da economia geral do Estado e, particularmente, na do próprio setor agropecuário;
- d - a correção desse desnível somente será possível, mediante um esforço conjugado dos poderes públicos e da iniciativa privada, apoiado no interesse, no consentimento e na participação da opinião pública e, ainda, dotado de suficientes recursos para cobrir os vultosos investimentos necessários à sua efetivação;
- e - a iniciativa e a direção desse esforço conjugado, deverão caber ao Governo do Estado.

3. Objetivação do Plano

Um Plano de ação, visando à melhoria dos sistemas de produção e abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, poderá ser desenvolvido, mercê das seguintes providências:

A - Reorganização da Secretaria Estadual de Agricultura:

- Objetivos: reestruturação deste órgão em bases racionais, colocando-o em condições de imprimir cunho objetivo e dinâmico às suas finalidades primordiais, que são: a experimentação, a pesquisa, a extensão e o fomento das atividades agropecuárias. Tal reestruturação terá que ser ampla, em todos os sentidos: organização material, pessoal, funcionamento dos diversos órgãos, entrosamento entre os mesmos, criação dos estabelecimentos e institutos que se tornem necessários, distribuição dos órgãos

pelos diversos municípios, tendo em vista as suas possibilidades de produção etc.

B - Reorganização da Companhia de Armazéns e Silos do Estado:

- Objetivos: reestruturação da rede existente e sua ampliação às zonas que, realmente, careçam de esse recurso, incluindo-se, nesta rede, estabelecimentos para a armazenagem frigorífica, de modo a que o sistema preencha suas verdadeiras finalidades, na preservação dos gêneros, na regularização do fluxo dos suprimentos e no amparo dos preços aos produtores, pelo adequado funcionamento do sistema "warrantagem".

C - Organização da Companhia Estadual de Abastecimento:

- Objetivos: fomentar a produção, através de contratos de compra com produtores, em áreas que necessitem desse estímulo; contribuir para a normalização do abastecimento dos centros de consumo, mediante a formação de "estoques reguladores"; promover a venda de adubos, corretivos, inseticidas, medicamentos para uso veterinários, vacinas etc, nos locais de difícil acesso à rede privada de comercialização; construir mercados municipais, nos centros de produção e de consumo.

D - Organização da Companhia Estadual de Desenvolvimento Agropecuário:

- Objetivos: promover a execução de projetos, visando ao desenvolvimento agrícola, que não tenham condições imediatas de rentabilidade, capazes de atrair inversões da iniciativa privada, tais como: obras de irrigação e drenagem, reflorestamento, colonização, regularização de cursos de água, saneamento e energia rurais, industrialização de produtos agrícolas (fábricas de alimentos, de rações, etc.).

E - Organização do Fundo de Auxílio à Produção e ao Abastecimento:

- Objetivos: facilitar recursos supletivos às companhias estatais já mencionadas e às empresas particulares que se disponham a investir em projetos relacionados com a produção, armazenamento, indus

trialização e comercialização de produtos agropecuários, facilitando, ainda, bens de capital e de consumo necessários a essas atividades, como máquinas e implementos agrícolas, adubos, corretivos, inseticidas, vacinas, etc.

F - Organização, no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, de um Plano de Construção de Estradas Rurais (vicinais), nas áreas de maior atividade agropecuária:

Embora o Estado do Rio seja dotado de uma das melhores rês rodoviárias do País, suas estradas principais não foram construídas em função da importância das zonas de produção agropecuária e, sim, com finalidades turísticas, ou para servir ao tráfego interestadual.

Os dados obtidos pelo L.S.F. enfatizam a necessidade da ampliação dessa rês pelas áreas rurais, de modo a melhorar o escoamento da produção e o fluxo de bens necessários a esta atividade.

Cabe, portanto, ao poder público, preencher esta lacuna do sistema rodoviário do Estado, através de um plano a ser integrado no Plano da Produção e Abastecimento, devendo sua elaboração contar com a participação das autoridades municipais, entrosando-se no Plano Diretor destas unidades.

Tal Plano poderá se desenvolver como uma colaboração do Estado aos municípios, no mesmo espírito do programa de energia elétrica, recentemente pôsto em prática pelo Govêrno fluminense.

G - Programa de Incentivo Fiscal e Creditício, visando à ampliação da indústria e do comércio de produtos agropecuários, particularmente, de gêneros alimentícios:

Além dos estímulos e incentivos já apontados, o Govêrno do Estado deverá promover uma série de medidas nos setores fiscal e creditício (estabelecimentos bancários estaduais) visando atrair investidores privados para seu território, de modo idêntico ao que se está realizando no Nordeste, na Amazônia e no próprio Estado da Guanabara.

Na área geo-econômica abrangida pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Guanabara e Rio de Janeiro, a zona fluminense constitui o "nordeste", ou a "amazônia" da região; os mesmos motivos de desnível e atraso invocados para o sub-desenvolvimento daquelas regiões, podem ser aplicados ao Estado do Rio, em relação à área em que está situado.

Este argumento, perfeitamente defensável, poderá fazer convergir para o Estado, auxílios do Governo Federal e de organismos internacionais, como aconteceu com o Nordeste.

H - Incremento e Dinamização do Associativismo Rural:

A maior participação dos produtores, no processo de desenvolvimento da economia agrícola do Estado, poderá ser ampliada e intensificada, através da dinamização dos seus órgãos de classe, ou sejam, as Associações e Federações Rurais.

Estes órgãos necessitam participar na elaboração e execução de todos os planos governamentais, trazendo a contribuição de sua experiência, de seus conhecimentos e de seu prestígio junto à classe.

A conjuntura é das mais favoráveis à dinamização de suas atividades, porquanto essas entidades dispõem, agora, dos recursos financeiros que lhes faltavam, pois que lhes cabem verbas da sindicalização rural.

I - Ampliação do Cooperativismo:

A dinamização do setor rural, pela Secretaria de Agricultura, deve dar grande ênfase à ampliação do movimento cooperativista no Estado, cujas autoridades devem, também se empenhar para que o Banco Nacional de Crédito Cooperativo amplie sua rede e suas atividades, em território fluminense.

J - Ampliação da rede da ACAR-RJ e do Sistema bancário, oficial e privado:

O crédito orientado e demais benefícios prestados ao produtor, pela ACAR-RJ e suas congêneres, é uma experiência de êxito comprovado no Estado do Rio e em todo o País.

Cabe, portanto, ao Governo, promover recursos para a ampliação dessas entidades, recursos que, também, podem ser carreados de fontes externas.

A melhor distribuição da rede bancária estadual, pelo menos a dos bancos oficiais, é recomendável, no sentido de maior amparo às atividades de produção e de abastecimento.

Exemplo a seguir, neste particular, poderá ser obtido, examinando-se a organização e funcionamento do Banco do Estado de São Paulo.

K - Organização do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Indústria do Pescado:

A pesca poderá contribuir, substancialmente, para a melhoria das condições de abastecimento do Estado e para o desenvolvimento geral da economia fluminense. As características bem diferenciadas das demais atividades produtoras de alimentos, desta indústria, indicam a conveniência de seu tratamento por um órgão especializado, que seria o Fundo Estadual de Desenvolvimento da Indústria do Pescado.

Visaria este Fundo, promover e incentivar as iniciativas relacionadas com a solução dos problemas deste setor, compreendendo o estímulo às empresas de captura, comercialização e industrialização do pescado, assistência técnica e financeira ao pescador, aparelhamento dos portos de pesca, etc.

L - Ampliação dos Programas de Assistência Alimentar:

Tais Programas deverão ser ampliados, para atender, especialmente, aos chamados grupos vulneráveis da população, os quais, por sua própria condição bio-fisiológica, não podem esperar pela solução plena e satisfatória do Plano de Produção e Abastecimento, já que suas necessidades são bem mais imediatas que as do restante da população.

Seria, assim, recomendável que se intensificasse, no Estado, ampliando-se a todos os municípios e distritos, a colaboração que já vêm prestando organismos especializados, como sejam: a Comissão Nacional de Alimentação, nos programas de assistência alimentar materno-infantil e a Campanha Nacional de Alimentação Escolar nos atendimentos aos alunos do curso primário.

O Programa de Assistência Alimentar deverá contar, i

gualmente, com a colaboração de entidades internacionais e, no próprio Estado, com os serviços de Higiene e Saúde Pública, nas pesquisas e levantamentos sobre o estado nutritivo das populações e diagnóstico das carências alimentares mais incidentes.

Projetos de tal envergadura e diversidade, só poderão ser executados, evidentemente, mercê da disponibilidade de vultosos recursos, com os quais, por certo, não conta o Estado do Rio, na sua actual receita. Seria necessário, pois, obter de organismos nacionais, internacionais e estrangeiros, mediante acordos, convênios, empréstimos e outros auxílios, as verbas indispensáveis para a concretização das medidas recomendadas.

No próprio Estado, será possível, através de um sistema de tributação e arrecadação, o levantamento de uma razoável parcela dos recursos necessários, tanto mais que os mesmos serão empregados, de um modo geral, em investimentos de segura rentabilidade, a curto, ou a longo prazo.

As inversões feitas no Estado do Rio, deverão ter uma rentabilidade maior e mais rápida, do que aquelas aplicadas em áreas menos desenvolvidas do País e a rapidez dêsse giro, poderá permitir que os recursos utilizados no Estado, possam, mais tarde, contribuir para o desenvolvimento de áreas mais atrasadas.

III - CONCLUSÃO

O Plano de Produção e Abastecimento, como denominamos à sugestão preferencial, poderá, à primeira vista, parecer demasiado ambicioso e extrapolar o âmbito do tema de que trata.

Entretanto, como já se procurou demonstrar, a solução do problema alimentar é vital para o povo; é básico para o desenvolvimento do Estado; é indispensável ao progresso e à segurança do País.

E, repetindo conceito já manifestado, não bastam paliativos, nem terapêutica sintomática, pois a doença é grave e o caso, urgente.

Somente a terapêutica etiológica, ou seja, aquela que erradica as verdadeiras causas do mal, e o emprêgo conjugá

do de múltiplos, maciços e eficientes medicamentos, torna
rá possível salvar o doente, que, no caso, não é, apenas,
o povo fluminense, mas t^oda uma tradição de grandeza, de
fausto e de poderio, como é a que representa e guarda ,
desde os primórdios da formação do povo brasileiro, a ve
lha província fluminense.

LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DOCUMENTO SETORIAL

7.0 - AGRO-PECUÁRIA

7.1 - Cultura Permanente

7.1.1 - Citricultura

II - Desenvolvimento

2.0 - Citricultura na conjuntura sócio-econômica do Estado do Rio de Janeiro

A citricultura, no conceito das atividades agrícolas fluminenses, ocupa um importante lugar; atualmente, em importância econômica, somente é sobrepujada por três outras culturas, que são as da cana-de-açúcar, arroz e banana. Aproximadamente, 13 a 15% da produção brasileira de frutas cítricas, é proveniente do Estado do Rio de Janeiro. Esta produção encontra-se em nível médio, pois a área cultivada com cítricos neste Estado representa 10% da área total cultivada com esta cultura em todo o território brasileiro.

Calcula-se, que, apenas nos trabalhos diretamente ligados à produção, sejam absorvidos 50 mil trabalhadores. Do mesmo modo, uma apreciável quantidade de mão-de-obra deve estar ligada aos trabalhos decorrentes da produção: os serviços de transporte, beneficiamento e comercialização.

2.1 - Dados estatísticos e informativos sobre a citricultura fluminense.

2.1.1 - Área cultivada e produção

<u>CÍTRICOS</u>	<u>A. C.</u>	<u>Q. P.</u>
Laranja	14.007	1.165.304
Limão	871	127.178
Tangerina	1.585	205.621

Obs: - Ano de 1964

- A. C. - Área Cultivada em Ha.

- Q. P. - Quantidade produzida em 1.000 frutos.

2.1.2 - Regiões produtoras e sua produção:

		Nº de pés Prod.aprox.	
Região I	Municípios de Nova Iguaçu e Itaguaí	1.600.000	600.000
Região II	Municípios de Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro d'Aldeia e Cabo Frio	2.500.000	940.000
Região III	Municípios de Duque de Caxias, Cachoeiras de Macacu, Magé, Rio Bonito, Silva Jardim e Casimiro de Abreu	800.000	300.000
Região IV	Municípios de Itaboraí e São Gonçalo	6.300.000	2.500.000
Região V	Outros Municípios	2.000.000	750.000
T O T A L		<u>13.200.000</u>	<u>5.100.000</u>

Obs: - Produção aproximada (caixas de 40 quilos)
- Ano de 1964

2.1.3 - Variedades mais cultivadas:

Laranjas:

Natal	29,82 %
Pêra	25,92 %
Lima	14,13 %
Seleta	7,55 %
Fôlha Murcha	2,40 %
Baia	0,87 %
Piralima	1,86 %
Hamlin.....	0,62 %

Tangerinas:

Mexerica	16,13 %
Poukan	0,30 %
Dancy	0,22 %

Limões:

Tahiti	0,03 %
Galêgo	0,08 %
Eureka	0,07 %

% sôbre o total cultivado.

2.2 - Análise e interpretações dos dados estatísticos.

Dos números referidos no item 2.1., podemos tirar informes e conclusões:

1º - De pouco valor é o estabelecimento de índices de produção por unidade de área, uma vez que é grande a diversidade de espaçamentos adotados para a cultura. Mais efetiva é a determinação de índices por

planta.

Sendo assim podemos depreender do que se encontra no quadro 2.1.2, que a produção média por planta não atinge 0,5 caixas, o que de todo modo deve ser considerado um baixíssimo índice, uma vez que a média no Estado de São Paulo alcança 2,3 caixas por pé.

- 2º - O quadro abaixo, nos mostra a oscilação de produção de laranjas, no Estado do Rio de Janeiro, durante um período de 10 anos:

Produção de Laranjas

<u>Anos</u>	<u>Produção em 1.000 frutos</u>
1952	1.581,400
1953	1.502,252
1954	1.435,598
1955	1.411,234
1956	1.357,030
1957	1.359,837
1958	1.345,492
1959	1.303,298
1960	1.270,850
1961	1.111,332
1962	1.079,136

Vemos então, que, neste período de apenas 10 anos, houve uma queda de produção média anual de 3% aproximadamente. De modo algum terá cessado totalmente este declínio; é possível que a diminuição seja menos intensa.

Contra a possibilidade de estabilização ou acréscimo da produção fluminense de cítricos, existem os fatos contidos no item 2.1.2. O quadro constante deste item refere-se ao ano de 1964 mostra que 11,9% da produção total do Estado provém dos Municípios de Nova Iguaçu e Itaguaí, onde a citricultura encontra-se em franco declínio, não sendo compensadora a simples manutenção dos pomares. Sendo então que pode-se considerar vertiginosa a queda da produção nessa região, e, além disso, existindo ainda o fato concreto que uma grande parte da região produtora de São Gonçalo e Itaboraí encontra-se em fase de declínio, é bastante clara a afirmação da queda de produção.

Quando entrarem em fase de produção as novas plantações localizadas nos Municípios de Rio Bonito, Silva Jardim e Araruama, é possível que a situação comece a ser modificada.

III - CONCLUSÃO

3.0 - Do exposto acima, podemos retirar alguns fatos concretos sobre a identidade dos problemas que existem para o desenvolvimento da Citricultura fluminense, fatos estes aos quais acrescentaremos outros. Citemos os mais importantes:

A) - Abandono da cultura em determinadas regiões:

É o que foi abordado na 2ª parte do item 2.2. A proximidade das cidades do Rio de Janeiro e Niterói supervalorizou terrenos nas suas vizinhanças, terrenos onde eram cultivadas plantas cítricas, de modo que foi intensificada a atividade imobiliária, contrária à agrícola.

B) - Alta incidência de pragas e doenças:

A ocorrência de pragas afeta seriamente a produtividade dos laranjais fluminenses; as mais importantes são a Orthezia, as brocas de tronco e folhas, as moscas de frutos e os ácaros e pulgões.

A gravidade dos prejuízos causados por estas pragas é indiscutível; para comprovar o que se afirma bastariam os danos causados pela Orthezia aos laranjais de Nova Iguaçu, onde o recurso da erradicação de plantas tem sido usado, pois o controle da praga tornou-se impraticável.

As medidas adotadas para resolução deste problema têm se mostrado ineficazes, porque o que se encontra é o uso de produtos pouco eficientes e equipamentos que não satisfazem às exigências, aliados à carência de assistência técnica.

O problema de doenças é igualmente grave, sendo que existem algumas que são transmissíveis por enxertia, tornando o fato ainda mais preocupante. A existência de alta incidência de viroses transmissíveis por enxertia entrelaça-se com um outro problema, que é

a produção de material propagativo. As técnicas deficientes, ou praticamente inexistentes para produção de mudas, alia-se, negativamente para a evolução da citricultura, o uso de material vegetativo o riginário de matrizes infectadas com viroses.

C) - Práticas culturais deficientes.

As deficiências começam a ocorrer no plantio; é feito geralmente desacompanhado de adubação satisfatória, e em espaçamento reduzido. Embora grande número de plantações esteja instalado em locais declivosos, não são utilizados processos para evitar danos causados pela erosão, sejam cordões, terraços ou simplesmente plantio em nível.

As deficiências continuam durante todo o ciclo vital das plantas: adubação anual muito ou nada usada, existindo apenas um fornecimento esporádico de estêrco ao solo, mesmo assim, somente em terrenos de fácil acesso.

O manêjo do solo é reduzido ao mínimo, de duas ou três gradeações anuais, quando a topografia o permite, e uma ou duas capinas manuais nos terrenos de encosta.

D) - Comercialização.

A falta de crédito leva os citricultores à necessidade de venderem suas safras antes da colheita, ou então aceitar as condições propostas pelos intermediários. Decorrência disso é o decréscimo do grau de qualidade do produto e mesmo da produtividade dos pomares. À esta precariedade da situação econômica juntam-se outros problemas: falta de condições para beneficiamento da produção, deficiência de meios de transporte, deficiência de mercados para produtores, baixo índice de cooperativismo, instabilidade de preços, etc.

3.1 - Soluções e sugestões:

As modificações e sugestões podem ser do seguinte modo e numeradas:

- 1º - Estabelecimento de serviços especializados de assistência técnica oficial à citricultura.

- 2º - Estabelecimento de legislação destinada à fiscalizar o comércio de mudas cítricas, evitando difusão de pragas e doenças.
- 3º - Criação de um Centro Experimental de Citricultura, onde a par de trabalhos experimentais e de multiplicação e distribuição de material propagativo certificado, pudessem ser instalados viveiros e plantios demonstrativos de eficiência de técnicas e processos atualizados.
- 4º - Ampliação do sistema de crédito orientado.
- 5º - Construção de instalações de beneficiamento e postos de venda aos consumidores, para uso de cooperativas de citricultores.
- 6º - Incentivo ao estabelecimento de indústrias para processamento de sucos e criação de condições para restabelecimento do comércio externo através dos portos do Rio de Janeiro e Niterói.

-O-O-

-O-

-

7.1. CULTURA PERMANENTE7.1.2.- CULTURA DA BANANAII - DESENVOLVIMENTO2.0.- POSIÇÃO DO SUB-TEMA NA CONJUNTURA SOCIO-ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A banana é uma cultura desenvolvida em determinadas áreas que, em sua grande maioria, representam o aproveitamento das encostas de morros, muitas das vezes excessivamente íngremes. Nem por isso deixa de representar importante papel na economia de diversos municípios, como são os casos de Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Itaguaí, Mangaratiba e outros.

A cultura da banana, além das suas características de exploração extrativa, na maioria dos casos muito padece de doenças e pragas, principalmente a broca do caule ou moleque, a Sigatoka e o mal de Panamá, tendo por isso uma rentabilidade muito inexpressiva e até mesmo deficitária.

2.1.- DADOS ESTATÍSTICOS E INFORMATIVOS

A produção de banana em cachos, segundo o Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, tem sido a seguinte:

1962 -	34.904.350 cachos
1963 -	36.666.970 cachos
1964 -	38.905.570 cachos

De acordo com os dados oferecidos pelos documentos do Levantamento Sócio-Econômico do Estado do Rio de Janeiro, a produção em 1965 foi de 61.980.670 cachos, rendendo Cr\$... 21.809.709.000, sendo os maiores produtores os seguintes municípios:

MUNICÍPIO	CACHOS	Cr\$ 1.000
Casimiro de Abreu	28.840.000	7.210.000
Itaguaí	5.000.000	1.750.000
Mangaratiba	4.864.600	2.432.000
Rio Bonito	4.200.000	1.890.000
Silva Jardim	3.600.000	720.000

2.2.- Esses dados confirmam que a cultura da banana atinge maiores volumes em zonas de terrenos muito acidentados, o que vale dizer, aproveitando as encostas dos nossos morros.

III - CONCLUSÃO

3.1.- Os principais fatos que envolvem a economia da cultura da banana são os seguintes:

- a. doenças e pragas prejudicando, em alguns casos totalmente, a produção de nossos bananais;
- b. o sistema de plantio em encostas, dificultando o aprimoramento das técnicas de cultivo;
- c. problemas de infra-estrutura, tais como acesso aos pontos de comercialização, processo de comercialização, etc.

3.2.- Soluções possíveis

- a. desenvolvimento, através da Secretaria de Agricultura, da Delegacia Federal de Agricultura e da ACAR-RJ, de um plano assistencial visando à profilaxia dos bananais, bem como o aprimoramento das técnicas de cultivo, pela plantação de bananas em zonas de baixada ou que permitam um melhor cultivo, pela introdução de novo espaçamento, de adubação, etc.
- b. melhoria da infra-estrutura, através da constituição de indústrias, cooperativas, etc., que permitam um melhor sistema de comercialização dos frutos.

7.2. Cultura Temporária:7.2.1. Geral:II - DESENVOLVIMENTO2.0. Posição do tema na conjuntura econômica do Estado do Rio de Janeiro:

O homem rural fluminense, caboclo nativo oriundo de três raças, vadiando, ao longo das rotas em demanda às Zonas auríferas das Minas Gerais, o grande rio Paraíba e seus afluentes, foi, simultaneamente, garimpeiro de pedrarias e semeador de grãos.

2. A bacia do Paraíba, as mansas ondulações das baixadas e os trilhos íngremes contornando a acidentalidade das serras dos Órgãos e do Mar, exerceram, não obstante a resistência agressiva dos autochtones bravios, papel histórico relevante no desbravamento, na fixação do homem e no desenvolvimento agrícola colonial, no grande vale do sul e nas regiões do norte do Estado.
3. Essas rotas semi-abertas, com heroísmo e sangue, serviram de base física à implantação dos grandes núcleos formadores da nossa priméva agricultura: o trabalho pioneiro iniciou-se na imensa planície dos Goitacases, em Campos, e nas várzeas marginais do grande rio, em São Fidelis, com a lavoura da cana-de-açúcar. Depois, nas encostas e patamares das terras altas, dominando as duas serras, teve lugar a lavoura do café, o maior fenômeno agrícola organizado do mundo.
4. Esses dois ciclos históricos de culturas, na era colonial e, em prosseguimento, depois, na era de nossa independência, firmaram-se, como fatores decisivos para a formação da nossa opulenta aristocracia rural, no tempo do império e no dealbar da República, constituída por uma elite de senhores de engenhos e de fazendeiros de café.
5. A cultura da cana e a sua correlata indústria açucareira firmaram-se, definitivamente, em Campos, através dos tempos, num contínuo e progressivo desenvolvimento, até constituírem, pelo poderoso consórcio de suas usinas, uma potência já indestrutível, dentro da estrutura econômica do Estado.
6. A Lei Magna da Abolição provocou o início da derrocada da cultura cafeeira no Estado do Rio de Janeiro, com o ino-

pinado abandono das lavouras, pelo êxodo, quase em massa, dos escravos. Foi necessário uma década de anos para o restabelecimento, em novas bases de trabalho, das atividades agrícolas normais nas fazendas.

Com o esgotamento progressivo do solo e os métodos empíricos predatórios nos tratamentos culturais, a lavoura cafeeira que, em 1870, atingia o seu auge de produção de dois milhões e meio de sacas, veio decaindo e, em ritmo acelerado, a partir dos primórdios da fase ditatorial até nos dias, na sua quase decadência total, para não dizer desaparecimento.

7. De igual modo, por outro lado, talqualmente a exploração cafeeira, a CITRICULTURA no Estado do Rio de Janeiro teve, também, o seu período áureo de florescimento e grandeza, nos idos de 1920 a 1930, abrangendo, então, as áreas de contorno da Baía de Guanabara até o município de Nova Iguaçu, centro mais alto de densidade e aprimoramento da cultura quando, a partir dessa data, iniciou-se o seu declínio de produção, através do processo lento de degradação do solo e de decadência da planta.

Influíram, como fatores decisivos, a valorização ininterrupta e sempre crescente das terras, pela invasão avassaladora da nova indústria de loteamentos e o esgotamento progressivo do solo, agravado, ainda mais, com as pragas e viroses congênicas em todos os seus pomares.

Hoje, o conselho técnico-científico adotado é a erradicação como se vem fazendo com o café, dos pomares velhos e doentes, com a sua substituição obrigatória por clones nucelares isentos de viroses.

8. Houve, para compensar o colapso dessa tremenda deteriorização no cerne da ECONOMIA das classes produtoras e da fazenda pública, até então alicerçada na taxa-ouro de exportação do café e da laranja, uma reação salvadora multiforme, com a implantação técnica de serviços básicos na infra-estrutura da organização estatal, destinada à criação e florescimento de novas e fecundas atividades:

- a) Saneamento efetivo da Baixada Fluminense, erradicando o impaludismo e revitalizando os solos úmidos e alagadiços;
- b) abertura de estradas de penetração, de chão batido ou de revestimento asfáltico, para a fixação do homem à

terra e carreamento de sua produção aos centros consumidores;

c) interligação pelos Estados de São Paulo, da Guanabara e do Rio de Janeiro, das rêsdes de energia elétrica e o seu aumento progressivo de capacidade energética, - com a construção de novas Usinas, visando a eletrificação rural em todo o território fluminense, importante para o fenômeno de recuperação econômica;

d) implantação de indústrias de base, nas regiões típicas e vitais do Estado:

a de siderurgia, em Volta Redonda, para ferro laminado;

a de celulose, em Parada Modelo, Magé, para papel;

a de álcalis, em Cabo Frio, para bases (sódio, potássio, etc.);

a de cimento, em Guaxindiba e Campos, para construção civil;

a Refinaria de Petróleo, da Petrobrás, para combustível e sub-produtos da petroquímica;

a criação da Universidade Rural do Brasil, para formação de técnicos orientadores de normas de produção, no quilômetro 47 da antiga rodovia Rio-São Paulo.

As atividades agro-pecuárias, depois do colapso, a partir de 1930, do café e da laranja, retomaram, em 1964, o surto de desenvolvimento, promovendo-se o fomento e a defesa de outras culturas permanentes e temporárias, em estágio de expansão econômica, com a iniciativa do Plano Piloto de ação integrada, estabelecido entre o Governo do Estado e o Ministério da Agricultura, tendo em vista acelerar, principalmente, o processo desenvolvimentista da pecuária e das culturas de bens de consumo, em todos os setores da produção.

Assim, teve novo impulso, com medidas permanentes e eficazes de defesa, a cultura da banana, toda ela explorada nos principais municípios da Baixada-Itaguaí-Magé-Cachoeiras de Macacu-Rio Bonito-Silva Jardim e Casimiro de Abreu, que separam as encostas da serra, das planuras arenosas em confinação com o mar.

Do mesmo modo, a cultura do côco, embora ainda incipiente, já é bastante promissora e tem seu desenvolvimento ao longo da orla marítima, numa faixa de terras arenosas entre Saquarema e Cabo Frio, com variedades anãs importadas da Índia em cruzamento com a nossa variedade comum, de procedência das regiões litorâneas do norte.

Tôdas essas culturas permanentes, aqui descritas, concorrem com uma renda anual de 30.221.201.000 para a economia do Estado, conforme quadro nº 1 em demonstração:

CULTURAS PERMANENTES

PRODUTOS	ÁREAS CULTIVAD.	PRODUÇÃO/HA	VALOR EM Cr\$
Côco.....	603	5.121	362.907.000
Café.....	64.219	42.932	4.454.874.000
Laranja.....	14.007	1.079.136	11.909.024.000
Banana.....	333.449	38.906	13.494.396.000
T O T A L....			30.221.201.000

As culturas temporárias distendem-se e se desenvolvem por tôdas as zonas fisiográficas do Estado.

De tôdas elas a mais importante é a da cana-de-açúcar que, ocupando em um só município, o de Campos, a área de 131 002 ha, a sua produção de 5.589.408 toneladas totaliza uma renda anual da ordem de Cr\$ 30.265.477, maior do que a totalidade da renda de tôdas as culturas permanentes.

As demais culturas temporárias vão aqui relacionadas, de acordo com a sua importância econômica e distribuídas pelas zonas fisiográficas, mais adiante indicadas, na apreciação do Sub-Tema, conforme quadro nº 2, em demonstração:

CULTURAS TEMPORÁRIAS

PRODUTOS	ÁREA CULTIVAD.	PRODUÇÃO/HA	VALOR EM Cr\$
Cana-açúcar...	131.002	5.589.408	30.265.477.000
Arroz.....	74.972	116.140	7.489.286.000
Tomate.....	4.315	613.870	8.492.516.000
Mandioca.....	38.023	446.737	5.518.839.000
Milho.....	174.154	113.462	5.506.010.000
Feijão.....	14.454	7.865	849.868.000
Batata.....	2.075	6.786	469.122.000
Algodão.....	7.436	6.085	408.589.000
Fumo.....	1.388	679	91.590.000
Batata doce...	1.239	101.906	156.450.000
Amendoim.....	432	185	16.989.000
Mamona.....	65	41	882.000
Cebola.....	144	206	44.907
T O T A L....			59.265.662.907

No campo da agro-pecuária o fomento zootécnico expande e se desenvolve, sob base física de uma sucessão de pastagens, a penas interceptadas por pequenas manchas de florestas e remanescentes de antigos cafezais, em tôdas as regiões do Estado, pastagens que ocupam a metade da extensão da área a -

grícola de todo o território fluminense, avaliado em 2.840.848 ha, onde pisoteiam rebanhos imensos de animais de criação de diversas espécies, da ordem de 2.971.000 cabeças distribuídas por 50.720 propriedades rurais.

Dêsses rebanhos, em contínua reprodução e crescimento, 1.659.000 cabeças são destinadas anualmente ao abate nos frigoríficos, no valor de Cr\$ 49.241.439.000, em demonstração quadro nº 3:

ESPECIE	Nº DE CABEÇAS	VALOR EM Cr\$
Bovinos.....	666.000	43.527.023.000
Suínos.....	225.000	4.742.978.000
Caprinos.....	13.000	63.744.000
Ovinos.....	3.000	15.694.000
Aves.....	722.000	892.000.000
T O T A L	1.659.000	49.241.439.000

A população fluminense e a da Guanabara consomem, anualmente, 308.301.000 litros de leite, no valor de Cr\$ 29.288.595.000, produzidos pelos rebanhos da bacia leiteira no Estado do Rio de Janeiro, e 44.255.000 dúzias de ovos, no valor de Cr\$ 11.594.810.000, totalizando tôda essa renda o valor de Cr\$ 40.883.405.000, conforme quadro nº 4, em demonstração:

PRODUÇÃO DE LEITE E DE OVOS

LEITE	308.301.000 de litros	Cr\$ 29.288.595.000
OVOS	44.255.000 dúzias	Cr\$ 11.594.810.000

Da análise e interpretação dos dados de produção resultantes da exploração agrícola e pecuária, situa-se a posição de relêvo dessas duas grandes atividades correlatas ou do tema na conjuntura sócio-econômica do Estado do Rio de Janeiro, consubstanciada na movimentação, em 50.720 propriedades rurais, de uma população agrícola aproximadamente de 350.000 trabalhadores e colonos, atividades essas responsáveis por uma renda anual da ordem de Cr\$ 179.611.707.000 (..... 89.486.863.908 da agricultura e 90.124.844.000 da pecuária). As novas diretrizes traçadas pelo governador eleito, dr. Getúlio Vargas, a ser agora empossado, em seu plano de ação agrícola, com base no Plano-Pilôto de Desenvolvimento Integrado, através de substancioso e alentado subsídio oferecido pela Delegacia Federal de Agricultura, por cer

to não de trazer melhores e mais promissoras perspectivas para alcançar a meta no campo agro-pecuário, de desenvolvimento da produtividade e aumento da produção de gêneros alimentícios, de carne, leite e ovos, com a mais ampla integração de atividades técnicas nas duas faixas da Administração - Estadual e Federal, na conformidade de vários projetos, entre os quais o de "Multiplicação de Sementes Básicas", melhoramento da citricultura, calcário para fins agrícolas e manejo e alimentação dos bovinos, já em plena execução e vitoriosos nos seus primeiros resultados.

2.0. Posição do Sub-Tema (culturas temporárias) na conjuntura econômica do Estado do Rio de Janeiro:

1. É de fundamental relevância o papel que exercem e a influência que representam as culturas temporárias, onde se inclui, principalmente, a da batatinha, na conjuntura sócio-econômica do Estado do Rio de Janeiro, como fonte vital de alimentos essenciais à nutrição do povo, através das atividades operacionais do homem do campo em harmônico entrelaçamento de gestões e negócios com banqueiros, corretores e comerciantes das cidades. Dêsse jôgo econômico de mútuas relações entre partes interessadamente entrosadas, resulta o equilíbrio da vida cotidiana na sociedade, proporcionando o bem-estar social, com reflexos positivos na economia do Estado.
2. Todavia, para que a posição dos empreendimentos agrícolas dêste sub-tema venha a se tornar necessariamente de grande relêvo e destaque no sistema de forças econômicas das comunidades, compete ao Estado, reconhecido de antemão o atraso da agricultura fluminense, que pouco tem acompanhado as conquistas das técnicas modernas no desenvolvimento, sobretudo, das culturas de sementes básicas e da batatinha, amparar por meio dos seus órgãos técnicos de fomento e incentivo à produção, essa mesma classe esquecida de produtores, com medidas assistenciais as mais amplas e efetivas, visando, de modo simultâneo, ao aumento da produção e da produtividade, em consonância com o poder aquisitivo ou capacidade de consumo do povo.

2.1. Dados estatísticos e informativos referentes ao sub-tema em estudo:

1. A importância e a grandeza do desenvolvimento econômico do Estado são testadas pela avaliação estatística dos dados de produção, tanto mais escassos e menos exatos, entre nós, quanto mais se penetra nos setores da agricultura, se levamos em conta, de um lado, a imensa extensão de cada unidade da Federação, desservida de meios adequados e modernos de comunicação e transporte, em cujo cenário as tarefas agrícolas e as pesquisas censitárias são realizadas e, de outra parte, o desaparecimento, em homens e materiais, da maioria dos órgãos específicos oficiais de apuração de resultados.

O próprio IBGE, dotado na sede de moderno aparelhamento eletrônico de apuração, não obstante a competência dos seus dirigentes, é reconhecidamente falho de material humano, tecnicamente adestrado e de meios eficientes de coleta de dados no interior dos municípios, células geradoras de todas as atividades produtivas.

Tanto quanto nos foi possível apurar, através das fontes informativas do Levantamento Sócio-Econômico e de outras entidades oficiais, dada a exiguidade do tempo, apresentamos abaixo uma seqüência de quadros demonstrativos, versando dados estatísticos e informativos pertinentes ao sub-tema, objeto deste Documento Setorial, para configuração posterior, mediante análise, interpretação e comparação do fato social ou econômico.

2. De acôrdo com os resultados das pesquisas, contidos no DM, há, de modo geral, no Estado do Rio de Janeiro, falta de boas sementes, de mão-de-obra especializada, de adubos e defensivos, de orientação técnica efetiva, de crédito agrícola rápido, abundante e barato e de maquinaria para o mais amplo desenvolvimento, em bases racionais, das culturas temporárias.

Na região Norte Fluminense a predominância entre os empreendimentos agrícolas é a da Rizicultura, cujo ciclo vegetativo encontra condições excepcionais de desenvolvimento ao longo das suas imensas várzeas ubertozas, marginais aos cursos d'água e favorecidas por ótimas condições climáticas, vindo depois, em ordem decrescente, o mi

lho e o feijão, dado o esgotamento das terras onduladas e de encostas, de há muito exauridas de matéria orgânica, com a cultivacão ininterrupta dessas duas sementes básicas consorciadas com a lavoura cafeeira.

Nas regiões das serra dos Órgãos e do Mar, onde se encontram os municípios do Centro e do Sul, desde Resende, Petrópolis, Teresópolis, Friburgo até Trajano de Moraes, distendem-se, predominantemente, o milho e o feijão, derivando-se pelas encostas e vales banhados pelo Paraíba, para os tabuleiros e patamares, em transição suave de ondulações, em busca das grandes planuras da Baixada.

Destaca-se uma imensa faixa específica de terras altas, ao longo da serra dos Órgãos (Petrópolis, Teresópolis, Friburgo, Madalena e Trajano de Moraes), cujas condições climáticas favoráveis, entre 10 e 21°C, durante o ano, permitem a exploração econômica da batatinha.

A. CULTURAS TEMPORÁRIAS

a.1. Arroz, milho, feijão e batatinha.

Em 63 municípios fluminenses, 50.720 propriedades rurais, movimentando uma população agrícola operacional aproximadamente de 350.000 trabalhadores, numa área plantada de
 $\frac{236.559}{238.634}$ hectares, produziram, em 1964, de acordo com dados oficiais do IBGE (Anuário do Brasil em 1965) as seguintes toneladas de sementes básicas, traduzidas em cruzeiros e seus respectivos valores:

Arroz.....	116.140	ton.
Milho.....	134.462	"
Feijão.....	7.865	"
Batatinha.....	6.876	"

Esses dados estatísticos revelaram que:

- a) 74.978 ha de arroz produziram 116.140 toneladas ou
 1.935.666 sacos de 60 quilos, com o rendimento de 1,548 toneladas ou 25 sacos e 48 quilos, por hectare, na importância de Cr\$ 7.489.286.000;
- b) 147.124 ha de milho produziram 134.462 toneladas ou ...
 2.241.033 sacos de 60 quilos, com um rendimento de 0,913 toneladas ou 15 sacos e 13 quilos, por hectare, na importância de Cr\$ 5.506.010.000;

- c) 14.457 hectares de feijão produziram 7.865 toneladas ou 131.083 sacos de 60 quilos, com o rendimento de 0,544 toneladas ou 9 sacos, por hectare, na importância de Cr\$ 849.868.000;
- d) 2.075 ha de batatinha produziram 6.875 toneladas ou ... 114.600 sacos de 60 quilos, com um rendimento de 3,313 toneladas ou 55 sacos e 13 quilos, por hectare, na importância de Cr\$ 490.122.000.

1. Por outro lado o plantio das mesmas culturas temporárias no Estado de São Paulo, tipo padrão de aprimoramento no Brasil nas práticas de agricultura moderna, no mesmo ano e com dados apurados da mesma fonte (IBGE) foi traduzido em termos de produção, segundo o quadro demonstrativo abaixo:

- a) 60 quilos, com rendimento de 1,087 toneladas ou 18 sacos de arroz por hectare, na importância de Cr\$ 79.229.913.000;
- b) 1.153.255 ha de milho produziram 1.299.030 toneladas ou 21.650.500 sacos de 60 quilos, com um rendimento de 1,126 toneladas ou 18 sacos e 46 quilos, por hectare, na importância de Cr\$ 56.972.071.000;
- c) 266.069 h de feijão produziram 134.511 toneladas ou 2.241.850 sacos de 60 quilos, com um rendimento de.. 0,505 toneladas por hectare, na importância de 14.396.467.000;
- d) 53.231 ha de batatinha produziram 413.135 toneladas ou 68.855.833 sacos de 60 quilos, com um rendimento de 7,761 toneladas ou 129 sacos por hectare, na importância de Cr\$ 19.744.067.000.

2.2. Análise, interpretação e comparação dos dados acima para configurar precisamente o fato social e/ou econômico existente, bem como para definir-lhe a amplitude e o grau de importância que apresenta na evolução da comunidade fluminense:

A configuração do fato social e/ou econômico deste sub-tema resulta da análise e interpretação dos dados em discussão, sintetizados nos dois quadros comparativos acima, em demonstração.

Comparando-se a produção do Estado do Rio de Janeiro com a do Estado de São Paulo, por hectare, observa-se que a produção das culturas temporárias de arroz e feijão do Estado do Rio ultrapassou a do Estado de São Paulo em 461 quilos e em 39 quilos, respectivamente, por hectare, ou sejam, .. 57.029 toneladas e 824 quilos (arroz) e 563 toneladas e 823 quilos (feijão), cômputo das duas áreas totais.

A produção paulista de milho e de batatinha ultrapassou a fluminense, respectivamente, em 213 quilos (milho) e 4 toneladas e 448 quilos (batatinha) por hectare.

A diferença espantosa do rendimento por unidade de área, referente a batatinha, deveu-se a duas razões fundamentais, que explicam a origem desses dois extremos resultados:

- uma de ordem técnica: o conhecimento e a experiência dos plantadores de batata paulista; obrigatoriamente assistidos pelos agrônomos regionais da Secretaria de Agricultura, sob orientação técnica resultante de pesquisa e experimentação, do Instituto Agronômico de Campinas;
- outra, um erro de interpretação dos coletadores de dados estatísticos do IBGE, na apuração indistinta de dados em zonas impróprias pelas condições de intemperismos contraindicados à cultura de batatinha, exigente de altitude, clima temperado, temperatura anual entre os limites de 10 a 20°C e certo grau de intensidade luminosa e umidade relativa do ar.

Dai o índice baixíssimo de rendimento - 3,313 toneladas - quando na região serrana de Teresópolis e Friburgo os cultivadores de batatinha, embora sem assistência técnica efetiva, obtêm comumente de 10 até 20 toneladas por hectare. Percebe-se claramente, da análise e interpretação dos dois quadros comparativos, que a agricultura fluminense, embora sem assistência efetiva de agrônomos especialistas, orientados pela técnica e experimentação científica do Instituto Agronômico de Campinas, carente de todos insumos agrícolas necessários, podendo contornar as deficiências já denunciadas nos documentos do Levantamento Sócio-Econômico, através da pesquisa e revisão crítica dos dados coletados nos encontros zonais e regionais, no que diz respeito a sementes melhoradas, manejo racional do solo, mão-de-obra qualificada, disponibilidade de adubos e corretivos, aplicação de defensivos pulverizantes contra pragas e doenças, de

ficiências essas que seriam fatores determinantes de baixos rendimentos anti-econômicos, não fôsse, em grande parte, a ajuda decisiva de condições ecológicas propícias e favoráveis ao êxito parcial da produção.

Dêsse confronto de dados específicos do sub-tema fica bem configurado, em relêvo, o fato sócio-econômico que a exploração das culturas temporárias implanta no seio de tôdas as comunidades fluminenses, pela considerável importância que elas representam, menos em si mesma, senão no entrelaçamento de atividades com as demais classes produtoras, envolvendo uma receita anual da ordem de Cr\$ 14.335.285.000.

III - CONCLUSÃO

3.1. Enumeração dos fatos configurados, segundo a amplitude e o grau de importância que lhe foram atribuídos:

As culturas temporárias mais significativas à vida brasileira são o arroz, o milho, o feijão e a batatinha, objeto de estudo dêste Documento Setorial. Elas alcançam uma amplitude, sem limites, pela sua essencialidade à nutrição do povo, e representam uma importância considerável na economia do Estado, pelas múltiplas atividades e relações agro-industriais que criam e desenvolvem no seio de uma população de mais de 350.000 trabalhadores e operários, envolvendo negócios e interesses mútuos e correlatos na ordem de muitas dezenas de bilhões de cruzeiros.

3.2. Soluções possíveis:

Da evolução histórica do tema e sub-tema desenvolvidos no amplo cenário agro-pastoril da velha Província, com a resposta analítica e interpretativa aos dados estatísticos da produção, através das pesquisas levadas a efeito nos encontros zonais do Levantamento, resulta, pela amplitude e importância sócio-econômicas, que as culturas temporárias representam na vida das comunidades fluminenses, as recomendações dêste Documento Setorial, à guiza de sugestões, visando a eliminar as deficiências que se interpõem impedindo as atividades normais do ambiente rural, para uma maior produção de alimentos básicos indispensáveis ao povo.

Para que essas atividades de cultivo se desenvolvam num índice elevado de produtividade e atinjam um rendimento compensador no desfeixe da produção, é de todo necessário que o Governo adote uma série de medidas beneficiadoras e as co

loque, através dos seus órgãos técnicos de fomento e de aprendizagem agrícola, ao alcance dos lavradores, no que diz respeito, principalmente, a:

A.

- a.1. Crédito fácil, abundante e a juros baixos (através da rede bancária oficial - B.do Brasil, B.do Estado e Caixa Econômica do Estado).
- a.2. Sementes básicas melhoradas (através da produção dos Campos e Fazendas Experimentais de multiplicação de sementes).
- a.3. Mão-de-obra qualificada (através de aprendizagens nas Escolas Agro-Técnicas e dos Centros de Treinamento para trabalhadores agrícolas).
- a.4. Adubos e defensivos (através de convênios entre o Estado e as companhias: Siderúrgica Nacional de Volta Redonda e Refinaria de Duque de Caxias, da Petrobrás, produtoras de adubos químicos, para fornecimento financiado pelo Governo à lavoura fluminense, livre de impostos e a preço de custo, por meio de repartições especializadas, cooperativas agrícolas e associações rurais).
- a.5. Toda gama de ferramentas e maquinaria agrícolas (através de convênios entre o Estado e as fábricas nacionais de tratores e implementos agrícolas, para fornecimento financiado pelo Governo à lavoura fluminense, livre de impostos e a preço de custo, por intermédio das repartições especializadas, cooperativas agrícolas e associações rurais).
- a.6. Incentivos do Governo à lavoura fluminense, visando ao aproveitamento racional de milhões de toneladas de estrume de curral e de galinha, perdidas anualmente, através de financiamento a longo prazo, pelo Banco do Estado, para construção de esterqueiras, nas fazendas, sob modelo técnico de plantas existentes no Ministério da Agricultura e destinadas à formação de adubo orgânico, indispensável à reconstituição dos solos esgotados.

B. Com referência a sementes básicas melhoradas:

- b.1. Instalação, pelas dependências técnicas do interior do Estado, de campos de cooperação com agricultores, sob regime de culturas assistidas e fiscalizadas, pa

ra o mais amplo desenvolvimento da produção de alimentos para o povo.

- b.2. "Promover, mediante estudos técnicos específicos, a construção de um Mercado Regulador de Abastecimento, para estocagem e conservação de gêneros alimentícios, inclusive legumes, visando a sua metódica distribuição nos períodos de entre-safra, segundo as necessidades do consumo no sentido, principalmente, de evitar a sua brusca evasão nas épocas de produção", provocada pelos açambarcadores para o mercado da Guanabara, de onde retornam aos consumidores fluminenses por preços mais elevados.

C. Com referência à batatinha:

- c.1. Sendo a batata planta de altitude, de clima temperado, muito exigente quanto ao seu ótimo térmico, nos períodos de dias longos e curtos, à boa distribuição de precipitações pluviométricas, intensidade luminosa e grau de umidade relativa ao ar, fatores decisivos para o seu bom desenvolvimento vegetativo e formação abundante de tubérculos, deve o Estado, pelos seus órgãos especializados responsáveis pelo fomento vegetal, promover as seguintes medidas:

1. Difundir instruções específicas, através de cartazes, aos produtores de batatinha, preconizando-lhes as técnicas modernas de cultivo, referentes à escolha das melhores variedades, manejo racional do solo, aplicação obrigatória de adubos e de defensivos de combate e controle às pragas e, sobretudo, às doenças bacterianas, fúngicas e de vírus, para uma produção bem remuneradora.
2. Promover a seleção de um grupo de plantadores tradicionais de batata, visando a instalação, em suas propriedades, de campos de multiplicação dessa Solanácea, sob regime de culturas assistidas e fiscalizadas, para a formação de produtores registrados de batata-semente certificada.
3. "Promover, mediante estudos técnicos e específicos, a construção de um armazém de batata, semelhante aos já existentes nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraíba, nos municípios de Te

resópolis ou de Friburgo, com a capacidade de estocagem e conservação a frio, de 3 a 5°C, durante os meses que precedem as épocas de plantio, de até 200 toneladas de batata-semente para distribuição aos plantadores tradicionais das zonas produtoras do Estado de variedades de estirpes européias já aprovadas, cujo estado de sanidade e conservação do tubérculo é uma garantia segura ao seu desenvolvimento vegetativo."

oooOooo

7.2.2.- Cultura Temporária - AbacaxiII - DESENVOLVIMENTO2.0.- POSIÇÃO DO SUB-TEMA NA CONJUNTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

A cultura do abacaxi ocupa atualmente, para a economia do Estado do Rio de Janeiro, uma cotação de 4º lugar dentre as de exploração econômica.

Esta cultura tem desempenhado importante papel na economia do Estado do Rio de Janeiro, constituindo-se, mesmo, em fonte de divisas para o País.

A sua produção neste Estado, concentra-se nos Municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu, onde são encontradas, em cultivo, áreas de relevante expressão numérica.

Apesar de sua significação econômica, não se verifica entretanto, nesta cultura, o menor grau de evolução técnica, prevalecendo o sistema rotineiro de sua exploração, disseminado por todo o Estado.

Encontramos nas zonas de cultivo, predominantemente, abacaxis das variedades "Branco de Pernambuco" e "Bico de rosa", mais conhecidas neste Estado, como "Pérola" e "Maranhão", respectivamente. Ambas as variedades em plena degeneração: frutos piramidais, excessivamente compridos, redução do tamanho dos frutos elementares, escape demasiadamente longo e proliferação de "filhotes" basais.

É a propagação descuidada de clones portadores de tais defeitos, que se perpetua através do plantio agâmico; a falta de seleção e de hibridação, no sentido da obtenção de variedades correspondendo às exigências da indústria frutícola; é a impossibilidade, por ignorância e por falha natural, de se prestar à cultura os tratos necessários. Tal situação, está a exigir uma completa revisão dos métodos culturais usados, quando então se deverá atentar para os aspectos de:

- 1 - Seleção da muda
- 2 - Sistemas de plantio e rotação
- 3 - Nutrição da planta
- 4 - Contrôles de pragas e doenças
- 5 - Colheita, beneficiamento e comercialização.

Assim, a medida que imediatamente se impõe, é pôr termo à

propagação de defeitos estampados na produção, graças à multiplicação de clones não estimáveis industrialmente.

Torna-se urgente que seja organizada a seleção de mudas, dentro de uma inspecção rigorosa dos plantios ou pomares adultos, de modo a escolher-se o material de propagação, de plantas cujos frutos tenham variado segundo caracteres recomendáveis.

A não ser assim, logo que a produção do Estado seja oferecida em maior parcela que a procura, virá o desânimo dos agricultores, habituados aos preços atuais. E é preciso, portanto, muito antes que o desalento bata à porta do lavrador, produtor de um gênero que, pela sua apresentação, não pode sair para a competição nos mercados externos, seja preparada a exploração dessa cultura em novas bases, e como fundamental a seleção de mudas.

Convém, ainda, considerar o problema que constitui a escassez das mudas para plantio, visto que grande parte delas acompanha os frutos à guisa de acondicionamento, por ocasião da expedição dos mesmos ao mercado consumidor. Essa prática, de uso generalizado entre os nossos plantadores de abacaxi, traz os mais sérios prejuízos, não só pela falta de mudas que acarreta, como principalmente, por se tratar do melhor material de propagação de que se dispõe - mudas baseais e do escape - conforme conclusões baseadas em trabalhos experimentais realizados.

Surgem, não obstante, nos montes de abacaxis encontrados nos centros de produção, feiras e mercados, frutos portadores de excelentes caracteres industriais. São variações clonais que carecem de estudo, seleção e multiplicação.

Assim, apesar de sua importância para a economia do Estado, carece a cultura de abacaxi, de sistematização para seu pleno desenvolvimento.

2.1.- DADOS ESTATÍSTICOS E INFORMATIVOS

A cultura do abacaxi tem efetivamente, tomado nestes últimos anos, tal incremento nos Estados de Minas Gerais, Paraíba, São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e outros, que está a exigir dos nossos dirigentes e técnicos especializados, um estudo cuidadoso dos seus múltiplos e complexos problemas, relacionados não só com o aspecto agrícola, mas também com o industrial e o de comercialização, no sentido de salvaguardar os altos interesses da iniciativa particular.

Avultados serão por certo os seus prejuízos se não houver desde já quem lhes oriente, defenda e estimule, a exemplo do que se vem fazendo nos mais importantes centros produtores do mundo.

Quadro I - Maiores produtores brasileiros de abacaxi em 1960.

Estado	Quantidade em 1000 frutos	Área cultivada em ha.	Rendimento em frutos/ha.
Minas Gerais	39.841	4.964	8.025
Paraíba	37.834	2.966	12.755
São Paulo	26.141	3.471	7.531
Pernambuco	16.271	2.443	6.660
Rio de Janeiro	14.945	1.191	12.548
Rio Grande do Sul	7.619	2.700	2.821
Bahia	7.415	1.551	4.780
Paraná	3.169	846	3.745

Comparando-se a produtividade dessa cultura, entre as médias de rendimento por hectare obtidas no exercício de ... 1960, pelos Estados maiores produtores da Federação, verifica-se a bastante superioridade do Estado do Rio de Janeiro relativamente a Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco e o desequilíbrio grande com as demais unidades, sendo sua produção média, somente inferiorizada, pelo Estado da Paraíba.

Com base no que dispõe o quadro II, verifica-se que a área destinada ao cultivo de abacaxi tem sofrido acentuado acréscimo. Entretanto, dado o sistema empírico de sua exploração, não nos permite êle esperar uma contribuição mais expressiva para o aumento de renda da receita estadual.

A grande procura e ótima cotação dos nossos abacaxis nos mercados platinos e europeus, quando selecionados e em perfeitas condições sanitárias, a facilidade com que se poderá fazer a sua exploração comercial no nosso País e a vantagem de poder suportar o fruto a frigorificação por muitos dias, nos demonstram que precisamos incrementar por todos os meios, a cultura dessa preciosa planta, cujos frutos sempre encontrarão consumo, seja em estado fresco ou sob as formas várias com que nos apresenta a sua indústria, tanto dentro como fora do País, por mais volumosa que seja a sua produção.

Quadro II - Comparação da cultura de abacaxi do Estado com a do Brasil - Período de 1958/1960.

A-N O	Quantidade em 1000 frutos		Área cultivada em ha.		Rendimento em ha.	
	Brasil	Rio de Janeiro	Brasil	Rio de Janeiro	Brasil	Rio de Janeiro.
1958	156.136	12.055	22.754	967	68.619	12.466
1959	164.826	12.577	23.968	1.020	68.769	12.330
1960	177.950	14.945	24.716	1.191	71.997	12.548
Média	166.304	13.192	23.812	1.059	69.795	12.448

Os trabalhos experimentais sôbre abacaxi deverão se concentrar nos problemas ligados a:

- 1 - Variedades, seleção e melhoramento genético.
- 2 - Nutrição da planta - adubação.
- 3 - Pragas e doenças: biologia e controle.
- 4 - Fisiologia da planta: hormonização.

1 - Variedades, seleção e melhoramento genético

Devemos, aqui, ressaltar a necessidade de intensificação desses trabalhos, buscando a obtenção de híbridos mais rústicos e criação de variedades de polpa amarela, mais apropriadas à indústria de enlatamento destinada à exportação.

A N O	Área cultivada em ha.		Produção - Quantid. Ton.(+)	
	Brasil	R.J.	Brasil	R.J.
1961	26.093	1.239	182.713	15.595
1962	26.867	1.221	183.969	14.923
1963	28.474	1.087	182.724	13.234
1964	29.471	1.070	193.875	12.529

2 - Nutrição da planta - adubação

A feição dos solos nas zonas de cultura do Estado, se caracteriza por dois aspectos topográficos distintos:

- a) um de terras baixas de constituição argilosa, ácidas, de espessura variável e péssima drenagem;
- b) o outro é oferecido pelos solos fortemente ácidos, de difícil acesso a emprêgo de máquinas, onde geralmente, se desenvolve a exploração da cultura.

São terras de origens as mais diversas, algumas ricas em potássio, elemento êsse de que o abacaxi é tão exigente.

(+) Quadro demonstrativo com dados mais recentes fornecidos por outro informante.

te, o que, ao nosso vêr, justifica, em parte, a existência e exploração dessa cultura por tantos anos sucessivos, numa mesma gleba.

Êsses solos, em virtude de sua constituição e relevo topográfico, situação agravada pelo sistema de plantio (morro acima) e capinas inconsideradas, perderam muito da sua camada arável por efeito da erosão. Seria prudente, antes de qualquer ensaio de adubação química, reconstituir a camada húmifera mediante copiosa e prolongada adubação verde. Assim, melhor reagiriam às fórmulas de adubação química, que deverão, sempre, ter lastro à matéria orgânica.

Os projetos sobre nutrição deverão prever: adubação mineral e diagnose foliar, adubação orgânica e mineral, estudo das deficiências minerais, métodos de aplicação de adubos químicos e corretivos.

O assunto seria, entretanto, devidamente investigado pelo setor especializado em estudos de solos, que apresentaria projeto sobre levantamento detalhado dos solos das zonas de produção do Estado, sugerindo melhor, posteriormente, os estudos a serem conduzidos.

Em resumo, considerariam neste item, o problema do solo no que diz respeito ao seu relevo e constituição, apontando como causas determinantes do seu empobrecimento:

- a) exploração continuada;
- b) sistema de plantio usado;
- c) capinas exageradas;
- d) falta de proteção;
- e) dêsuso de adubações periódicas, gerando tudo isso, pela má nutrição das plantas, condições propícias à incidência de pragas e doenças e conseqüente baixa produtividade.

3 - Pragas e doenças: biologia e contrôle

Entre os grandes inimigos do abacaxi, figuram como mais importantes:

- a) o Pseudococcus brevipes, inseto responsável pela "murcha", é, sem dúvida, a maior praga da cultura, atacando raízes, fôlhas e frutos, seja em plantas adultas ou nas mudas novas.

- b) a lagarta de Tecla brasilides causadora da "resinose" do fruto, disseminada por todas as zonas de cultivo do Estado, produzindo danos que atingem muitas vezes a elevadas porcentagens. Atente-se, por exemplo, para a queda de produção havida no município de Boituva, em São Paulo, que num período de 10 anos decresceu de 6 milhões para 50.000 frutos.
- c) podridão preta do abacaxi, também conhecida como podridão negra, podridão mole ou podridão do escaço, doença causada nos frutos colhidos, pelo fungo Ceratostomella paradoxa (thielaviopsis paradoxa).

VERMES:-

É importantíssimo para nós, determinar o grau de incidência de nematóides, nas zonas de produção do Estado, pois acreditamos que a sua presença já deva constituir objeto de preocupação. Os seus efeitos sobre a cultura são com frequência atribuídos erroneamente a outras causas, agravando, assim, de ano para ano, os prejuízos que êles determinam.

Difícil de identificação, são causadores de lesões nas raízes, alimentando-se do cortex das mesmas, destruindo as células que são em seguida atacadas por fungos. O contróle sanitário da cultura, geralmente não é praticado pelos nossos plantadores.

Projetos relacionados com êsses problemas, serão devidamente intensificados pelas Seções especializadas, desde que sejam propiciadas às mesmas, os recursos indispensáveis.

4 - Fisiologia da planta: hormonização.

A utilização racional dos hormônios, na cultura do abacaxi, oferece enormes vantagens econômicas.

A concentração da produção nos 4 meses do ano - outubro a janeiro - conforme ocorre no Estado do Rio, traz os maiores inconvenientes, não só para o produtor, que se vê obrigado a colocar toda a safra numa época de saturação do mercado e conseqüente aviltamento dos preços, como para o exportador e as indústrias de enlatamento, forçando-os a trabalhar durante período muito curto.

Em face dessa situação, não resta outra providência senão o deslocamento da safra normal para período mais

conveniente, aumentando-se dêste modo o valor potencial do fruto, proporcionando-lhe saídas mais remuneradoras, para o que se faz indispensável o concurso da hormonização para contrôle da floração.

O problema a ser estudado em linhas gerais, seria a interação-adubação - hormonização, com a finalidade de se encontrar um meio de produzir frutos comercializáveis em época ou épocas mais convenientes.

O projeto incluiria o estudo do efeito dos elementos N.P.K., isolados e combinados, em conexão com o tratamento hormonal, assim como as épocas de adubação e a aplicação dos hormônios.

Em síntese, a cultura do abacaxi no Estado do Rio de Janeiro carece, atualmente, para que se proporcione um aumento na produtividade no mínimo de 50%, das seguintes providências de caráter urgente:

- 1 - A obtenção de variedades mais resistentes e apropriadas à industrialização;
- 2 - Uso de mudas selecionadas;
- 3 - Emprêgo de adubação;
- 4 - Utilização das práticas de conservação do solo;
- 5 - Contrôle sistemático das pragas e doenças;
- 6 - Estudo dos problemas de beneficiamento, conservação, embalagem e comercialização.

III - CONCLUSÃO

3.1.- A cultura do abacaxi, como qualquer outra atividade agrícola, quando bem orientada, é capaz de produzir um desenvolvimento sócio-econômico de real valor para a região onde esta atividade está implantada.

Naturalmente que, quanto mais técnica e aperfeiçoada fôr a exploração, dentro daquele preceito de agricultura, da extração da maior produção dentro da menor área possível, mais rápido será êste desenvolvimento sócio-econômico.

Êste desenvolvimento virá caracterizar-se pelas melhores condições de salários aos rurícolas, maior mercado de trabalho e maior evolução de progressos da sociedade da cidade na região onde se implantar esta atividade.

A sua exploração, como a de qualquer outra empresa agrícola, é um motivo positivo para evitar o êxodo do homem do

campo para as grandes metrópoles à procura de outros mercados de trabalho.

A exploração desta cultura quando bem racionalizada, dentro daqueles padrões de técnicas aperfeiçoadas e adaptada à região, implicará, forçosamente, em aumento considerável da produtividade, influenciando naturalmente no custo de vida e finalmente dando ensejo à criação de uma atividade mais especializada que é a industrialização.

Com o surgimento da industrialização, abrem-se novos horizontes de progresso à sociedade local, com novas possibilidades de trabalho a outras classes de homens, com grau de instrução mais adiantado.

Pelo exposto, qualquer atividade agrícola é capaz de promover o desenvolvimento sócio-econômico de uma cidade, região ou País, como já se acha registrado na história de alguns Estados brasileiros.

7.3. PRODUÇÃO ANIMAL7.3.1. GRANDE PORTE7.3.1.1. GADO DE CORTEII - DESENVOLVIMENTO2.0. POSIÇÃO DO SUB-TEMA NA CONJUNTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

A pecuária de corte no Estado do Rio, representa uma grande atividade econômica, principalmente a recria de rebanhos de outros Estados, como Minas Gerais e Bahia. As proximidades do centro consumidor representado pela Guanabara e os municípios fluminenses fronteiriros àquele Estado ou circundando a baía de Guanabara, representam um estímulo ao desenvolvimento dessa exploração que teve o seu principal reduto nos municípios da Baixada Fluminense.

2.1. DADOS ESTATÍSTICOS E INFORMATIVOS

Segundo o Serviço de Estatística de Produção do Ministério da Agricultura, são os seguintes, no Estado, os dados referentes ao rebanho bovino e respectivo abate:

A N O	REBANHO (1.000 cabeças)	ABATE (1.000 cabeças)
1962	1.490	412
1963	1.562	405
1964	1.643	466

Segundo os dados obtidos pelo Levantamento Sócio-Econômico do Estado do Rio de Janeiro, o rebanho bovino fluminense está com 1.764.779 cabeças, valendo Cr\$ 205.462.000.000.

III - CONCLUSÃO

3.1. Embora os elementos estatísticos apresentem dados relevantes em favor da economia fluminense, é sabido que o nosso rebanho, por uma série de fatores, apresenta um desfrute baixo, o que significa uma rentabilidade indesejável, principalmente pela baixa natalidade, pela alta mortalidade e pela idade avançada com que os novilhos são levados ao matadouro. Além disso podemos citar um fato de grande importância a complicar o problema da pecuária de corte: a recria. Por mais fácil e mais lucrativa, desinteressam-se os pecuaristas pela criação de fêmeas e bezerros, o que significa o estacionamento da pecuária de corte, pela não progressão do seu rebanho.

3.2. As principais soluções para êsses problemas são as seguintes:

- a. melhoria das condições de sanidade, manejo e alimentação dos rebanhos;
- b. estímulo à melhoria genética dos plantéis em cria ou recria;
- c. coordenação das indústrias com a pecuária de corte, permitindo melhores condições de comercialização;
- d. estímulo através de medidas governamentais à cria de fêmeas e bezerros.

7.3.1.2. PECUARIA DE LEITEII - DESENVOLVIMENTO2.0. POSIÇÃO DO SUB-TEMA NA CONJUNTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

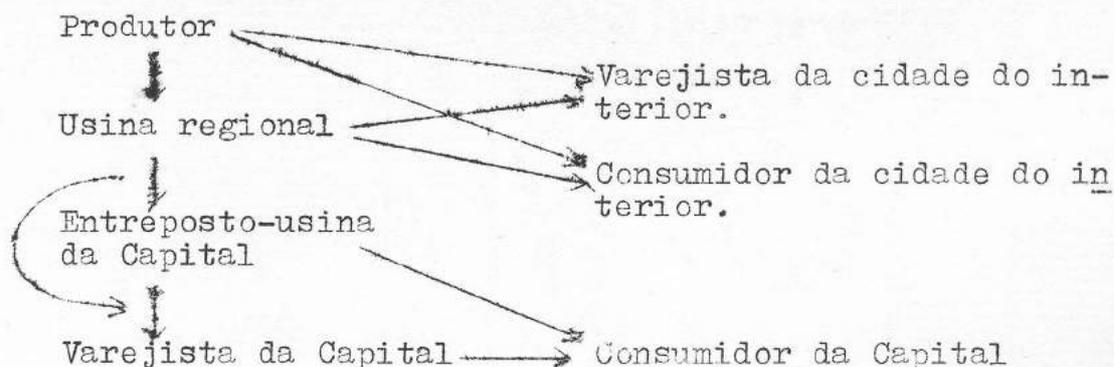
A pecuária de leite, sendo uma das principais explorações do Estado do Rio de Janeiro, é evidentemente um fator preponderante e que tem um sentido social e econômico, que merece destaque.

Na zona rural fluminense, onde vive a maior parcela de sua população humana, se desenvolve paralelamente, uma população bovina, da qual se explora o leite, vivendo ambas numa interdependência muito estreita. A primeira, trabalhando o campo, no cultivo de forrageiras, na limpeza das pastagens, na conservação de forragens, no manejo dos pastos e do gado, em fim, se dedicando ao gado para explorar-lhe o leite. A segunda, dando a sua produção, para que dela seja tirado o sustento da primeira; daí podemos avaliar, o quanto uma população depende da outra.

Quando a produção é levada aos grandes centros, onde o crescimento demográfico é mais condensado, ela vai contribuir com mais intensidade, não só como alimento, que é de considerável substância, mas ainda como fonte de renda para aqueles que dela dependem diretamente, que são os criadores, suas famílias e todos que com êle trabalham para manter o rebanho leiteiro.

O Estado do Rio de Janeiro ocupa lugar de destaque no tocante à produção leiteira, uma vez que contribui de maneira marcante para o abastecimento dos grandes centros urbanos, como as cidades do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo.

A comercialização do leite "in natura", verifica-se da seguinte forma:



Existem fábricas de laticínios que recebem o leite diretamente do produtor. A venda dos produtos acabados, como queijo, requeijão, creme Suisso e manteiga se processa através de rede comercial comum. Temos também a fabricação rural, ou seja, o queijo ou manteiga fabricados pelo próprio produtor e comercializados pelo mesmo. Conta o Estado com duas importantes fábricas de leite em pó, uma no Norte, a Fábrica de "Leite Glória", no município de Itaperuna e outra no Sul, a "Nestlé" no município de Barra Mansa.

A tendência do produtor fluminense, é de agrupar-se em torno das Cooperativas, no sentido de ter seu produto melhor comercializado, o que vai lhe proporcionar maiores rendimentos.

Com relação ao nível de vida do homem do campo, que vive exclusivamente do leite, vamos encontrar uma percentagem muito baixa dos que vivem um padrão médio, uma vez que a maioria tem baixo nível. Encontramos muitas vezes proprietários que executam pessoalmente os serviços da propriedade, quer ordenhando as vacas, quer limpando pastos. Verifica-se que o consumo de leite por êles próprios, é muito reduzido, porque procuram aproveitar o máximo para vender e suprir outras necessidades. Por isso podemos avaliar o primitivismo em que vive grande parte dos pecuaristas fluminenses.

Possui o Estado condições favoráveis para o desenvolvimento de pecuária leiteira em moldes racionais, bastando para isso que se dê condições de assistência a esta pecuária. Outro fator importante é a humanização do elemento que se dedica a tal exploração, faltando para êle também a parte assistencial.

2.1. DADOS ESTATÍSTICOS E INFORMATIVOS

A maioria dos produtores fluminenses é de pequenos criadores, com um rendimento médio que não ultrapassa 100 litros diários. É grande o número daqueles que enviam para as usinas cerca de 10, 20 e 30 litros diários. Predomina a média e a pequena propriedade. Raras são as grandes que, apesar de serem as maiores produtoras, apresentam produtividade pequena.

O rebanho leiteiro, no tocante à composição racial, é constituído, em sua grande maioria, de mestiços em que o "sangue" de gado indiano está sempre presente, seja predominando, seja como lastro ou base. A tendência é para o cruza -

mento com raças européias especializadas, entre as quais predomina a Holandesa malhada de prêto. Em segundo plano aparecem a Holandesa vermelho e branco, a Schwyz a Jersey e a Guernsey. A produtividade é baixa, sendo a média de 3 litros/dia.

2.2. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Alimentação deficiente é a principal causa que impede nossa criação de gado em geral, e a pecuária leiteira em particular, de se desenvolver em ritmo mais acelerado.

A alimentação tem como base primordial o pastejo em campos naturais, sem que se preocupe com a cultura de pastagens e a conservação de forragens. As pastagens permanentes em nosso meio criatório, são formadas pelas seguintes espécies, que predominam: capim Gordura (*Melinis minutiflora*), Jaraguá (*Hiparrhenia rufa*) e Angola (*Panicum purpurascens*). Há dez anos, o quadro de ocorrência das três espécies era:

BACIA LEITEIRA	% do nº de fazendas pesquisadas		
	Gordura	Jaraguá	Angola
Niterói	76,7	58,3	48,3

Além dos acima citados, são também comuns os capins colônia e sempre-verde (variedade de *Panicum maximum*) e pangola (*Digitaria decumbens*). Existem, também, culturas de forrageiras, para pastejo indireto e incluímos nessa categoria, os capins e outras forrageiras cultivadas para serem colhidas pelo homem e fornecidas aos animais no côcho. Na pecuária leiteira destacam-se os capins elefante (variedade de *Pennisetum purpureum*), Guatemala (*Tripsacum fasciculatum*), Venezuela (*Axonopus scoparius*), os sorgos (*Sorghum sp*) e o milho (*Zeamays*). De tôdas as forrageiras de corte, a mais utilizada no criatório fluminense, é a cana-de-açúcar (.... *Saccharum officinarum*), com diversas variedades. São de uso corrente, a mandioca (*Manihot sp*) e a batata doce (..... *Ipomoea batatas*). Algumas leguminosas são plantadas em consorciação com os capins de corte pelos criadores mais adiantados. Citamos a soja perene (*glycine javanica*), a mucuna (*Styrolobium sp*) e o lab-lab (*Dolychos lab-lab*).

A conservação de forragens, é uma prática pouco utilizada, tanto na parte de silagem como na fenação.

Com referência à sanidade do rebanho leiteiro, vamos encontrar doenças infecto-contagiosas, parasitárias e carenciais, como responsáveis por prejuízos de grande vulto, seja em virtude do decréscimo de produção ou do excessivo alongamento do ciclo de preparo dos animais até a fase produtiva. As "doenças da idade jovem", notadamente as enterites (salmoneloses), a pneumonia e as onfaloflebites, ocorrendo isoladamente ou em conjunto, são responsáveis por uma alta mortalidade de bezerras, da ordem de 30%, tendo sido verificados índices de até 50%. São também elevados os índices de brucelose nos rebanhos leiteiros.

O parasitismo pelo carrapato (*Boophilus microplus*) e o berne (*Dermatobia hominis*) é outro sério fator de decréscimo da produtividade dos rebanhos. O carrapato serve ainda como agente transmissor da babesiose e da anaplasmosse.

As helmintoses gastro-intestinais, retardam o crescimento dos animais jovens e chegam mesmo a provocar a morte; destacam-se como mais prejudiciais os nematóides da família *Trichostrongylidae*, notadamente dos gêneros *Trichostrongylus* *Haemonchus*, *Cooperia* e *Ostertagia*.

A Bacia Leiteira do Estado do Rio de Janeiro, é a principal responsável pelo abastecimento da Capital fluminense. Também é o Estado o segundo colocado quantitativamente no abastecimento ao Estado da Guanabara, sendo antecedido pelo de Minas Gerais e seguido pelo do Espírito Santo.

Para que se possa avaliar o quanto significa o montante em litros de leite de cada município fluminense, basta que se observe o quadro que se segue, que dá a produção de 1965, de leite "in natura" e no quadro seguinte a produção de queijo. Outro ponto que merece atenção, é o valor desses produtos, que dá uma idéia do que o Estado possui como fonte de renda, e suas perspectivas quando essa produção fôr aumentada, como é desejo dos órgãos públicos e particulares que se dedicam a esse ramo de atividade.

L E I T E - 1 9 6 5

MUNICÍPIOS	QUANTIDA- DE - 1.000 lt.	P.Médio	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$1.000)
1 - Angra dos Reis	75.200	160	12.032
2 - Araruama.....	40.000	130	52.000
3 - Barra do Pirai	3.641.000	120	436.920
4 - Barra Mansa	20.000.000	140	2.800.000
5 - Bom Jardim	1.600.000	90	144.000
6 - B.J.Itabapoana	9.000.000	100	900.000
7 - Cabo Frio	70.000	140	9.800
8 - Cachoeiras de Macacu	75.000	140	10.500
9 - Cambuci	990.000	130	128.700
10- Campos	6.180.000	140	865.200
11- Cantagalo	9.500.000	90	855.000
12- Carmo	6.771.752	122	826.154
13- Casimiro de Abreu..	800.000	105	84.000
14- Conceição de Macabu	2.897.493	130	376.674
15- Cordeiro	1.600.000	110	176.000
16- Duas Barras.....	2.500.000	120	300.000
17- Duque de Caxias....	350.000	180	63.000
18- Engº Paulo de Frontin.	2.320.000	116	269.120
19- Itaboraí	648.000	140	90.720
20- Itaguaí.....	520.000	120	62.400
21- Itaocara.....	4.300.000	120	516.000
22- Itaperuna.....	20.551.274	99	2.034.576
23- Laje do Muriaé	1.880.000	99	186.120
24- Macaé	11.000.000	100	1.100.000
25- Magé	720.000	110	79.200
26- Mangaratiba.....	582.000	160	93.120
27- Maricá.....	450.000	150	67.500
28- Mendes	116.380	142	16.526
29- Miguel Pereira.....	2.558.914	80	204.713
30- Miracema	4.400.000	100	440.000
31- Nat.do Carangola...	6.480.000	90	583.200
32- Niterói.....	12.000	100	1.200
33- Nova Friburgo	600.000	110	66.000
34- Nova Iguaçu	1.400.000	120	168.000
35- Paracambi	120.000	130	15.600
36- Paraíba do Sul	9.800.000	119	1.166.200
37- Parati	67.500	150	10.125
38- Petrópolis	1.600.000	135	216.000
39- Pirai	7.500.000	110	825.000
40- Porciúncula	4.000.000	120	480.000
41- Resende	20.996.560	130	2.729.553
42- Rio Bonito.....	1.600.000	140	224.000
43- Rio Claro	6.100.000	120	732.108
44- Rio das Flores.....	9.000.000	100	900.000
45- Sta.MªMadalena.....	4.100.000	110	451.000
46- Sto.Antºde Pádua...	12.560.710	120	1.507.285
47- São Fidélis.....	5.919.804	100	590.980
48- São Gonçalo.....	420.000	160	67.200
49- S.João da Barra....	1.450.000	150	217.500
50- S.João de Meriti...	11.500	120	1.380
51- S.Pedro da Aldeia..	1.350.000	140	189.000
52- S.Sebastião do Alto.	3.500.000	120	420.000
53- Sapucaia.....	9.100.000	100	910.000
54- Saquarema	36.000	130	4.680
55- Silva Jardim	960.000	100	96.000
56- Sumidouro.....	2.300.000	140	322.000
37- Teresópolis.....	370.000	100	37.000

MUNICIPIOS	QUANTIDADE 1.000 lt.	P.Médio	VALOR DA PRODUÇÃO Cr\$ 1.000
58- Trajano de Moraes..	2.990.000	100	299.000
59- Três Rios.....	13.600.000	150	2.050.000
60- Valença.....	42.000.000	100	4.200.000
61- Vassouras	15.360.000	90	1.382.400
62- Volta Redonda	3.200.000	125	400.000
T O T A L	305.001.987	112	34.453.386

Q U E I J O - 1 9 6 5

MUNICIPIOS	QUANTIDADE	P.Médio	VALOR DA PRODUÇÃO Cr\$ 1.000
1 - Barra do Pirai	5.200	1.600	8.320
2 - Barra Mansa	50.000	1.500	75.000
3 - Bom Jardim	20.000	1.100	22.000
4 - B.J.Itabapoana	10.000	1.200	12.000
5 - Campos	50.000	1.600	80.000
6 - Cantagalo	50.000	900	45.000
7 - Carmo	25.854	1.050	27.147
8 - Conceição de Macabu	32.000	1.400	44.800
9 - Cordeiro	3.900	1.400	5.460
10- Duas Barras	2.900	2.000	5.800
11- Eng.Paulo de Frontin	900	1.000	900
12- Itaguaí	1.800	2.000	3.600
13- Itaocara	8.600	1.200	10.320
14- Itaperuna	29.976	1.191	35.701
15- Macaé	12.000	1.000	12.000
16- Mangaratiba	3.880	700	2.716
17- Migual Pereira	3.720	900	3.348
18- Miracema	25.000	1.600	40.000
19- Nova Friburgo	9.000	1.200	10.800
20- Paraíba do Sul	8.500	1.100	9.350
21- Petrópolis	12.000	1.200	14.400
22- Resende	18.760	1.000	18.760
23- Rio Bonito	5.000	1.300	6.500
24- Rio Claro	19.000	1.500	28.500
25- Rio das Flores	5.500	650	3.575
26- Sta.Mª.Madalena....	68.000	1.200	81.600
27- São Fidelis	2.000	1.000	2.000
28- S.João da Barra ...	23.000	1.000	23.000
29- S.Sebastião do Alto.	10.000	800	8.000
30- Sapucaia	5.000	1.000	5.000
31- Saquarema	100	1.600	160
32- Silva Jardim	6.000	1.000	6.000
33- Sumidouro	12.000	1.000	12.000
34- Trajano de Moraes..	17.000	900	15.300
35- Três Rios	15.000	1.000	15.000
36- Valença	178.000	650	115.700
37- Vassouras	13.500	733	9.896
T O T A L	763.090	1.074	819.653

O mercado fluminense de leite e derivados é condicionado , primeiramente a um setor de produção primária que enfrenta inúmeros fatores de limitação ao seu desenvolvimento, desde as questões de estrutura fundiária, até o nível tecnológico das explorações, as condições sociais e de trabalho, a baixa produtividade, bem como os custos de produção relativamente elevados e as acentuadas oscilações sazonais. No setor secundário, para beneficiamento ou transformação do produto, alinham-se as pequenas fábricas e fabriquetas, urbanas e rurais, que trabalham em condições tecnológicas as mais precárias e rotineiras possíveis.

Na comercialização vamos encontrar como problema preponderante, a inadequação de usinas, que, além do mais, possuem pequena capacidade industrial instalada. Esse é o caso do Entrepósito de Niterói, que prejudica a distribuição do leite chegado do interior do Estado.

Vamos encontrar no Estado o seguinte quadro, que nos dá o número de fábricas de laticínios, de usinas de pasteurização e postos de resfriamento:

ESTADO	FABRICAS	USINAS	POSTOS	TOTAL
Rio de Janeiro	25	35	9	69

O quadro seguinte, nos dá o consumo de leite nas capitais dos Estados das regiões Norte, Nordeste, Letes, Sul e Centro-Oeste.

CONSUMO DE LEITE "IN NATURA" NO D.FEDERAL
E CAPITAIS DOS ESTADOS DO BRASIL

Cidade (Município)	Es- ta- do	1 9 5 7			1 9 6 0		
		População 1.000 hab.	Consumo Diário		População 1.000 hab.	Consumo Diário	
			Global 1.000 litros	per capita ml		Global 1.000 litros	per capita ml
NORTE	-	558	16	30	750	12	16
Porto Velho	RO	42	-	-	51	0	4
Rio Branco	AC	41	-	-	48	1	30
Boa Vista	RD	23	-	-	26	1	31
Macapá	AP	37	-	-	47	1	12
Manaus	AM	164	2	9	175	4	23
Belém	PA	351	14	40	402	5	12

Cidade (Município)	Es ta do	1 9 5 7			1 9 6 0		
		População 1.000 hab.	Consumo Diário		População 1.000 hab.	Consumo Diário	
			Global 1.000 litros	per capita ml		Global 1.000 litros	per capita ml
<u>NORDESTE</u>	=	1.838	97	53	2.104	86	41
São Luiz	MA	146	6	39	160	3	16
Terезina	PI	126	3	23	145	7	48
Fortaleza	CE	424	20	47	515	19	37
Natal	RN	142	10	71	163	10	62
João Pessoa	PB	143	9	63	155	7	45
Recife	PE	703	40	57	797	30	38
Maceió	AL	154	9	59	170	10	59
<u>LESTE</u>	-	4.535	576	127	5.103	629	123
Aracaju	SE	102	6	59	116	3	24
Salvador	BA	572	14	24	656	13	20
B. Horizonte	MG	566	88	155	693	105	151
Vitória	ES	73	10	138	85	9	107
Niterói	RJ	226	35	153	245	40	199
Guanabara	GB	2.995	424	142	3.307	459	139
<u>SUL</u>	-	4.175	770	184	4.926	908	184
São Paulo	SP	3.239	601	186	3.825	734	192
Curitiba	PR	294	28	96	361	32	89
Florianópolis	SC	88	7	77	99	7	75
Pôrto Alegre	RS	554	133	240	641	135	211
<u>CENTRO-OESTE</u>	-	172	15	88	353	20	58
Cuiabá	MT	57	1	19	58	2	42
Goiânia	GO	114	14	122	154	13	85
Brasília	DF	-	-	-	142	5	35
<u>BRASIL</u>	-	11.378	1.473	130	13.236	1.655	125

Analisando os dados chegamos à conclusão de que, na Capital fluminense, o consumo "per capita" passou do 5º lugar em 1957 para o 2º em 1960. Enquanto em 1957 um habitante de Niterói consumia 153 ml de leite, em 1960 esse passou a consumir 199 ml.

III - CONCLUSÃO

3.1. Com o objetivo de acelerar o desenvolvimento da pecuária leiteira fluminense e elevar o nível da oferta, mormente de leite em espécie, aos aglomerados urbanos, podem ser relacionados como medidas gerais:

- 1 - Execução de uma política que tenha por objeto orientar o fluxo da produção, para o suprimento de leite em espécie aos centros urbanos.
- 2 - Desenvolvimento de um intenso programa de divisão, formação e trato de pastagens, plantio de capineiras de cor

te e outras culturas ferrageiras, profilaxia das doenças e higiene do gado, ensilagem e fenação, tendo como objetivo imediato a elevação do rendimento por unidade de área explorada e a correção ou atenuação das quedas estacionais da produção.

- 3 - Melhorar a taxa de hereditariedade para produção leiteira, que é relativamente baixa.
- 4 - Adotar uma política mais acertada com relação à comercialização do produto de vez que é fraquíssima, por falta de aparelhamento do Entrepósito quando o mercado é bom. Isso ocorre pela precariedade de recursos por parte dos criadores, que não têm condição de aparelhar convenientemente, a Usina do Entrepósito, que está diretamente ligado a êles num sistema Central.
- 5 - Remoção das limitações estruturais que impedirem ou dificultarem os procedimentos acima, especialmente a existência de grandes áreas improdutivas ou de baixo grau de aproveitamento, a falta de integração entre sistemas de beneficiamento e industrialização, as deficiências de vias e meios de transportes, a inexistência de estocagem reguladora do mercado de certos derivados e a desorganização ou organização primitiva do mercado.
- 6 - Incentivar o Cooperativismo, porque através dêle:
 - a. O produto comercializado através das cooperativas centrais se destina prevalentemente ao abastecimento "in natura". As fábricas de que dispõe, dentro da bacia leiteira de consumo, operam apenas como reguladoras do fluxo de matéria prima.
 - b. A renda adicional decorrente do aumento da produção, é melhor distribuída.
 - c. Haverá incentivo ao desenvolvimento da consciência associativa do produtor rural, muitas vezes levado a desgarrar-se dos demais por interesses imediatistas. Os objetivos da organização cooperativista, além de econômicos, são, também, pela própria essência, sociais.
- 7 - Incentivo ao crédito orientado e estímulo à criação de um mercado de serviços básicos necessários à elevação do grau tecnológico do criatório, notadamente no terreno da planificação e assistência técnica, mecanização agrícola, irrigação, conservação e recuperação do solo.

- 8 - Política realista de preços e de financiamento que estimule a produção e a produtividade, baseada no comportamento do mercado e em levantamentos permanentes ou periódicos dos custos de produção da matéria-prima e de seu beneficiamento e distribuição.
- 9 - Montagem de programas regionais de controle leiteiro e certificação de reprodutores.
- 10- No campo da pesquisa e experimentação:
 - a. Levantamento econômico-zootécnico da bacia leiteira da Capital e das zonas industriais mais importantes.
 - b. Estudo do comportamento de rebanhos isolados, oficiais e particulares, em todo o Estado, como base da aferição de sua capacidade de produtividade nas nossas condições de meio.
 - c. Condições de experimento regional, em número adequado, sobre problemas de melhoramento do rebanho e de suas condições de produção, especialmente a alimentação.
 - d. Organização de uma rede de informações e montagem de pesquisas periódicas sobre as condições do mercado, o comportamento dos preços e a comercialização do leite e dos seus principais derivados.

3.2. SOLUÇÕES POSSÍVEIS

A solução para se ter um resultado a médio e longo prazo, seria a de ampliar a rede de Escritórios Regionais do PLAMAM (Plano de Melhoramento da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro), órgão ligado ao Departamento de Promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura, cujo principal objetivo é aumentar a produção e a produtividade da pecuária leiteira. O PLAMAM tem convênio com o Banco do Brasil e com as Cooperativas de Laticínios e dessa maneira, temos a assistência técnica, a financeira e o criador para recebê-las. O trabalho é orientado da seguinte forma:

- a. Atividades de Suporte do Trabalho
 - 1 - Instalação e montagem do Escritório Regional e respectiva patrulha mecânica.
 - 2 - Treinamento do pessoal
 - 3 - Formação de campos de multiplicação de mudas e sementes.
 - 4 - Experimentação aplicada e demonstração.
 - 5 - Pesquisas econômicas, zootécnicas, sanitárias e pedo

lógicas das áreas trabalhadas.

- b. Adoção de técnicas simples em larga escala:
 - 1 - Divisão de pastagens
 - 2 - Reforma e formação de pastagens.
 - 3 - Formação de capineiras de corte e cultivo de outras forrageiras (pastagens de reserva)
- c. Implantação de técnicas relativamente mais avançadas.
 - 1 - Incentivo à prática da conservação de forragens, mormente a ensilagem.
 - 2 - Irrigação de pastagens, mormente de reserva.
 - 3 - Correção e adubação de pastagens.
 - 4 - Introdução e generalização da dupla ordenha.
- d. Medidas complementares
 - 1 - Contrôles leiteiro massal.
 - 2 - Trabalhos de melhoramento de rebanho e seu manejo.

Como exemplo daquilo que o PLAMAM vem realizando no Estado do Rio de Janeiro, transcrevemos uma parcela do trabalho levado a efeito no município de Conceição de Macabu - Fundado em junho de 1964, com a fase de execução iniciada em novembro, o Escritório Regional de Conceição de Macabu não possibilita análise comparativa bastante válida dos dados globais. Resultados bastante auspiciosos, contudo, puderam ser evidenciados em grupos de fazendas assistidas.

Em oito delas, por exemplo, das quais sete procederam a reforma de pastagens, quatro fizeram divisão, cinco formaram capineiras de corte e uma plantou outras forrageiras. O confronto das produções de 1964 e 1965, apresentado no Quadro 1.III revela o seguinte:

- a) Inverteu-se a tendência de queda geral observada do princípio para o fim do ano;
- b) A variação estacional máxima reduziu-se de 39 para 12%;
- c) Mês a mês, exceção feita do primeiro trimestre, a produção de 1964 foi superada em t \hat{o} da a linha pela de 1965;
- d) Já em junho (plena s \hat{e} ca) recuperou-se em 1965 a produção de janeiro, e a linha de recuperação se manteve crescente até o fim do ano, quando foi superado até o indice de janeiro de 1964.

I.III - PRODUÇÃO MENSAL CONJUNTA DE 8 (OITO) COOPERADOS ASSISTIDOS PELO PLAMAM EM CONCEIÇÃO DE MACABU, RJ

1964/65

MÊS	1964		1965		DIF. 1965/64 VOLUME	%
	PRODUÇÃO	ÍNDICE JAN - 100	PRODUÇÃO	ÍNDICE JAN - 100		
JAN.	48.729	100	37.208	100	- 11.521	- 23
FEB.	40.013	82	31.076	84	- 8.937	- 22
MAR.	38.650	79	35.177	95	- 3.473	- 9
ABR.	29.829	61	32.851	88	+ 3.022	+ 10
MAIO	31.481	65	32.567	88	+ 1.086	+ 3
JUN.	32.660	67	36.574	98	+ 3.914	+ 12
JUL.	36.377	75	43.160	116	+ 6.783	+ 18
AGO.	37.109	76	45.469	122	+ 8.360	+ 22
SET.	37.316	77	45.010	121	+ 7.694	+ 20
OUT.	37.181	76	45.632	123	+ 8.451	+ 22
NOV.	40.437	83	47.411	127	+ 6.974	+ 17
DEZ.	39.637	81	50.691	136	+ 11.054	+ 27
TOTAL	449.419	922	482.826	1.298	+ 33.407	+ 7

Obs. Melhoramentos introduzidos: Divisão e/ou reforma de pastagens e formação de capineiras ou outros cultivos forrageiros.

e) Registrou-se um acréscimo de produção de 7,4% sobre o ano anterior, igual a 33.407 litros, vale dizer, uma renda bruta adicional, ao nível do setor primário, de Cr\$ 3,5 milhões/ano a preços correntes, ou Cr\$ 5 milhões a preços atuais.

A fim de eliminar os efeitos motivados por diferenças entre os dois anos, foram comparados os oito produtores referidos com o restante da Cooperativa, excluindo-se três destes que acusaram interrupção de atividade durante certas fases do período.

Tomando, na forma já descrita, a produção média por forneador de janeiro como igual a 100, tem-se o panorama do Quadro 1.IV.

Observa-se nêle a evidente superioridade do comportamento dos oito produtores assistidos, ao correr de 1965,

quando no ano anterior se haviam equivalido aos demais. Em 1964, com efeito, a soma das diferenças entre seus índices e os dos outros fornecedores fechou com o saldo positivo de apenas 4, ao passo que, no ano seguinte, houve um saldo positivo de 140.

Isto quer dizer que, para cada 100 litros de janeiro de 1965, os oito fornecedores em foco produziram, no restante do ano, litros de leite mais que os outros associados da cooperativa, quando no exercício anterior o saldo fôra de somente quatro litros.

As curvas de produção mensal apresentam, portanto, marcantes diferenças, tanto no comportamento dos oito fornecedores entre 1964 e 1965, como entre eles e os demais, neste último ano. Não se nota, ao contrário, diferenças significativas de comportamento entre o grupo assistido e os demais associados, no ano de 1964.

Uma produção, a maior da ordem de 140 litros/ano para cada 100 fornecidos em janeiro, resultaria para a Cooperativa de Conceição de Macabu, que operou 202 mil litros naquele mês de 1965, um volume adicional de 283 mil litros/ano no seu recebimento de leite.

1.IV.ÍNDICES DO FORN.MENSAL DE 8 PROD.ASSIST./ASSOC.COOP.(JAN.=100)

MÊS	1 9 6 4			1 9 6 5		
	PRODUTORES ASSISTIDOS	DEMAIS COOPERADOS	DIFERENÇA	PRODUTORES ASSISTIDOS	DEMAIS COOPERADOS	DIFERENÇA
	(a)	(b)	(a - b)	(c)	(d)	(c - d)
JAN.	100	100	-	100	100	-
FEV.	82	89	- 7	84	91	- 7
MAR.	79	74	- 5	95	98	- 3
ABR.	61	67	- 6	88	91	- 3
MAI.	65	67	- 2	88	90	- 2
JUN.	67	64	+ 3	98	87	+ 11
JUL.	75	68	+ 7	116	94	+ 22
AGO.	76	68	+ 8	122	95	+ 27
SET.	77	70	+ 7	121	93	+ 28
OUT.	76	73	+ 3	123	105	+ 18
NOV.	83	91	- 8	127	105	+ 22
DEZ.	81	87	- 6	136	109	+ 27
TOTAL	922	918	+ 4	1.298	1.158	+140

AÇÃO GOVERNAMENTAL

Deve ser conjunto, englobando o PLAMAM - A Campanha Contra a Febre Aftosa, o SIPAMA, Campanha contra a Raiça, Campanha Contra a Brucelose, a Experimentação e Treinamento e desta maneira, tem-se que fundir esforços, porque dentro de um Estado pobre, só existe um caminho viável: o da concentração de esforços e de recursos tanto do poder público como dos empresários rurais e das agências financeiras.

7.3.2. MEDIO E PEQUENO PORTE7.3.2.1 APICULTURAII - DESENVOLVIMENTO2.0 - POSIÇÃO DO SUB-TEMA NA CONJUNTURA SOCIO-ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.A APICULTURA COMO ATIVIDADE INDUSTRIAL

A Apicultura é ramo da indústria animal que trata da criação racional da abelha melífera e dos cuidados indispensáveis aos seus produtos.

A apicultura pode ser praticada como "indústria exclusiva" ou "indústria complementar".

Como "indústria exclusiva" é explorada pelos produtores de mel, cêra, geleia real, os criadores especializados de rainhas de raças puras e núcleos de abelhas, os fabricantes de apetrechos apícolas e os industriais que manipulam o mel e a cêra, transformando-os em sub-produtos

Como "indústria complementar" é bem mais significativa, visto que visa a dois objetivos: a exploração econômica direta da abelha, concomitantemente, o aumento e a melhoria da produção agrícola através a polinização das flôres.

Entre os produtos da abelha, o mel é o principal por ser um dos mais nobres alimentos naturais. O valor nutritivo do mel é inestimável como fornecedor de calor e energia.

COMPOSIÇÃO DO MEL

AGUA	17,7%	(de 12,7 a 27 %)
GLICOSE	34 %	(de 24,7 a 36,9%)
LEVULOSE	40,5%	(de 40,2 a 48,6%)
SACAROSE	1,9%	(- -)
CINZAS (MINERAIS)	0,18	(de 0,003a 0,9%)
PROTEINAS	0,3	(- -)

O restante de 5,42% é constituído por várias substâncias, a saber: ácidos, pigmentos, compostas aromáticos, alcoois superiores, amino-ácidos, dextrinas, enzimas, hormônios e vitamina B1 (tiamina) B2 (riboflavina), C (ácido ascórbico) e B6 (piridoxina) e ainda vários elementos em quantidades infinitamente reduzidas não dosadas.

O valor do mel na alimentação humana é tão importante que em vários países da Europa é o mesmo usado diariamente e na Bulgária obrigatório por lei nos hospitais, principalmente os hospitais infantís.

Existem dois tipos de méis produzidos para o mercado: o mel extraído e o mel em favos.

O mel extraído pode ser líquido ou cristalisado. Tanto um como outro são igualmente bons.

Ainda o mel ao natural, é utilizado na fabricação de pães, bôlos, balas, vinagre, vinhos, etc.

A cêra o segundo produto da abelha na escala econômica tem grande consumo em várias indústrias.

É utilizada na fabricação de cêra para lustrar assoalhos, graxa para lustrar sapatos, velas, cosméticos, produtos de impermeabilização e cêra moldada para uso do apicultor.

O própolis, outro produto da abelha, embora produzido em pouca quantidade, serve na preparação de vernizes e incensos aromáticos.

A geleia real constitui um eficaz ativador da vitalidade, um poderoso energético natural que confere ao organismo humano saúde e estímulo.

Está sendo usada com grande efeito na fabricação de cremes de beleza, e seu custo atual é Cr\$500 a grama.

Do veneno da abelha extrai-se o ácido fórmico que vem sendo usado em larga escala no tratamento de doenças reumáticas. Segundo observações do médico francês Fleury 60% dos casos tratados com o veneno da abelha tiveram cura, 30% com melhoras e somente 10% não obtiveram resultado algum.

A APICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A Apicultura no Estado do Rio de Janeiro não atingiu, como em nosso país, o desenvolvimento para uma produção na proporção da riqueza nectarífera da flora apícola existente, a qual se perde anualmente, e que poderia ser transformada em milhares de toneladas de mel, de modo a atender não só o mercado interno deficiente, como exportar o excedente, transformando-o em divisas, como fazem os nossos vizinhos Uruguai e Argentina.

Não nos faltam possibilidades de atender o mercado externo como vários países europeus de grande poder

aquisitivo. O mel brasileiro alcança vantajosas cotações, pelas suas qualidades de paladar, aroma, densidade, em função da riqueza da flora nacional.

Existem fichados no Setor Apícola da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro 200 (duzentos) apicultores que possuem aproximadamente 7.000 (sete mil) colméias mobilistas, que fazem criação racional, com a produção média de 31/36 quilos de mel por colméia, correspondendo 217 (duzentos e dezessete) toneladas. Com poucas exceções, a maioria cria abelhas como atividade subsidiária. Esses dados abrangem todos os municípios do Estado.

O Estado do Rio de Janeiro está fadado a se tornar um grande produtor de mel e cêra de abelhas, dado o crescente interêsse manifestado por considerável número de proprietários rurais. A confirmação do que se alega é a existência da Associação Fluminense da Apicultores, a Cooperativa Fluminense de Apicultores, todos com sede em Niterói, que representam o esforço da classe pela expansão dos negócios. Esses órgãos necessitam de auxílios e estímulos oficiais para que possam desempenhar com proveito suas finalidades.

ABELHAS AFRICANAS E SUA INFLUÊNCIA NO MEIO APÍCOLA

Sobre a abelha africana o Dr. Coriolano F. Caldes Filho, Sub-Chefe da Seção da Apicultura do Estado de São Paulo, diz o seguinte:

"introduzida em nosso meio a quase um decênio, graças à sua extrema rusticidade, e por terem encontrado um ambiente de clima mais benigno e menos infestado de inimigos naturais, tais abelhas, desde logo, multiplicaram-se com insólita rapidez, mesmo porque o amadurecimento sexual de suas rainhas é precoce, sua postura elevada, e mais rápido o ciclo evolutivo de suas operárias.

Tais abelhas são extremamente agressivas e perigosas. Seus ataques já têm provocado acidentes pessoais, alguns fatais, e prejuízos econômicos decorrentes da perda de animais de criação. Os seus ataques longe de serem isolados e defensivos como os das abelhas européias, são agressivos, maciços, persistentes e indiscriminados: resolvidas ao ataque, acometem com fúria, e não raro, sem justa causa aparente".

O pior, infelizmente, é que essa raça de abelhas introduzida no Estado de São Paulo, já emigrou para os Estados do Sul, Minas Gerais, Guanabara e Estado do Rio, nos quais tem provocado mortes de pessoas e animais domésticos.

No Estado do Rio êsses acidentes verificaram-se em Vassouras, Silva Jardim, Rio Bonito, Campos, Avelar, Cachoeiras de Macacu, Nova Iguaçu, Cambuci, São Fidélis, Itaperuna e Bom Jesus de Itabapoana.

A abelha africana tem influido no meio apícola, de maneira desfavorável, decepcionando aquêlas que julgaram tirar delas as suas qualidades de reprodução e produção de mel e cêra.

Os caracteres, agressividade, emigração e predominância às outrs raças, vêm fazendo com que os criadores abandonem a criação de abelhas mansas em face do difícil e perigoso trabalho de criar a abelha africana.

Êsse fato está contribuindo para o declínio da produção de mel no Estado, pelo menos na Baixada Fluminense, segundo nossa observação. E acreditamos ainda que essa queda de produção já é uma competição que a abelha africana está fazendo às abelhas européias mansas, na coleta de néctar.

A CONTRIBUIÇÃO DA ABELHA À PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A principal função da abelha na natureza não é produzir mel: é o agente polinizador que transporta o pólen fecundante de flor para flor, quer da mesma planta ou plantas diferentes.

Calcula-se que o valor econômico da polinização é 20 (vinte) vêzes maior que o da produção de mel e cêra.

Nos Estados Unidos os fazendeiros alugam dos apicultores as suas abelhas para fecundação de seus pomares, à razão de 1 a 8 dólares por colméia, ficando ainda o apicultor com a produção de mel e cêra.

Para êsse trabalho existem os apicultores especializados que se dedicam à "APICULTURA MIGRATÓRIA" como é denominada, transportando suas abelhas de região para região por ocasião das floradas.

A ação da abelha nos pomares e em certas culturas, contribui para aumentar a produção de frutos e sementes, na proporção de 30 a 50%.

Nenhuma estação experimental de frutos ou sementes poderá fazer uma base real da produção por hectare, se não mantiver ou contar nas proximidades com um apiário.

Q U A D R O N.º 1

QUADRO COMPARATIVO DA PRODUÇÃO DE MEL DE ABELHAS, POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA

DURANTE OS ANOS DE 1962, 1963 e 1964

<u>ESTADOS</u>	<u>1962</u>	<u>1963</u>	<u>1964</u>
		TONELADAS	
1º - RIO GRANDE DO SUL	1.741	1.903	2.136
2º - SANTA CATARINA	1.716	1.684	2.031
3º - PARANÁ	1.441	1.302	1.160
4º - SÃO PAULO	920	809	706
5º - MINAS GERAIS	472	486	465
6º - BAHIA	271	293	304
7º - RIO DE JANEIRO	130	166	193
8º - PERNAMBUCO ETC.	-	-	-

Q U A D R O N.º 2

QUADRO COMPARATIVO DA PRODUÇÃO DE CÊRA DE ABELHA, POR ESTADO, EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA, DURANTE OS ANOS DE 1962, 1963 e 1964

<u>ESTADOS</u>	<u>1962</u>	<u>1963</u>	<u>1964</u>
		TONELADAS	
1º - SANTA CATARINA	266	264	344
2º - RIO GRANDE DO SUL	233	242	272
3º - PARANÁ	296	278	271
4º - MINAS GERAIS	99	101	110
5º - BAHIA	68	74	86
6º - SÃO PAULO	74	63	69
7º - RIO DE JANEIRO	40	40	37
8º - PERNAMBUCO ETC.	-	-	-

Q U A D R O N º 3PRODUÇÃO DE MEL DE ABELHA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NOS ANOS DE 1960 A 1965

ANO	QUANTIDADE (TONS)	VALOR	Cr\$ 1.000
1960	122		26.840
1961	127		31.750
1962	130		32.581
1963	166		44.325
1964	190		93.145
1965	213		136.687

Q U A D R O N º 4PRODUÇÃO DE CÉRA DE ABELHAS NO ESTADO DO RIO DE JA-
NEIRO NOS ANOS DE 1960 A 1965

ANO	QUANTIDADE (TONS)	VALOR	Cr\$ 1.000
1960	36		4.320
1961	39		5.850
1962	40		7.899
1963	40		10.516
1964	63		20.520
1965	35		24.075

Q U A D R O N º 5PRODUÇÃO DE MEL DE ABELHAS - POR Kg

<u>1 9 6 5</u>	<u>QUANTIDADE PREÇO MEDIO VALOR DA PRODUÇÃO</u>		
<u>MUNICIPIOS</u>			
1 - Araruama	4.500	800	3.600
2 - Barra do Pirai	600	800	480
3 - Bom Jardim	2.000	500	1.000
4 - Cabo Frio	800	350	280
5 - Cachoeira de Macacu ..	700	900	330
6 - Campos	1.000	1.200	1.200
7 - Cantagalo	8.000	300	2.400
8 - Carmo	4.000	600	2.400
9 - Cordeiro	300	600	180
10 - Duas Barras	8.000	600	4.800
11 - Engº Paulo de Frontin	600	500	300
12 - Itaboraí	6.300	1.200	7.560
13 - Itaguaí	4.000	600	2.400
14 - Itaocara	1.680	1.000	1.680
15 - Mangaratiba	180	500	90
16 - Maricá	1.000	1.200	1.200
17 - Miguel Pereira	230	350	81
18 - Miracema	1.000	600	600
19 - Nova Friburgo	100.000	600	60.000
20 - Nova Iguaçu	2.100	250	525
21 - Paraíba do Sul	8.500	1.000	8.500
22 - Petrópolis	1.800	600	1.080
23 - Pirai	350	1.300	4.550
24 - Resende	2.984	700	2.089
25 - Rio Bonito	2.000	1.500	3.000
26 - Rio Claro	1.500	800	1.200
27 - Sta Maria Madalena ...	760	700	532
28 - São Fidélis	800	600	480
29 - S. Sebastião do Alto ..	1.320	909	1.200
30 - Sapucaia	3.500	500	1.750
31 - Teresópolis	9.000	500	4.500
32 - Trajano de Moraes	800	800	640
33 - Três Rios	8.000	800	6.400
34 - Valença	1.400	900	1.260
35 - Vassouras	20.000	400	8.000
T o t a l	212.954	641	136.587

Q U A D R O N º 6PRODUÇÃO DE CÊRA DE ABELHA NO ESTADO DO RIOPOR Kg1 9 6 5

QUANTIDADE PREÇO MÉDIO VALOR DA PRODUÇÃO

MUNICÍPIOS

1	- Araruama	1.500	1.000	1.500
2	- Barra do Pirai	150	700	105
3	- Bom Jardim	200	500	100
4	- Cabo Frio	70	350	25
5	- Cachoeira de Macacu..	24	950	23
6	- Cantagalo	2.500	150	375
7	- Carmo	1.000	1.200	1.200
8	- Cordeiro	120	600	72
9	- Duas Barras	1.300	1.400	1.820
10	- Eng ^o Paulo de Frontin	300	600	180
11	- Itaboraí	1.200	900	1.080
12	- Itaguaí	1.000	500	500
13	- Itaocara	820	1.300	1.066
14	- Mangaratiba	300	800	240
15	- Miguel Pereira	425	530	225
16	- Miracema	350	1.000	350
17	- Nova Friburgo	2.200	800	1.760
18	- Nova Iguaçu	140	600	84
19	- Petrópolis	1.300	500	650
20	- Pirai	1.200	1.300	1.560
21	- Rio Bonito	800	700	560
22	- Rio Claro	750	600	450
23	- St ^a Maria Madalena...	130	1.000	130
24	- São Fidélis	300	900	270
25	- S. Sebastião do Alto..	100	1.000	100
26	- Sapucaia	300	500	150
27	- Teresópolis	5.000	300	1.500
28	- Trajano de Moraes....	600	1.000	600
29	- Três Rios	500	800	400
30	- Vassouras	10.000	700	7.000
	T o t a l	34.579	696	24.075

2.2 - ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E COMPARAÇÃO DOS DADOS, ETC.

Depreende-se dos dados colhidos que a Apicultura no Estado do Rio de Janeiro está em ascensão lenta. Isto porque vem sendo praticada por reduzido número de proprietários rurais e muitos sem os conhecimentos técnicos indispensáveis, motivo porque não conseguem um resultado mais compensador que possa estimulá-los a aumentar o número de suas colméias.

Outro fator que dificulta a expansão dessa atividade é a dificuldade em se obterem os elementos de trabalho como sejam: núcleos de abelhas, rainhas selecionadas, colméias, centrífugas, cêra moldada e demais apetrechos apícolas a preços razoáveis. As firmas que negociam em material apícola cobram preços elevados e muitas vezes não podem atender a contento aos interessados.

Como se vê, pelos quadros estatísticos, o Estado do Rio de Janeiro está colocado no 7º lugar entre os Estados produtores de mel e cêra, embora tenha possibilidades de se colocar entre os primeiros, dependendo apenas oferecer aos interessados maiores facilidades na obtenção de material; dar maior amplitude ao curso de apicultura e instituir prêmios, exposições, divulgação e propaganda.

PRODUÇÃO DE MEL E CÊRA POR MUNICÍPIO

Ao exame do quadro de produção por município, verifica-se que a apicultura é praticada em todo o Estado, destacando-se Nova Friburgo com 100 (cem) toneladas, isso possivelmente, por influência dos primeiros habitantes de origem suíça, país onde a apicultura sempre foi praticada com desenvolvimento e técnica.

Faltam na estatística 27 municípios sem os dados de sua produção de mel. Acreditamos que êsses dados não foram colhidos por motivos óbvios, visto que, não existe no Estado nenhum município que não tenha colméias e não produza mel e cêra.

A produção de cêra no total de 34.579 quilos teve os seus maiores produtores nos municípios de Vassouras (10.000 quilos) e Cantagalo (2.500 quilos).

Essa desproporção de produção de mel e cêra verificada em Nova Friburgo - maior produção de mel (100.000 quilos) e cêra (2.200 quilos) - e Vassouras a produção de mel 20.000 quilos e cêra 10.000 quilos, atribuímos ser que em Nova Friburgo se pratica a criação racional e em Vassouras a criação empírica, falha em técnica.

Nesses municípios onde a produção de cêra é maior de que a do mel, é indispensável a introdução do uso de colméias racionais, de modo a aumentar a produção de mel, afim de dar mais lucro ao apicultor.

Para as abelhas fazerem um quilo de cêra, elas gastam 7 (sete) quilos de mel, que a Cr\$ 2.000 o quilo são Cr\$ 14.000, ao passo que um quilo de cêra custa na fonte de produção Cr\$ 3.000.

SOLUÇÕES E SUGESTÕES

Pelo exposto, vê-se que a criação de abelhas é de grande importância na vida sócio-econômica de uma comunidade rural. Essa atividade apaixonante, educativa e proveitosa oferece a vantagem de poder ser praticada por senhoras e jovens, o que resulta economia de mão-de-obra.

A apicultura está no Estado do Rio de Janeiro dando os passos iniciais em face de suas enormes possibilidades.

Ela pode ser praticada por profissionais e, principalmente, como atividade subsidiária.

Para se atingir a um objetivo satisfatório, torna-se indispensável se faça um trabalho a curto e longo prazo.

TRABALHO A CURTO PRAZO:

- 1 - Combate sistemático da abelha africana, através do cruzamento com a raça italiana (*Apis Ligustica*) quando for possível fazer o manuseio em colméias racionais. Erradicação através de campanha permanente das abelhas que estejam fora do controle do apicultor e assistência técnica oficial;
- 2 - Destruição, mediante indenização aos seus proprietários, das abelhas africanas que estejam sendo criadas em caixotes, sem meios de controle;

- 3 - Instalação de apiários centrais regionais em condições de atender as solicitações dos interessados no fornecimento de rainhas puras e núcleos de abelhas italianas;
- 4 - Preparação de pessoal habilitado mediante cursos intensivos a serem ministrados no Setor de Apicultura, da Secretaria de Agricultura;
- 5 - Ampliação do Setor de Apicultura, dando ao mesmo condições condignas de trabalho, numerário, material e pessoal indispensáveis;
- 6 - Importação de rainhas selecionadas de alta produtividade para servirem de matrizes para a produção de rainhas nos apiários centrais oficiais;

TRABALHOS A LONGO PRAZO;

- 1 - Instalação de um laboratório de pesquisas e estudos da abelha e de seus produtos, inclusive para inseminação artificial;
- 2 - Ampliação da rede de apiários centrais regionais;
- 3 - Estudo das possibilidades das diversas regiões do Estado em função das condições climáticas e fitológicas, bem como das vias de acesso;
- 4 - Assistência técnica e preparo técnico;
- 5 - Programas de incentivo à apicultura pelos meios habituais de divulgação e propaganda;
- 6 - Cessão de colméias aos Clubes Agrícolas e outras instituições educacionais e assistenciais, visando estabelecer centros de instrução de promoção à apicultura;
- 7 - Instalação, junto aos apiários centrais, de serviço de multiplicação de plantas de valor para a apicultura, a fim de serem fornecidas mudas, sementes e identificação das mesmas aos apicultores;
- 8 - Montagem de uma fábrica de material apícola para atender aos apicultores em condições melhores de preços. Essa fábrica poderia ser movimentada sob a responsabilidade da Cooperativa dos Apicultores, desde que lhe fôsem fornecidos recursos necessários;

- 9 - Proceder o levantamento da flora apícola do Estado, de modo a permitir fazer-se um estudo de ocorrência das plantas em cada região e sua influência na produção de mel.

-0-0-

-0-

-

7.3.2.2. Avicultura:2.0. Posição do tema:

A avicultura no Estado do Rio representa um relevante papel na sua economia, sendo elemento destacado na produção animal fluminense. Pela posição do Estado, encravado numa zona que abastece 10 milhões de habitantes, quer a produção de ovos, quer a de carne de aves, apresentam amplas possibilidades de sucesso econômico. No entanto fatores de origem infra-estrutural têm provocado crises que, algumas vezes, prejudicaram sensivelmente a exploração avícola fluminense.

2.1. A avicultura fluminense, conforme os dados obtidos no Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, apresenta os seguintes números:

ANO	REBANHO (1.000 cab.)	ABATE (1.000cab.)	CARNE (ton.)	OVOS (1.000 Dz)
1.962	9.833	724	730	36.230
1.963	10.294	426	533	40.771
1.964	10.041	722	892	45.235

2.2. Pelas estatísticas da SEP verifica-se que a tendência do mercado avícola foi a produção de ovos, de vez que foi a que acompanhou o crescimento do rebanho. A produção de carne caiu intensamente de 1962 para 1963, recuperando-se de 1963 para 1964, pelo abate, inclusive, decorrente da crise avícola que assolou o Estado naquele período. Confirma isso a queda do rebanho, segundo os dados fornecidos pelo Levantamento Sócio-Econômico do Estado do Rio de Janeiro.

PLANTEL	Nº DE CABEÇAS	Cr\$ 1.000
Galos, frangos e frangas.....	3.979.648	5.167.836
Galinhas.....	5.686.685	11.690.645
T o t a l	9.666.333	16.858.481

A avicultura do Estado está muito disseminada, sendo o seu principal reduto o Município de Petrópolis, onde tem uma concentração excepcional no Distrito de São José do Rio Preto.

MUNICÍPIO	Galos, frangos, frangas		Galinhas	
	Cabeças	Cr\$ 1.000	Cabeças	Cr\$ 1.000
Petrópolis	908,000	732.000	1.620,000	3.240.000
São Fidelis	100,000	100.000	400,000	800.000
S. João da Barra	104,000	104.000	308,000	616,000
Teresópolis	110,000	110.000	282,000	564.000
Nova Iguaçu	360.000	360.000	270.000	540.000

III - CONCLUSÃO

- 3.1. Os principais fatores que influem na avicultura se referem à infra-estrutura (ração, abatedouro, concorrência de outros centros produtores, etc.), sendo, de um modo geral, boas as condições de profilaxia e manejo dos grandes plantéis.
- 3.2. As soluções principais seriam:
- a)- dotar as cooperativas de abatedouros ou dar condições de funcionamento aos já existentes, corrigindo-se seus eventuais erros de organização;
 - b)- estabelecer uma forma de comercialização que dê à produção fluminense um meio de se impor à paulista, sua principal competidora;
 - c)- incrementar o sistema assistencial, através da Secretaria de Agricultura, da Delegacia Federal de Agricultura e da ACAR-RJ, visando, principalmente, ao manejo dos plantéis.

oooOooo

7.3.2.3. Suínocultura:

2.0. A suínocultura no Estado é de pequeno significado para a sua economia agro-pecuária. Normalmente é encontrada em pequena escala para atendimento do consumo familiar, das indústrias caseiras e para um pequeno comércio.

O tipo predominante é o porco rústico para banha, sendo relativamente pequena a criação racional do porco tipo carne.

2.1. O rebanho suíno no Estado do Rio, segundo o Serviço de Estatística da Produção apresenta os seguintes valores:

ANO	REBANHO	ABATE
1,962	775.000	265.000
1,963	785.000	263.000
1.964	825.000	255.000

2.2. Pelos dados acima vê-se que aumentando o rebanho e decrescendo o abate houve uma queda de desfrute, significando isso menos renda para o suínocultor.

Segundo os dados do Levantamento Sócio-Econômico do Estado do Rio de Janeiro, somente 28 dos nossos municípios apresentam rebanho superior a 10.000 cabeças, sendo os maiores produtores os seguintes:

MUNICÍPIO	REBANHO	Cr\$ 1.000
São João da Barra	88.600	3.544.000
Itaperuna	45.000	2.225.000
Sto. Antônio de Pádua	43.675	1.747.000
Cantagalo	40.000	1.600.000
Porciúncula	35.000	1.400.000

III - CONCLUSÃO

3.1. Os principais problemas envolvendo a suínocultura fluminense são: a) plantel indesejável para o produto industrializável; b) condições técnicas de exploração muito rotineiras; c) comercialização e consumo muito ligado ao porco tipo banha.

3.2. As principais soluções são as seguintes:

a) melhoria dos rebanhos pela introdução de raças produtoras de carne;

- b) aprimoramento das técnicas de manejo dos plantéis pelos suínocultores;
- c) incremento da assistência técnica através da Secretaria de Agricultura, da Delegacia Federal de Agricultura e da ACAR-RJ;
- d) implantação definitiva de um sistema de comercialização do porco tipo carne.

oooOooo

7.4 - Defesa Sanitária7.4.1 - Defesa Sanitária VegetalII - Desenvolvimento2.0 - Posição do tema na conjuntura Sócio-Econômica do Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente o Estado do Rio de Janeiro, conta com uma Inspetoria, 3 Postos de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura e uma Seção Fitossanitária da Secretaria de Agricultura do Estado, que estão assim distribuídas:

1 - Inspetoria de Defesa Sanitária Vegetal sediada em Niterói que tem sua jurisdição em todo o Estado, com poderes de fiscalizar os produtos Vegetais, Importação e Exportação, de supervisionar os Postos de Defesa e atender e orientar as técnicas fitossanitárias de combate as Doenças e Pragas da Lavoura.

Os 3 Postos de Defesa estão assim localizados:

a) Pôsto de Defesa Sanitária Vegetal de Angra dos Reis - (PODEF) - Angra dos Reis, que tem sua principal atividade:

- 1 - Fiscalizar os Produtos Agrícolas de importação e exportação.
- 2 - Melhorar as técnicas Fitossanitárias da cultura da Banana de Angra dos Reis e Paratí.
- 3 - Atender as demais culturas no setor Fitossanitário.

Tendo sua área de jurisdição, os seguintes municípios: Paratí, Angra dos Reis e Mangaratiba.

b) Pôsto de Defesa Sanitária Vegetal de Nova Iguaçu (PODEF) - Nova Iguaçu.

Sua maior atividade se prende na assistência técnica à cultura de citrus, fiscalizando as caixas de embalagem de laranja da região e não deixando de ressaltar a fiscalização e atendimento aos hortaliças nos municípios vizinhos.

Sua área de jurisdição compreende os municípios de Itaguaí, Duque de Caxias, Nilópolis, Vassouras, Miguel Pereira, Paulo de Frontin, Paracambi e São João de Merití.

c) Pôsto de Defesa Sanitária Vegetal de São Gonçalo,
PODEF - São Gonçalo.

A Banana e a citricultura, são as principais culturas da região, destacando-se também a do Abacaxí e Hortaliças.

O Pôsto tem sua jurisdição nos seguintes municípios, Itaboraí, Magé, Cachoeira de Macacu, Maricá, Saquarema, Rio Bonito, Silva Jardim.

d) Seção Fitossanitária da Secretaria de Agricultura.

Está sediada em Niterói com jurisdição em todo Estado.

NOTA - A Defesa Sanitária atualmente conta com 6 Engenheiros Agrônomos que estão assim distribuídos:

- 2 em Niterói que estão lotados na Inspeção de Defesa Vegetal do Ministério da Agricultura.
- 1 lotado em Niterói na Seção Fitossanitária da Secretaria de Agricultura do Estado.
- 1 lotado em São Gonçalo no Pôsto de Defesa Sanitária Vegetal de São Gonçalo.
- 1 lotado no Pôsto de Nova Iguaçu e outro lotado no Pôsto de Defesa Sanitária Vegetal de Angra dos Reis.

Todos êsses órgãos apresentam deficiências de equipe técnica, veículos, materiais agrícolas para fins de demonstração aos rurícolas fluminenses, não sendo possível atender convenientemente a área de sua jurisdição, limitando-se quase que exclusivamente a informações a àqueles que procuram em sua séde, e quando uma demonstração é feita, a parecem muitas dificuldades, pois o elemento humano, é escasso para execução do trabalho.

O Estado do Rio apresenta 10 culturas de expressão econômica a seguir: Cana-de-açúcar, Milho, Laranja, Arroz, Banana, Café, Mandioca, Tomate, Feijão e Algodão.

CANA-DE-AÇÚCAR - Saccharum Officinarum.

A cana-de-açúcar ocupa o segundo lugar em área cultivada e econômica; é a mais expressiva, sendo Campos, o Município responsável pela maior produção do Estado.

ARROZ - *Oryza Sativa*.

A cultura do Arroz no Estado apresenta expansão e sua produção se destina exclusivamente ao consumo interno.

A zona mais importante, compreende os municípios do Norte do Estado.

MILHO - *Zea Mays*.

Por ser a cultura mais difundida no Estado, apresenta-se com maior área cultivada.

A concentração da cultura está situada na zona fisiográfica de L. Muriaé, Itaperuna, Cambuí, Natividade de Carangola e Santo Antônio de Paula.

CITRUS -

Ainda é uma grande fonte de renda. Porém, a zona de produção sofre constantemente, com a expansão da Indústria e os loteamentos de suas terras, sendo significativo o declínio da produção.

Êstes fatos são bem visíveis nos municípios de Nova Iguaçu e São Gonçalo que outrora foram grandes produtores. Com tudo isso, nota-se o inverso nos municípios de: Itaboraí, Maricá, Silva Jardim, Araruama, que, com a evolução, serão no futuro próximo, os principais produtores citrícolas fluminenses.

BANANA - *Musa Spp.*

Ocupa o 2º lugar em importância econômica.

Ainda que seja encontrada em quase todos os municípios, os principais produtores são: Paratí, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí, Casimiro de Abreu, Rio Bonito, Magé, Silva Jardim e Maricá.

CAFÉ - *Coffea Arabica*.

O café está relegado a um segundo plano. Os municípios de Bom Jardim e Bom Jesus de Itabapoana são os principais produtores.

TOMATE - *Lycopersicum Sculentum*.

Embora apresente área reduzida, o tomate se destaca economicamente.

Os principais municípios são: Teresópolis, Valença, Cachoeira de Macacu, Sumidouro e Itaguaí.

MANDIOCA - Manihot Utilissima.

As variedades cultivadas são agrupadas em "mandiocas mansas e mandioca brava". As primeiras se destinam à alimentação in-natura. As segundas são utilizadas como forragem e matéria-prima para diversas indústrias.

Os municípios de São João da Barra e São Pedro... d'Aldeia são os que contribuem com maior parcela na produção Estadual.

FEIJÃO - Phaseolus Vulgares.

É insuficiente a sua produção no Estado.

ALGODÃO - Gossypium Sp.

Também seguiu o exemplo do café que está relegado ao segundo plano. DADOS DA PRODUÇÃO DE 1964

CULTURA	AREA (ha)	PRODUÇÃO	VALOR DA PRODUÇÃO Cr\$
Algodão (Kg)	?	?	?
Arroz (Sc. 60 Kg) ...	74.478	48.340	305.823.900
Banana (cacho)	35.004	40.915.540	17.318.918
Café (arrôbas)	57.493	2.531.630	5.590.407
Cana (toneladas)	131.002	5.589.490	30.263.743.860
Feijão (Sc. 60 Kg) ..	14.457	131.040	849.867.970
Laranja (cento)	13.472	10.966.284	14.592.454
Milho (Sc. 60 Kg) ...	147.124	1.891.040	5.506.009.440
Mandioca (toneladas).	13.440	151.539	4.071.826.800
Tomate (Kg)	4.315	113.869.950	8.492.515.700

NOTA: - Todos êstes dados foram obtidos do Departamento de Estatística da Produção. Os das Culturas de Laranja, Banana e Café, são de 1965.

Para efeito de comparação da área cultivada em "ha" das culturas, seguem os dados estatísticos, (média de 1956 a 1959) obtidos no Serviço de Estatística da Produção:

CULTURA	AREA (ha)
Algodão	15.957
Arroz	55.868
Banana	24.303
Café	61.709
Cana	101.955
Feijão	20.923
Laranja	15.056
Milho	108.539
Mandioca	35.655
Tomate	1.956

OBSERVAÇÃO: O que notamos nos dados acima enumerados, é um aumento de área nas culturas de Cana, Arroz, Banana, Milho, Tomate e uma diminuição de área nas culturas de Laranja, Café, Mandioca e Feijão.

Por êsses dados . conclui-se que há culturas que apresentam decadência na sua produtividade, levando a crer, que as doenças e pragas têm contribuído de um modo marcante para o decréscimo de produção.

Para melhor elucidar a observação feita anteriormente, serviu de exemplo a broca do café - *Hypothenemus Hampei*, que contribui bastante na decadência de produção, de uma das principais culturas brasileiras, que foi há muito o esteio econômico do Estado fluminense e que hoje, se encontra em franca decadência.

Socialmente, êsse fato repercutiu bastante na mão-de-obra que foi substituída pela pecuária leiteira.

A cultura da Banana também apresenta queda de produção e em grande parte se deve a uma doença que é conhecida pelo nome de "mal de sigatoka". Na cultura de citrus as pragas e doenças concorrem muito na queda de produção, destacando-se a mosca da fruta (*Anastrepha* Sp) e o pio-lho branco (*Orthezia Praelonga*).

A cana-de-açúcar apresenta pragas e doenças de grande vulto na economia da cultura. Para exemplificar, a cigarrinha da cana "*Tomaspis* Spp", segundo confirmações dos técnicos do I.A.A. de Campos, cujo ataque em 1966 provocou um decréscimo de produção de aproximadamente 30%.

Poderíamos enumerar várias outras pragas e doenças nas principais culturas existentes, pois, tôdas elas apresentam problemas fitossanitários.

Poderemos afirmar que, na cultura do tomate, se não houver o combate preventivo, desde o tratamento das sementes, às pulverizações semanais com inseticidas e fungicidas, a produção será nula.

O mesmo acontece na cultura da batata inglesa que, em o nosso Estado, tem produção significativa.

III - CONCLUSÃO

3.1 - Conforme ficou demonstrado, a Defesa Sanitária Vegetal e xerce uma influência direta em tôdas as culturas no que concerne a sua produtividade.

Os serviços existentes, quer Estadual ou Federal, estão longe de cumprirem suas finalidades, com a falta de equipe técnica, máquinas demonstrativas para as diversas culturas, inseticidas e fungicidas, etc., em grande escala para execução de trabalhos demonstrativos e um serviço de divulgação para dinamizar.

3.2 - Para corrigir as deficiências apontadas nesse grande setor, aconselhamos as seguintes providências:

- 1 - Equipar os Órgãos de Defesa Sanitária Vegetal do Estado e Ministério da Agricultura já existente.
- 2 - Criar novos Postos que cubram com sua assistência tôda a região agrícola do Estado.
- 3 - Que junto aos Postos haja um serviço de revenda dos produtos de Defesa Vegetal.
- 4 - Obter da rêde bancária crédito orientado.
- 5 - Difundir conhecimentos técnicos nas zonas de maior densidade agrícola, visando a preparar o agricultor nas técnicas modernas.

3.3 - Melhor solução a ser adotada seria:

- 1 - Criação de quatro Órgãos regionais de Defesa Sanitária Vegetal que fôssem assim distribuídos:
1 na Região Norte, 1 na Região Serrana, 1 na Zona do Vale do Paraíba e 1 na Região da Baixada Fluminense.
- 2 - Criação de uma Inspeção Central que fôsse sediada em Niterói.
- 3 - Que os sub-postos ficassem subordinados diretamente aos Órgãos de Defesa Sanitária Regionais.
- 4 - Que os sub-postos fossem chefiados pelo técnico agrícola, e que recebessem orientação direta dos Órgãos Regionais e êsses do Central.
- 5 - Que nos sub-postos houvesse serviço de revenda.

Podemos ainda sugerir campanhas de combate as pragas, e doenças que apresentam perigo às culturas do Estado. Que todos os trabalhos visassem o ensinamento aos rurícolas fluminenses, através de metodologias, usando principalmente como exemplo as do Serviço de Extensão Rural. Devemos ressaltar com destaque a criação de Patrulhas aéreas.

7.4. DEFESA SANITARIA7.4.2. DEFESA SANITARIA ANIMAL

Defesa Sanitária Animal - Apresentado pela Inspetoria de Defesa Sanitária Animal no Estado do Rio de Janeiro.

II DESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento da Agro-pecuária é certamente a Defesa Sanitária Animal o capítulo de maior importância e aquele que necessitará de um imediato equipamento e conseqüente dinamização, visando através de trabalhos ostensivos nas diferentes zonas de criações, controlar e erradicar as diferentes zoonoses que incidem sobre os rebanhos, reduzindo a produção dos mesmos, desestimulando as atividades agro-pastoris e criando os mais sérios obstáculos à melhoria dos rebanhos e ao melhor desfrute dos mesmos.

Há entretanto a necessidade de um maior entrosamento entre os órgãos federais e estaduais responsáveis pelos setores de trabalhos na Agro-pecuária, principalmente entre os Postos de Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura, os Postos da Secretaria de Agricultura do Estado e o PLAMAN, órgãos responsáveis pela difusão das boas práticas de manejo e alimentação do gado leiteiro, sem as quais não será viável o trabalho de Defesa Sanitária, uma vez que só haverá pleno êxito do sanitarismo com medidas correlatas de alimentação e manejo nos rebanhos.

Há também a necessidade de maior entrosamento entre os órgãos da Defesa Sanitária e as Cooperativas dos Produtores e Associações Rurais, visando através dessas entidades, efetuar um trabalho de maior envergadura e maior facilidade para introduzir as medidas necessárias à defesa dos rebanhos.

É, portanto, o SUB-TEMA Defesa Sanitária Animal, um dos mais importantes na conjuntura sócio-econômica do Estado e sem a qual não haverá possibilidade de recuperar e desenvolver a economia Agro-pastoril do Estado, cujos índices de desenvolvimento são extremamente precários e cuja produtividade nos diferentes setores é baixíssima, com índices que se nivelam aos mais baixos do mundo.

DADOS ESTATÍSTICOS E INFORMATIVOS

Baseados nos trabalhos estatísticos da Inspetoria de Defesa Sanitária Animal, do Ministério da Agricultura, no Estado do Rio de Janeiro e também em dados colhidos na Delegacia Federal de Agricultura no Estado do Rio, e observações pessoais dos técnicos dos Postos de Defesa Sanitária Animal no Estado (em número de 21), relacionamos abaixo os itens referentes ao SUB-TEMA Defesa Animal, alinhando-os por ordem de importância nas diversas atividades pastoris.

A) - CRIAÇÃO DE BOVINOS

Plantel atual:cêrca de 2 milhões de cabeças, com baixa produtividade de carne e leite, tendo como um dos fatores principais dêste péssimo desfrute a incidência de moléstias infecto-contagiosas e parasitárias, associadas à má alimentação, ao manejo inadequado e à falta de trabalhos de melhoramento genético.

a) AFTOSA - Provocando uma diminuição anual na produção de leite da ordem de 14% e de 15% na produção de carne e de 4 a 5% no desfrute dos animais, é certamente a zoonose de maior importância econômica para a economia do Estado, calculando-se os prejuizos causados pela doença superiores ao orçamento anual da Secretaria de Agricultura.

Soma-se à queda de produção de carne e leite, também a inutilização dos reprodutores, os abortos e as perdas nos rebanhos suínos.

b) RAIVA BOVINA - Esta zoonose se constitui em grande desgaste e espoliação dos plantéis bovinos, anulando o crescimento de seus efetivos, e com isso diminuindo a produtividade em carne e leite, com graves reflexos na economia do Estado.

Estima-se que a Raiva Bovina no Estado do Rio tenha causado prejuizos de dezenas de bilhões de cruzeiros em face do coeficiente da mesma que é de 100%.

É a que maior número de mortes tem causado nos rebanhos do Estado, não só devido ao caracter enzoótico de que se reveste em determinadas áreas do Estado, especialmente no Norte do Estado, como também por se apresentar, não raro, com períodos de maior recrudescimento.

c) BRUCELOSE - É certamente um dos mais sérios problemas de Defesa Sanitária a enfrentar no Estado, em face da incidência da zoonose nas mais diversas regiões do Estado, atingindo de preferência o gado melhorado, e com isso tornando-se um entrave ao melhoramento dos nossos rebanhos bovinos e dificultando o aumento da produtividade em leite e carne.

Esta zoonose, cujo índice de reagentes no Brasil é superior a 8%, vem, sem alarde, provocando enorme desgaste e solapando a economia fluminense, através das perdas de crias bovinas e da esterilidade das matrizes.

Constitue-se também esta zoonose um sério problema de Saúde Pública, em face do perigo de contaminação do homem pela ingestão de leite e derivados.

d) DOENÇAS BACTERIANAS DOS BEZERROS - Compreende-se em complexo de zoonoses que afetam os bezerros, com baixo índice de letalidade, mas provocando transtornos no desenvolvimento das crias.

e) CARBUNCULO SINTOMÁTICO (Manqueira) - Doença de fácil controle através da vacinação sistemática.

f) CARBUNCULO HEMÁTICO - Doença bacteriana ainda presente em algumas áreas de criação extensiva, particularmente nas regiões Norte e Vale do Paraíba.

g) ENDOPARASITOSE - São as Helmintoses gastro-intestinais e pulmonares, responsáveis por alto índice de mortalidade de bezerros, e baixa produtividade de bovinos adultos.

A interferência dessas zoonoses na economia do Estado é altamente significativa, constituindo-se em um capítulo que requererá um levantamento epizootiológico em função dos diversos tipos de explorações pastoris e das estações climáticas das diferentes regiões do Estado.

As Helmintoses pulmonares nos últimos anos vêm se constituindo em sério entrave à criação de bezerros em todo o Estado.

h) ECTOPARASITOSE - O combate aos bernes e carrapatos requer também um trabalho de envergadura, pois esses ectoparasitos espoliando os bovinos diminuem a sua produtividade e veiculam diversas doenças infecto-contagiosas, causando sérios prejuízos ao plantel bovino.

B) - CRIAÇÃO DE SUÍNOS

Com um plantel em tórno de 850.000 cabeças, divididas em pequenas criações em tôdas as regiões do Estado, requer também a suínocultura um trabalho de Defesa Sanitária em conjunto com as medidas gerais de melhoramento genético e zootécnico visando controlar as zoonoses que comumente ocorrem entre os suínos:

a) PESTE SUÍNA - Zoonose Epizootica de alta letalidade e que anualmente provoca sérios prejuízos aos criadores em surtos esparsos pelas diversas regiões do Estado.

b) PNEUMOENTERITE DOS LEITÕES

c) PNEUMONIA ENZOÓTICA DOS LEITÕES

d) HELMINTOSES GASTRO-ENTÉRICAS E PULMONARES.

C) - CRIAÇÃO DE AVES

O Estado do Rio tem no momento cêrca de 15 milhões de aves, entre frangos para corte e poedeiras, concentrados na quase totalidade na região Serrana, destacando-se os 4º, 5º e 6º distrito de Petrópolis, onde se concentra mais de 70% do plantel do Estado, e grandes Incubatórios.

Há necessidade de incrementar os trabalhos de fiscalização sanitária das granjas de reprodutoras e incubatórios, assim como dinamizar os trabalhos de controle da Pulorose e Linfomatose Ocular, e difundir a prática das vacinações contra o Epitelioma Contagioso e Pneumoencefalite Aviária.

D) - CRIAÇÃO DE EQUÍDEOS

O plantel do Estado é de cêrca de 170.000 cabeças, divididas em pequenos lotes nas propriedades, como animais de trabalho.

Os trabalhos de Defesa Sanitária para os Equídeos importará tão somente na orientação dos criadores quanto ao combate das Helminntoses e no controle dos eventuais surtos de Garrotilho e Encefalomielite eqüina.

E) - OVINOS E CAPRINOS

Com um plantel de pequena importância econômica cêrca de 170.000 cabeças - a criação de ovinos e caprinos poderá, entretanto, ser fomentada através de traba-

lhos dos órgãos específicos, entre os quais se encontrará obrigatoriamente as medidas sanitárias necessárias ao controle das Ecto e Endoparasitoses.

A N A L I S E

Pelo que ficou acima exposto, verificamos logo a grande importância econômico-social da Defesa Sanitária Animal, que juntamente com as demais medidas referentes à Produção Animal - ALIMENTAÇÃO, MANEJO E MELHORAMENTO GENÉTICO - poderão colocar a pecuária do Estado com índices aceitáveis de produtividade e com um desenvolvimento compatível com as necessidades do consumo interno e externo.

No Estado do Rio embora a produção animal suplante a produção vegetal, estará longe de ser esgotada a potencialidade do território fluminense neste campo da produção.

Faz-se mister, portanto, que as autoridades olhem com o necessário carinho e interesse não só a melhoria da qualidade dos rebanhos e para o aumento dos mesmos, mas, principalmente, protegê-los contra as zoonoses e assistir e orientar os criadores, possibilitando-os a efetuarem um melhor trabalho de alimentação e um manejo mais adequado.

Somente através desse trabalho atingiremos índices de países medianamente desenvolvidos.

Constitue-se um imperativo nacional a melhoria da alimentação do nosso povo, um dos que consomem " Per Capita " menor quantidade de carne e leite, conforme vemos no quadro abaixo:

CONSUMO MUNDIAL DE CARNE (1960)

PAISES	Per Capita (Kg)	PAISES	Per Capita (Kg)
Uruguai	117,3	Suíça	49,7
Nova Zelândia	103,7	Suécia	47,1
Austrália	102,4	Holanda	45,3
Argentina	79,3	Hungria	42,6
E.E. U.U.	73,4	Paraguai	40,3
Canadá	64,3	U.R.S.S.	30,8
Dinamarca	59,8	África	29,9
Grã Bretanha	59,8	Chile	26,7
França	53,9	Itália	26,3
Alemanha Ocidental	50,7	BRASIL	24,5
Áustria	50,7	- -	- -

CONSUMO MUNDIAL DE LEITE (1960)

PAISES	"PER CAPITA ANIMAL" (Kg)	"PER CAPITA DIARIO" (gr)
Noruega	430	1.178
Bélgica	395	1.028
Austria	300	822
Holanda	294	781
Suécia	216	592
Suiça	206	564
Canadá	197	540
E.E. U.U.	180	493
Dinamarca	166	455
Inglaterra	156	427
Austrália	126	345
Alemanha	117	321
França	87	238
Itália	53	145
BRASIL	18	50

CONCLUSOES

1) - Faz-se urgente equacionar todos os problemas acima relacionados, referentes ao SUB-TEMA Defesa Sanitária Animal e elaborar para os diversos tipos de criações e respectivas zoonoses um Programa Mínimo de Contrôle e Erradicação, que poderá ser executado pelos técnicos do Estado em colaboração ou convênio com os Postos de Defesa Sanitária Animal no Estado, com os Escritórios Regionais do PLAMAN e com as Cooperativas de Criadores.

2) - Os Postos de Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura (POVIGS), e uma cadeia de 21 Postos localizados em 21 municípios do Estado já operam ostensivamente executando os trabalhos elaborados para as diferentes zoonoses. Esses POVIGS estão sob orientação de veterinários oficiais, e executam trabalhos de acordo com os planos previamente elaborados. Há também operando no Estado o plano de Combate à Raiva dos Herbívoros - cujos trabalhos são efetuados pelos POVIGS sob a supervisão da Inspetoria de Defesa Sanitária Animal, e as Equipes Móveis da Campanha Contra a Febre Aftosa, cujos técnicos são sedia-

dos nos POVIGS e cuja supervisão é também da Inspetoria Regional de Defesa.

3) - Sendo a Aftosa, a Raiva Bovina (na região Norte), a Brucelose, e as Helmintoses os problemas de maior envergadura a ser enfrentados, sugerimos que a solução mais viável seria um trabalho conjunto com os POVIGS, visando efetuar ostensivamente tôdas as recomendações dos órgãos federais, no que diz respeito à profilaxia dessas zoonoses. A vacinação sistemática dos bovinos 3 vezes ao ano contra a Aftosa; a vacinação anti-Rábica de todos os bovinos do Norte do Estado; o combate aos morcegos Hematófagos e demais vetores da Raiva; os exames de Brucelose dos bovinos do Estado; a vacinação das bezerras de 6 a 10 meses contra a Brucelose; a eliminação dos reagentes de Brucelose; o combate às Helmintoses e Hectoparasitoses, através de medicamentos e de medidas profiláticas gerais; a recomendação da vacinação dos bezerros contra o Carbúnculo Sintomático e contra as Doenças Bacterinas, são medidas que precisam ser difundidas por todo o Estado, através de trabalhos ostensivos, efetuados por técnicos oficiais, principalmente em convênio com as Cooperativas e Associações dos Criadores.

4) - Há necessidade de difusão das práticas indispensáveis à Defesa Sanitária Animal - e essa deveria ser feita através da Imprensa Especializada no Estado, e nos boletins das entidades interessadas.

5) - Recomenda-se a criação na Capital do Estado de um parque para a Exposição Nacional de Bovinos com o objetivo de fomentar as atividades pastoris e congregar anualmente os grandes criadores na Capital do Estado.

6) - Recomenda-se a criação de Postos de Desinfecção de caminhões e carretas para transporte de gado, visando principalmente ao contrôlo da Aftosa, em pontos estratégicos do Estado.

7) - Tendo o Estado um órgão como o Instituto Vital Brasil, sugere-se que o mesmo inclua no programa de sua produção, visando atender as necessidades, vacinas e produtos biológicos em geral necessários à cobertura das campanhas contra as diferentes zoonoses, principalmente a profilaxia da Raiva, Brucelose, Carb. Sintomático e doenças bacterianas dos bezerros. Haveria mesmo

a necessidade da conquista, por parte do Instituto Vital Brasil, do mercado de vacinas do Estado, já todo êle nas mãos dos grandes laboratórios internacionais.

8) - Expansão do Laboratório de Biologia Animal do Estado, que através de convênios com os órgãos federais de Defesa, poderia criar laboratórios regionais, de preferência no Polígono da Raiva (Norte do Estado) e na região Serrana - visando aos trabalhos de Patologia Avícola, e no Vale do Paraíba. Nesses laboratórios regionais poderiam ser efetuados os trabalhos referentes ao contrôlo da Brucelose, Aftosa, Raiva, Pulorose, etc.

9) - Recomenda-se a exigência dos comprovantes de exames de Brucelose e de vacinações de Aftosa, Brucelose e Raiva, dos rebanhos cujos criadores requerem benefícios fiscais e de crédito às entidades.

00000

000

0

7.5 - PESCAII - Desenvolvimento

2.0 - O Estado do Rio, com uma ~~costa~~ bastante extensa, é importantíssimo, não somente sob o ponto de vista piscatório, como também por duas grandes populações, ou seja Niterói e o Rio como grandes mercados consumidores de pescado fresco. Verifica-se a existência de mais de 7 milhões de habitantes dos quais talvez mais da metade vivendo nos centros urbanos e adjacências das duas capitais principais. Existem boas rêsdes de comunicações ligando êsses grandes mercados consumidores, todos situados bem em cima de seus principais portos pesqueiros. Assim temos uma situação privilegiada para a exploração comercial de pescado, ainda uma indústria florescente, motivada pela abundância de matéria-prima (sardinha).

Em que pesem tôdas as características acima expostas, altamente favoráveis, não alcança o problema da pesca no Estado do Rio, o índice consentâneo com suas reais possibilidades, refletindo-se assim nas deficiências de seu abastecimento e no baixo consumo de pescado nesta região.

A pesca no território fluminense, de maneira geral, é exercida em tôda sua orla marítima, lagoas e principais rios que cortam o Estado.

Temos 18 colônias de pesca infelizmente tôdas marginalizadas; a frota pesqueira em sua maioria é integrada por embarcações movidas a remo ou vela, sendo as motorizadas em número reduzido.

De um total de 6.745 unidades em operação na região, somente 2% são movidas a motor, das quais 16 são embarcações de convés fechado. Assim a pesca é eminentemente artesanal.

2.1 - Dados Estatísticos e Informativos:PESCA NO ESTADO DO RIO DE JANEIROANO 1964Pesca Colonizada

MUNICÍPIOS	Nº de Pesca- dores	Nº de Embar- cações			Prod. To- tal (t)	Valor da Pro- dução - Cr\$
		Remo	Vela	Motor		
Angra dos Reis	1.092	952	-	76	8.741.500	581.540.000
Campos	225	8	179	-	204.850	50.802.000
Macaé	190	9	-	41	150.100	38.657.000
Magé	62	210	-	-	606.750	95.984.000
Mangaratiba	1.350	1.205	-	-	1.727.000	537.200.000
Maricá	365	266	7	-	3.587.500	346.355.000
Parati	1.155	1.147	-	16	144.900	49.154.750
S. João da Barra	580	-	190	4	183.750	96.265.000
S. Pedro d'Aldeia	1.280	260	-	-	307.600	122.600.000
Saquarema	445	157	-	10	81.200	43.190.000
Cabo Frio	1.199	1.136	9	21	1.674.000	150.250.000
T o t a l	7.943	5.342	385	168	17.409.150	2.111.997.750

Pesca Não Colonizada

Cabo Frio	300	-	-	-	56.000	23.000.000
Cambuci	12	13	-	-	3.840	2.352.000
Campos	36	16	-	-	40.000	5.955.000
Carmo	-	-	-	-	7.390	3.268.000
						amadores
Casimiro de Abreu	30	10	-	6	28.000	8.055.000
Itaboraí	6	10	-	3	4.700	1.710.000
Itaperuna	6	8	-	-	14.500	5.792.000
Magé	50	40	-	7	87.800	5.370.000
Mangaratiba	29	12	-	-	26.150	8.990.000
Resende	46	18	-	-	3.200	650.000
São Fidélis	46	32	-	1	46.400	13.950.000
São Gonçalo	257	175	-	12	487.000	234.200.000
Silva Jardim	10	7	-	-	14.400	2.610.000
Saquarema	750	84	-	-	69.950	40.435.000
Vassouras	15	10	-	-	5.290	1.825.000
Niterói	330	65	60	15	4.271.500	361.200.000
T o t a l	1.923	500	60	44	5.166.120	719.362.000

RESUMO GERAL DO ESTADO

Colonizados	7.943	5.342	385	168	17.409.150	2.111.997.750
Não Colonizados	1.923	500	60	44	5.166.120	719.362.000
T o t a l	9.866	5.842	445	212	22.575.270	2.831.359.750

Fonte - SEP, do Ministério da Agricultura.

<u>PRODUÇÃO</u>		
ANO	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$1.000)
1957	17.764	170.848
1958	18.040	255.023
1959	23.505	393.133
1960	32.464	521.727
1961	50.074 (1)	836.813
1962	36.046 (2)	1.351.780
1963	28.032	2.131.913
1964	22.500	2.811.628

Fonte:- SEP de Niterói de Agricultura.

(1) e (2) - Inclusive baleia.

ÓRGÃOS QUE ATUARÃO:- M.A. por suas Divisões Especializadas
S.A. por suas Divisões Especializadas
SUDEPE

Órgãos êstes que ficarão subordinados à Diretoria Executiva do Plano Integrado de Desenvolvimento Agrícola para a execução dêste projeto.

- a) Intensificação das pesquisas visando à localização, avaliação e preservação do potencial pesqueiro da região.
- b) Desenvolvimento do ensino técnico e profissional da pesca e indústria do pescado.
- c) Modernização e ampliação das instalações frigoríficas do Estado. Portos Pesqueiros.
- d) Expansão da frota de pesca e parque industrial.
- e) Reorganização dos núcleos pesqueiros. Colônias de Pesca.

RECURSOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS:- Todo o esforço para melhorar a estrutura e condições institucionais com que ainda se apresenta a indústria da pesca no Estado do Rio, se traduz em medidas, obras e serviços que envolvem dispêndios de certo vulto.

Assim estimaríamos como cobertura financeira as seguintes fontes:

- a) Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)
- b) Recursos oriundos do M.A. (Govêrno Federal)
- c) Recursos oriundos da S.A. (Govêrno Estadual)

ESTIMATIVA DAS DESPESAS GLOBAIS
(em MILHÕES DE CRUZEIROS)

Identificação do Programa	Previsão dos dispêndios	
	Média anual	Programa 3 anos
I - <u>Pesquisas básicas de fomento</u>	<u>10</u>	<u>30</u>
1. Pesquisas de biologia	5	15
2. Pesquisas de tecnologia	3	9
3. Pesquisas de economia	2	6
II - <u>Treinamento de Pessoal</u>	<u>10</u>	<u>30</u>
1. Concessão de bolsas	2	6
2. Reequipamento da Escola de Pesca Daroy Vargas	5	15
3. Treinamento de pescadores	3	9

III - CONCLUSÕES

3.0 - Do estudo e análise dos dados acima, verifica-se a necessidade inadiável de incentivar o desenvolvimento dos diferentes setores de atividade da pesca neste Estado.

Para que o Estado do Rio de Janeiro se torne grande produtor de pescado é preciso de imediato que:

- a pesca seja realmente organizada;
- a tecnologia moderna sobre a pesca seja amplamente divulgada e empregada;
- as condições infra-estruturais sejam melhoradas;
- os esforços e recursos convirjam no sentido de ser obtida a maior produtividade possível;
- a iniciativa privada e os empreendimentos financeiros sejam estimulados pelo Governo Estadual.

3.1 - Para a consecução desses objetivos apresentamos as seguintes sugestões, na ordem de prioridade abaixo:

- 1ª - Modernização e ampliação das instalações portuárias destinadas à pesca, especialmente em Niterói e Angra dos Reis;
- 2ª - Aparelhamento e renovação da frota pesqueira;
- 3ª - Desenvolvimento e modernização do parque industrial pesqueiro;
- 4ª - Intensificação da pesquisa visando à localização, avaliação e preservação do potencial pesqueiro nas costas e lagoas do Estado do Rio de Janeiro.
- 5ª - Desenvolvimento do ensino técnico e profissional da pesca e indústria do pescado.

8.0- ENERGIA ELÉTRICA

II - DESENVOLVIMENTO

2.0 Posição do tema (sub-tema) na conjuntura sócio-econômica do Estado do Rio de Janeiro : - de acôrdo.

2.1 Dados Estatísticos e informativos referentes ao tema :

Localizado na Região "Centro Sul", sob o ponto de vista energético, está o Estado do Rio de Janeiro em posição privilegiada, pois conta com larga disponibilidade de condições naturais e artificiais, necessárias, a implantação dos mais variados fatores de produção.

A proximidade dos maiores centros de população do País, que representam também os maiores mercados consumidores e onde a mão-de-obra especializada mais se oferece, é uma garantia segura para o investimento e torna a terra fluminense posição ideal para a localização de indústrias.

Essas possibilidades, porém, têm seus alicerces em condições artificiais, criadas pelo planejamento, onde a energia elétrica disponível é necessidade absoluta.

O Estado do Rio de Janeiro conta em seu território com a presença de 26 emprêsas concessionárias de energia elétrica, para prestação de serviços de utilidade pública.

1 - Sistema de Geração e Distribuição de maior porte.

a) - Rio Light - Serve aos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara; sua zona de concessão inclui a cidade siderúrgica de Volta Redonda e um total de 17 municípios fluminenses. Sua capacidade de geração, quase tãda de origem hidráulica, corresponde a 768.000kw nominais (1963). Ainda conta o sistema com a usina termelétrica flutuante Piraquê com capacidade de 27.000 kW. A tensão de transmissão está padronizada em 138 kV e rede de subtransmissão isolada para 25 kV.

A zona de concessão da Rio Light compreende 17 municípios do Estado que recebem 22,7% de sua geração e ainda esta Empresa é supridora de energia da CBEE, da CELF (CEFE E EFE) de outros sistemas menores.

O consumo "per capita" neste sistema é de 783 kWh.

b) - Cia. Brasileira de Energia Elétrica (C.B.E.E.), subsidiária da Eletrobrás, serve uma zona central do Estado, em que se destacam os Municípios de Niterói, São Gonçalo, Petrópolis num total de 8 municípios; esta Empresa é ainda supridora da CELF (CEFE).

A capacidade nominal de geração da CBEE totaliza 32.000 kW hidrelétricos e 33.500 kW de origem termelétrica.

Um sistema de transmissão de 66 kV liga as usinas distribuidoras aos centros de distribuição

O consumo "per capita" neste sistema é de 483 kWh.

c) - Centrais Elétricas Fluminenses (CELFL), empresa "holding" de um grupo de empresas compreendendo: - Empresa Fluminense de Energia Elétrica (CEFE), Cia. Fôrça e Luz Ibero-Americana e Norte Fluminense de Eletricidade.

Esta Empresa é controlada pelo Governo do Estado, seu maior acionista.

Serve a 28 municípios do Estado. Sua zona de concessão abrange a baixada fluminense, a região dos lagos, a zona açucareira do Norte Fluminense, e uma região ao sul dos municípios de Resende, Angra dos Reis e Paratí. É ainda a CELFL supridora de 8 pequenas empresas.

A capacidade nominal de geração da CELFL totaliza 32.850 kW hidrelétricos e 11.000 kW de origem térmica.

Um sistema tronco de 138 kV interliga o sistema da CELFL no sistema Centro Sul.

2 - Consumo "per capita" (por ano) de energia elétrica 1966

Área da EFE - 106 kWh

Área da CEFE - 193 kWh

Área da IberoAmericana - 94 kWh

Área da Norte Fluminense de Eletricidade -
104 kWh

Os dados acima referem-se a setor residencial e apenas à área da CELF.

Fonte - Plano de Expansão da CELF (P.E CELF)

Elementos Comparativos :

Brasil - 367 kWh

Região Centro-Sul - 617 kWh

Estado do Rio de Janeiro - 418 kWh

Estado de São Paulo - 778 kWh

Estado da Guanabara - 866 kWh

Rio Light - 783 kWh

C.B.E.E. - 483 kWh

Estado do Rio de Janeiro - 138 kWh

Portugal - 366 kWh (1960)

U.S.A. - 4.680 kWh (1960).

Fontes : Relatório da Canambra

IEEE Transaction on Power Apparatus and Systems, Agosto, '66.

3 - Na sua quase totalidade os municípios são de opinião que a situação econômica seria melhor se houvesse fornecimento abundante e regular de energia elétrica. (Fonte : DM)

4 - A grande maioria dos municípios apresenta boa receptividade à idéia de formação de cooperativas rurais de eletrificação.

Fonte : DM

5 - É o seguinte o quadro de geração de energia elétrica no Estado.

Situação atual:

LIGHT : 736 MW instalados na Ilha dos Pombos, Lajes e Nilo Peçanha. Grande parte dessa produção enviada à Guanabara.

C.B.E.E. : 30 MW em Alberto Tôrres e Areal
34 MW em São Gonçalo.

CELF : Usina Macabu com 21,40 MW.

Além disso, são produzidos cerca de 11,45 MW hidrelétricos e 11 MW de origem térmica, distribuídos - por várias micro-usinas instaladas no Estado.

Situação futura:

Hidroelétrica - Funil - 210 MW - a ser operada pelas Centrais Elétricas de Furnas.

Termelétrica - Campos - 30 MW - em vias de conclusão.

Hidrelétrica - Rosal - 100 MW - com 50 MW iniciais.

Haverá ainda fontes para compra de energia da Usina de Furnas e da Usina de Santa Cruz (GB), assim - que a frequência na região seja de 60 Hz.

Com a mudança de frequência na região da Guanabara e no Estado do Rio haverá também possibilidade - de compra na São Paulo Light quando esta, por sua vez, tiver demanda aliviada pelas Usinas de Urubupungá.

6 - Transmissão :

Atualmente existe uma linha em 230 kV que - traz energia de São Paulo para a Rio Light e várias outras de 132 kV e 88 kV que levam a energia ao Estado da Guanabara, e a algumas cidades do Estado do Rio. Há tam - bém uma linha de 138 kW da Usina de Ilha dos Pombos até a S.E. de Cascadura que, entretanto, vende energia ao Estado do Rio em sua Cidade. Esta energia já é apro - veitada em 138 kV pela nova linha Rio - Cidade-Teresópolis-Nova Friburgo-Macabu.

Temos um sistema de subtransmissão em 69 kV ou 34,5 kV bastante deficiente, com linhas na sua maioria de poste de madeira. Há também enorme deficiência no sistema de distribuição, não só no que se refere à quantidade e qualidade das linhas, como também pelo fato de ser realizada em tensões diversas, que dificul - ta a manutenção e a interligação.

Estão previstas as seguintes construções de li - nhas no Estado do Rio de Janeiro:

- Plano de expansão da Rio Light : (até 1970)
 - 144,5 km de linha em 132 kV
 - 80 km de linha em 25 kV
 - 75 km de linhas de distribuição com cerca de 7.500 kVA de capacidade.

- Plano de expansão da CELF : (até 1970)

Prolongamento da linha de 138 kV a Campos-Italva-Rosal.

Construção de várias linhas de 69 kV e 34,5 kV interligando municípios da região Leste-Norte.

Construção do Fecho Imbariê-Augusto Vieira-Te - sópolis, possibilitando a ligação com a linha de 345 kV que vem de Furnas.

Construção de linhas de distribuição num total de 950 km.

Há, ainda, a previsão de expansão de linhas da CBEE para Niterói, bem como a ligação Santa Cruz-Jacuecanga em 138 kV e Jacuecanga-Parati em 34,5 kV.

7 - Informações técnicas : -

- a) - A maioria das regiões do Estado opera em 50 Hz.
- b) - As tarifas de eletricidade são em geral consideradas caras pela população. Entretanto, êste dado refere-se mais à capacidade aquisitiva da população do que propriamente à ineficiência de exploração.
- c) - A regulação na maioria das linhas, mesmo nas que servem áreas bem desenvolvidas, não é boa.
- d) - As linhas da região litorânea, principalmente na região salineira, têm problemas com a formação de depósitos nos isoladores.
- e) - As comunicações telefônicas no Estado não são boas. A interligação de usinas e sistemas exige um sistema ótimo de comunicação para o despacho de carga.
- f) - O fator de carga na região Leste-Norte varia de 0,50.

2.2 Análise, interpretação e comparação dos dados acima para configurar concisa e precisamente, o fato social e/ou econômico existente, bem como para definir-lhe a amplitude e o grau de importância que apresenta na evolução da comunidade fluminense :

Analisando os fatos expostos no item anterior, e cuja enumeração constitui um resumo selecionado, podemos configurar o seguinte quadro:

1 - O fornecimento de energia elétrica em todo o Estado do Rio é deficiente em quantidade e qualidade, agravando-se o problema no sentido do menor tamanho das concessionárias. As pequenas e médias companhias não têm capacidade de melhorar os serviços.

2 - O incremento na produção e transmissão já está esquematizado até 1970 nos planos de expansão das grandes concessionárias. Faz parte dêste plano a absor-

ção gradual das pequenas companhias.

3 - O setor de distribuição, embora contempla do nos planos em tela, ainda deixará a desejar. Em determinadas regiões, as condições locais de desenvolvimento permitem imediata absorção da energia levada por novas rêsdes de distribuição. Em outras regiões, a energia não será, de imediato, totalmente aproveitada; entretanto, a construção de rêsdes se impõe como estímulo ao próprio consumo.

Podemos configurar como regiões de rápida absorção as compreendidas pelos municípios:

- a - Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaço
- b - Campos
- c - Niterói e São Gonçalo
- d - Cabo Frio
- e - Resende e cercanias.

No outro grupo podemos apontar a atual área de concessão das Cias. Ibero-Americana e Norte Fluminense.

4 - As condições paralelas de incentivo ao consumo de energia elétrica tais como estradas asfaltadas, boas comunicações, mercado de mão-de-obra, etc. são boas em certas regiões, razoáveis em outras e ainda incipientes em algumas.

III - CONCLUSÃO

3.1 Enumeração dos fatos configurados, segundo a amplitude e o grau de importância que lhes foram atribuídos.

Do exposto no item 2.2 concluímos que o Estado deve:

- a) - Incrementar a produção, transmissão e distribuição de energia.
- b) - Impor a melhoria das condições técnicas nos serviços já existentes.
- c) - Criar condições de incentivo ao consumo.

3.2 Soluções possíveis : (que eliminem os problemas sociais e/ ou econômicos enumerados acima).

A - Abertura de capital das emprêsas públicas e privadas, concessionárias de energia elétrica do Estado, com participação acionária dos usuários, com direito a voto.

B - Absorção das pequenas concessionárias, desinteressadas em investimentos novos em suas zonas de concessão, pelas empresas vizinhas que possam mais prontamente proporcionar bom atendimento ao andamento da energia elétrica.

C - Trabalho conjunto das concessionárias estatais e privadas, no sentido de promover amplo programa de eletrificação rural, de forma a possibilitar maior rendimento dos trabalhos agrícolas, e por conseguinte, proporcionar menor custo de produção.

D - Esfôrço conjunto das concessionárias estatais e privadas na execução de planos de expansão dos sistemas, permitindo atender plenamente ao crescimento da demanda.

3.3 - Sugestão sôbre a melhor solução a ser adotada

Considerando:

- 1) Dificuldade de obtenção de capitais no País;
- 2) Volume de investimentos a longo prazo a ser feito;
- 3) Complexidade da operação do sistema;
- 4) Dificuldade de comunicação nas condições atuais do Estado;
- 5) Necessidade urgente de padronização;
- 6) Responsabilidade de garantia de boa qualidade dos serviços;
- 7) Elevação do fator de carga na região (redução de capacidade ociosa);
- 8) Interêsse nacional;

Dentro destas soluções, recomendamos as seguintes medidas:

I - Apoiar a execução do "Plano Diretor de Eletrificação" elaborado pelas Centrais Elétricas Fluminenses S/A.

II- Promover a fusão das subsidiárias da CELF a fim de proporcionar melhor atendimento às comunidades existentes na zona de concessão dessa empresa.

III- Organizar apenas uma subsidiária da CELF com a finalidade exclusiva de atender as zonas rurais do Estado do Rio.

Essa subsidiária deverá ser organizada, com devidas adaptações ao Brasil, nos moldes da Rural Electrification Administration (REA) entidade norteamericana.

Assim já se fez nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

IV - Facilitar a implantação de indústrias consumidoras de energia que devem instalar-se em regiões indicadas pelo Estado. Isto se estende a outras organizações tais como, hotéis, frigoríficos, companhias de armazenamento, etc..

V - Recomendar seja dada ênfase aos problemas técnicos de interligação dos sistemas CELF - RIO LIGHT - CEMIG - FURNAS.

VI - Criar centros de formação tecnológica para pessoal de operação e manutenção de linhas, subestações e usinas. Estes centros deverão ser estabelecidos no interior, o que concorrerá para a fixação deste pessoal, próximo aos locais de emprego.

VII - Dedicar interêsse na mudança de frequência para 60 Hz., ao máximo

VIII- Auxiliar a CELF no seu plano de absorção de pequenas concessionárias.

IX - Estabelecer a padronização dos sistemas.

X - Promover a democratização do capital das concessionárias, formando sociedades de capital aberto.

9.0.- PRODUÇÃO EXTRATIVA

9.1. SILVICULTURA

II - DESENVOLVIMENTO

2.0.- Fatos sôbre a floresta fluminense

a) Extensão:

A floresta fluminense pode ser enquadrada, de acôrdo com o sistema universal de SCHIMPER & FABER, como uma "floresta tropical pluvial" (Tropical rainforest).

2. Essa floresta, outrora cobrindo áreas bem mais extensas, atualmente reveste uma faixa contínua situada ao longo das encostas marítimas da Serra do Mar e, em manchas remanescentes, existe nas encostas interioranas da Serra da Mantiqueira e nos vales e ravinas da grande rede hidrográfica fluminense.

3. A maior parte dos estudos que se fizeram sôbre os recursos naturais renováveis da Terra Fluminense, foram feitos no campo da Botânica Sistemática. Muitas das espécies, se não a maior parte delas, já foram descritas e identificadas, porém, o inventário florestal para fins econômicos, tem de ser realizado em vista da cata que vem sofrendo, em suas melhores madeiras, desde o descobrimento do País.

4. Da mesma forma, as informações geo-botânicas são falhas para permitirem uma definição precisa sôbre a vegetação em geral e, também, de suas subdivisões. Pode-se, no entanto, por analogia com outras áreas florestais semelhantes dos Estados vizinhos, onde a pressão predatória é de época mais recente, distinguir no Estado do Rio de Janeiro, a grosso modo, as seguintes áreas:

A faixa marítima, com sua flora característica, onde o MANGUEZAL apresenta pequenas colônias de arvoretas, com casca tanífera.

A chamada "baixada fluminense", onde as florestas foram devastadas na época do "ciclo da cana", apresenta colônias de finas árvores, nos locais encharcados, e capoeiras de árvores mais grossas, nos morrotes. Essas duas formações não têm expressão econômica, e, apenas, são fornecedoras de lenha e carvão para consumo local.

A grande faixa florestal das encostas da Serra dos Órgãos, da qual já foram retiradas as principais árvores fornecedoras de madeira-de-lei, continua a ser explorada nas suas áreas remanescentes. Essa floresta, quando situada na vertente virada para o mar, não poderá ser mais explorada por força de lei específica federal. Aí, fica situado o Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

A região interiorana, das encostas e vales do planalto, outrora revestida por luxuriante floresta, que foi devastada pelo "ciclo do café", apresenta atualmente isolados capoeirões, circundados por imensas áreas de pastagens pobres e raros campos de cultura.

As áreas do planalto, situadas acima de 1.000 metros, ainda com numerosas colônias florestais, remanescentes da antiga "floresta de laurales" que predominava nessas altitudes, apresentam uma paisagem de pequenas propriedades para veraneio, onde a mata existe, é, parcialmente, conservada. Esses remanescentes ainda sofrem catação de suas últimas árvores de porte.

As áreas altas do planalto, situadas acima dos 1.600 metros com os conhecidos "campos de altitudes", as chamadas "matinhas nebulares" e com as eventuais colônias de pinheiro-do-Paraná, estão hoje, protegidas por lei federal. Além disso, aí se encontra instalado o Parque Nacional do Itatiaia.

b) Composição:

5. Em geral, a vegetação arbórea fluminense, devido à variada fertilidade do seu solo, apresenta em média, altura menor do que, por exemplo: a das florestas da Amazônia, do norte do Espírito Santo e do Sul da Bahia. Vegetação comparável às duas últimas, encontra-se, somente, nas matas situadas nos solos aluviais dos grandes vales.
6. Considerando que as informações disponíveis a respeito das madeiras-de-lei do território fluminense, são li

mitadas, em vista de não existir registro de onde foram retiradas as árvores, é, evidentemente impossível descrever a composição da antiga floresta... Tudo que temos são dados sobre áreas cobertas pelas espécies que sobraram da primeira catação das serrarias e que, atualmente, por absoluta falta daquelas, passaram a ter valor comercial. Sabe-se por exemplo, que o "jequitibá" cresce nas encostas úmidas, juntamente com as "canelas". Já havia sido observado, que o "cedro" gosta de solos aluviais, também existindo nas encostas ensolaradas. Finalmente, conhece-se algo sobre a distribuição das leguminosas que não foram anteriormente exploradas.

7.- Sabe-se porém que a antiga Província do Rio de Janeiro, foi produtora de madeira para construção civil, onde o "cedro", a "peroba" e as "canelas" se destacaram das demais, pela qualidade.

8.- Não será difícil compreender o fato de que, em vista da extensão territorial do Estado do Rio de Janeiro que foi devastada, a reunião de dados concretos, necessários para um conhecimento da floresta fluminense, seria tarefa acima do alcance deste documento. Parece apenas possível fazer um inventário sucinto dos recursos naturais renováveis das áreas relacionadas.

Fatos sobre a utilização dos produtos de natureza florestal

a)- Situação da indústria madeireira:

9.- As serrarias do Estado, todas de pequeno porte, estão localizadas nas cidades e vilas situadas ao longo da Serra dos Órgãos e, outras, situadas na região do planalto. Onde se pode ver imediatamente que a maioria das serrarias abatem árvores de áreas florestais imunes de corte por força de legislação Federal. No entanto, devido ao pequeno volume serrado, que não tem expressão econômica para o Estado do Rio de Janeiro, a devastação anual para retirada de madeiras-de-lei é de menor importância e fácil de ser controlada, desde que se tenha uma polícia florestal aparelhada para aplicar o Código Florestal.

- 10.- O fato, também, de não existir outra força, senão a humana, para extração dos toros no lugar da derrubada das árvores a serem transportadas até às estradas, o fornecimento daqueles às serrarias é desorganizado, incerto e bastante oneroso.
- Em consequência, as espécies já conhecidas no mercado a maior parte das vezes, não podem competir com as que são importadas de outros Estados, o que facilita ainda mais o controle das derrubadas.
- 11.- Um outro resultado da falta de organização na exploração madeireira, é que as serrarias existentes no Estado já perderam toda a relação geográfica com as suas áreas de abastecimento legal, e com as operações de extração de madeira espalhadas por enormes distâncias, motivo pelo qual as dificuldades de uma verdadeira "exploração florestal" no Estado do Rio de Janeiro pode ser considerada anti-econômica e desaconselhada socialmente.
- 12.- O princípio geral do emprego anti-social do trabalho humano na extração de madeira e as variações dessa modalidade de trabalho, são mera modificação imposta pelas dificuldades econômicas e peculiares da topografia adversa.
- 13.- No caso normal, as árvores são abatidas a machado e divididas em toros de 4 metros ou ainda menores, conforme o comprimento do tronco da árvore derrubada, os quais são rolados até à estrada utilizada pelos caminhões de transporte da Serraria. No caso de ser impossível o rolamento das árvores, por dificuldades topográficas, os toros são desdobrados, manualmente, em peças chamadas "cossueiras" que são por sua vez transportadas a braço até os caminhões.
- 14.- Em todas as fases, o problema da exploração madeireira, exige completa modernização dos métodos e processos de extração e do dispêndio antecipado de enorme capital. Isso não poderá ser considerado, senão, depois de haver certeza de que existem madeiras-de-lei em quantidades suficientes, que justifiquem o empate de capital necessário à sua exploração. É, por conseguinte necessária a providência preliminar, como aliás na maioria dos empreendimentos agro-industriais, do estabelecimento de um servi-

ço de avaliação e levantamento da riqueza florestal, não protegida por lei federal ou mesmo estadual, que poderá ser explorada tècnicamente no território fluminense.

b)-Situação da exploração da lenha e do carvão:

- 15.- Não há propósito, no momento, de tratar desta questão em detalhe, uma vez que qualquer planejamento econômico de uma exploração florestal requer o aproveitamento integral da madeira cortada, o que implicaria na exploração da lenha e do carvão como complemento da extração da madeira-de-lei.
- 16.- Presentemente, nada está sendo feito com o fim de organizar suprimentos de lenha e carvão aos grandes consumidores, que são as "olarias e cerâmicas" da baixada fluminense e as "aceiarias" do vale do Paraíba.
- 17.- No caso fluminense, como em outras regiões do Brasil, a lenha e o carvão fazem parte do atrazo sócio-econômico do agricultor que, no preparo de suas roças, aproveita da derrubada, algumas árvores que sobram da primeira queimada.
- 18.- O mercado é também suprido pela atividade eventual e incerta de lenhadores e carvoeiros que dependem de financiadores, em geral Oleiros, para adquirirem as matas, e, assim, explorá-las em regime de "parceria" com os donos da terra.
- 19.- É no reflorestamento, no entanto, que reside a grande esperança de se poder fazer um planejamento sócio-econômico, para o fornecimento de matéria prima florestal à indústria, desde a lenha, o carvão e a madeira, até a pasta para papel.

II - CONCLUSÃO

a)-Generalidade.

- 20.- A propalada vegetação "luxuriante" das florestas tropicais úmidas, deu origem a uma literatura volumosa e um tanto fantasiosa no que se refere às possibilidades econômicas da terra fluminense. A evidência mais significativa dêsse falaz valor agrícola, reside no vale do rio Paraíba, onde a má utilização do solo e, conseqüente, rápida lixiviação das bases solúveis, transformou a então rica terra florestal, em um composto variável de hidróxido de ferro e alumínio que, na última fase da laterização, não mais oferece nenhum elemento assimilável pelas plantas.

21. - Embora, a ciência da utilização dos solos pobres em regiões temperadas tenha progredido muito nos últimos anos, a recuperação das condições químicas das terras lixiviadas, exigiria a aplicação cuidadosa de fertilizantes, tanto para fornecer os elementos indispensáveis às plantas, como também para evitar a degeneração eventual pela falta de cobertura vegetal do solo.
22. - O capital necessário a essa recuperação, no entanto, não conduz a otimismo exagerados, ainda mais que a lixiviação e a erosão, que apenas seriam atenuadas, continuariam a afetar as terras expostas. Nessas circunstâncias, o uso científico e continuando da terra tropical se torna um problema muito mais difícil, especialmente porque, em relação a êle, não existem dados ainda suficientes. Assim sendo, o reflorestamento ainda é o mais aconselhável para uma utilização racional das terras já laterizadas do Estado do Rio de Janeiro.

b)-Recomendações para a exploração da floresta nativa.

23. - O melhoramento das condições atuais do aproveitamento das florestas nativas do Estado, depende, portanto, da transformação dos métodos sócio-econômico de exploração e boa utilização dos recursos naturais, sejam renováveis ou não.
24. - Nesta época de extraordinário progresso técnico, a solução do problema da extração das madeiras-de-lei, ainda está na dependência do aproveitamento integral da floresta, o que torna de mínima significação a tão propalada diversidade das espécies florestais das "zonas tropicais", --- quando consideradas como fonte econômica de energia e calor. É, também, a única solução viável que se apresenta para as matas nativas do Estado, ainda mais que se pode aproveitar as chamadas madeiras brancas para pasta de papel, devido à baixa porcentagem de volume de madeiras-de-lei aproveitável por unidade de área.
25. - Baseando-nos num levantamento geral das perspectivas do mercado madeireiro do Estado, que vive quasi que exclusivamente de importações, podemos concluir que um aumento substancial da extração de madeira-de-lei, poderia ser facilmente absorvido a preços bastante competitivos, desde que os sub-produtos (como lenha, carvão e pasta para papel) fôsem integralmente utilizados.
26. - A fim de estudar a viabilidade econômica dêsse objetivo, a

presentamos a seguinte sugestão:

Criação de um serviço para interpretação dos levantamentos aerofotogramétricos e trabalhos correlatos tais como: o de inventário florestal e o mapeamento dos recursos naturais renováveis do Estado.

c)-Recomendação para a indústria que utiliza produtos e sub-produtos de origem florestal.

27.- O hábito de quatro séculos de uma economia madeireira de cata e agrícola de devastação, impôs, aos nossos trabalhadores rurais, uma filosofia de migração, sempre a trás das chamadas "terras virgens" para fazerem suas plantações e comercializarem os produtos florestais. Assim, pouca contribuição poderá advir da atual indústria, acostumada que foi a consumir, durante dezenas de anos, êsses produtos florestais em quantidades incertas e, atualmente, anti-econômicas, pelas distâncias cada vez maiores de suas fontes de abastecimento.

28.- Considerando, então, as condições dessa indústria, duas sugestões aqui se impõem:

1a. Instruir as indústrias, por meio de todos os veículos de informações do Estado, sob as enormes vantagens da Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966, que dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais (Anexo I)

2a. Impor à indústria um prazo fatal para o cumprimento do artigo 20 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, -- que diz textualmente:

Art. 20 - As emprêsas industriais que, por sua natureza, consumirem grandes quantidades de matéria-prima florestal, serão obrigadas a manter, dentro de um raio em que a exploração e o transporte sejam julgados econômicos, um serviço organizado, que assegure o plantio de novas áreas, em terras próprias ou pertencentes a terceiros, cuja produção, sob exploração racional, seja equivalente ao consumido para o seu abastecimento.

Parágrafo único - O não cumprimento do disposto neste artigo, além das penalidades previstas neste Código, -- obriga os infratores ao pagamento de multa equivalente a 10% do valor comercial da matéria-prima florestal nativa consumida além da produção da qual participe.

d) Recomendação para o reflorestamento.

29. É evidente que o maior incentivo ao reflorestamento, reside na Lei nº 5.106 (Anexo I), que, irá, não temos a menor dvida, implantar no País uma verdadeira concientizao florestal ligada  iniciativa privada.

30. No entanto, na regulamento da referida lei (Anexo II), o legislador impo ao Estado certas condições de ordem técnico-científicas.

31. Contudo, o que conhecemos sobre silvicultura tropical, base para qualquer empreendimento florestal, tem origem nos países de clima temperado, onde a experiência milenar nos permite conhecimentos e raciocínios não tropicais.

32. Existem,  evidente, espécies brasileiras em condições de serem usadas num reflorestamento, pois, em tese, num país tropical (onde a energia solar  exercida sobre as plantas durante os 365 dias do ano), o desenvolvimento vegetativo da árvore  muito mais rápido e, assim, economicamente mais vantajosa sua exploração. Porém, existem outros fatôres que impedem, ou pelo menos impediram até hoje, o aproveitamento das árvores brasileiras em empreendimentos florestais de vulto.

33. Dstes fatôres, além do principal que foi saneado pela Lei nº 5.106, os que precisam de solução, por iniciativa governamental, são os seguintes:

A maioria das árvores tropicais utilizadas pelo homem são umbrófilas, isto , requerem sombra e grande umidade atmosférica (que soamente o ambiente de uma floresta pode proporcionar) nos primeiros anos de vida. Exemplificando - as "canelas", o "cedro", o "jequitibá", etc.

A maioria das espécies não são precárias, pois quando apresentam tal comportamento são aproveitadas em reflorestamentos experimentais. Exemplificando - o "jacaré", etc.

A maioria das madeiras-de-lei tropicais são de carne dura, o que impede uma aplicação industrial vantajosa que venha a fazer frente  exploração das reservas nativas existentes.

34. Daí, sugerimos que o Estado crie, junto a algum Campo Experimental, um serviço de "pesquisas florestais" que seja capaz de, a curto prazo, informar aos investidores, quais as espécies arbóreas mais indicadas para cada caso particular, e, a longo prazo aconselhar sôbre o modo mais indicado de se proceder a um reflorestamento de espécies nativas.

d) Recomendação sôbre reservas florestais

35. Como vimos, mais atrás, no Estado do Rio de Janeiro, existem dois Parques Nacionais, o da Serra dos Órgãos e o de Itatiaia, ambos de iniciativa Federal que suprem satisfatoriamente a finalidade turística internacional e, principalmente, a nacional.

36. Não temos conhecimento de nenhuma outra reserva federal ou estadual, no Estado do Rio de Janeiro. Daí sugerimos que se estude a possibilidade de se criar uma ou mais "florestas nacionais", com a finalidade de proporcionar uma pronta e eficiente exploração racional das madeiras-de-lei, e, também, para fornecer em futuro próximo, aos técnicos, o campo experimental indispensável às pesquisas florestais.

A N E X O - I

Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966, que dispõe sôbre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

Art. 1 - As importâncias empregadas em florestamento ou reflorestamento poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas, residentes ou domiciliadas no Brasil, atendidas as condições estabelecidas na presente lei.

§ 1 - As pessoas físicas poderão abater da renda bruta as importâncias comprovadamente aplicadas em reflorestamento ou florestamento e relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto fôr devido, observado o disposto no art. 9 da Lei nº 4.506 de 30 de novembro de 1964.

§ 2 - No cálculo do rendimento tributável previsto no art. 53 da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, não se computará o valor das reservas florestais, não exploradas ou em formação.

- § 3 - As pessoas jurídicas poderão descontar do impôsto de renda que devem pagar, até 50% do valor do impôsto, as impôr tâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou re florestamento, que poderão ser feitas com essências florestais, árvores frutíferas, árvores de grande porte e relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o impôsto fôr devido.
- § 4 - O estímulo fiscal previsto no parágrafo anterior poderá ser concedido cumulativamente com os de que tratam as Leis nº 4.216 de 6 de maio de 1963 e 4.869 de 1º de dezembro de 1965, desde que não ultrapassem, em conjunto, o limite de 50% do impôsto de renda devido.
- Art. 2 - As pessoas físicas ou jurídicas só terão direito ao abatimento ou desconto de que trata êste artigo desde que:
- a) realizem o florestamento ou reflorestamento em terras de que tenham justa posse, a título de proprietário, usufruários, ou detentores do domínio útil de que, de outra forma, tenham o uso, inclusive como locatários ou comodatários.
 - b) tenham seu projeto previamente aprovado pelo Ministério da Agricultura, compreendendo um programa de plantio anual mínimo de 10.000 árvores.
 - c) o reflorestamento ou florestamento projetados possam, a juízo do Ministério da Agricultura, servir de base à exploração econômica ou à conservação do solo e dos regimes das águas.
- Art. 3 - Os dispêndios correspondentes às quantias abatidas ou descontadas pelas pessoas físicas ou jurídicas, na forma do art. 1º desta Lei, serão comprovados junto ao Ministério da Agricultura, de cujo reconhecimento depende a sua regularização, sem prejuízo da fiscalização específica do impôsto de renda,
- Art. 4 - Para fins da presente lei, entende-se como despesas de florestamento e reflorestamento aquelas que forem aplicadas diretamente pelo contribuinte ou mediante a contratação de serviços de terceiros, na elaboração do projeto técnico, no preparo das terras, na aquisição de sementes, no plantio, na produção, na vigilância, na administração de viveiros e florestas e na abertura e conservação de caminhos de serviços.

Art. 5 - Ficam revogados os art. 38 e seus § 1º e 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e o art. 49 e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 4.862, de 20 de novembro de 1965.

Art. 5 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

-o-o-

-o-

-

9.0 - PRODUÇÃO EXTRATIVA9.2 - MINERAÇÃO EM GERALII - Desenvolvimento2.0 - Posição do tema (sub-tema) na conjuntura sócio-econômica do Estado do Rio de Janeiro:

A Produção Extrativa é um fator de desenvolvimento. Temos, no País, os exemplos dos Estados de Minas Gerais e Santa Catarina. Da Produção Extrativa se originam as matérias-primas das indústrias. E o desenvolvimento industrial se traduz no progresso de uma comunidade. Nunca podemos deixar de ter em mente:

PRODUÇÃO EXTRATIVA---matéria prima---indústria---progresso. A Produção Extrativa não apresenta no momento, conforme dados que se seguem, significado sócio-econômico para o Estado do Rio, o que é paradoxal para um Estado rico em recursos minerais.

"O Estado do Rio tem um papel pioneiro a desempenhar na vida nacional e a sua emancipação econômica depende da indústria de transformação de minérios, tal a riqueza das suas reservas no campo das indústrias extrativas".

2.1 - Dados estatísticos e informativos referentes ao tema.

Para analisar e fixar a Produção Extrativa no Estado do Rio, recorreremos às seguintes fontes:

- Documento Municipal;
- Quadro de avaliação das informações;
- I.B.G.E. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística);
- D.E.E. (Departamento Estadual de Estatística);
- Sindicato da Indústria Extrativa de Mármore, Calcários e Pedreiras do Estado do Rio;
- Mineradores;
- dados dos geólogos Sylvio Fróes de Abreu e Raimundo Patury; tendo dessa documentação sido extraído o seguinte:

a) No Estado do Rio existem aproximadamente quinhentos de cretos de pesquisa e lavra, referentes aos seguintes recursos minerais:

1 - Areia	12 - Dolomita
2 - Argila	13 - Feldspato
3 - Baritina	14 - Gipsita
4 - Bauxita	15 - Grafita
5 - Berilo	16 - Mármore
6 - Calcário	17 - Quartzito
7 - Calcedônea	18 - Quartzo
8 - Calcita	19 - Silex
9 - Cauline	20 - Talco
10 - Conchas Calcárias	21 - Vermiculite
11 - Diatomita	22 - Zirconita

b) Os Recursos Minerais que podem ser encontrados no nosso Estado são os seguintes:

1 - Areia	15 - Grafita
2 - Argila	16 - Mármore
3 - Baritina	17 - Quartzo
4 - Bauxita	18 - Zirconita
5 - Berilo	19 - Gnaiss
6 - Calcário	20 - Sal (marinho)
7 - Calcedônea	21 - Água Mineral
8 - Calcita	22 - Manganês
9 - Cauline	23 - Turfa
10 - Conchas Calcárias	24 - Linhito
11 - Diatomita	25 - Molibdênio
12 - Dolomita	26 - Níquel
13 - Feldspato	27 - Alumínio
14 - Gipsita	28 - Magnésio
	29 - Titânio
	30 - Tório
	31 - Amianto
	32 - Pedras Coradas

c) Relação das Indústrias extrativas de produtos minerais, existentes no Estado do Rio:

M U N I C I P I O	Nº de estabelecimentos		Pessoal ocupado em 1965 - Valor em Cr\$ 1.000	
	31.12.65			
1. Angra dos Reis.....	2	5		6.111
2. Araruama	46	165		595.522
3. Barra do Pirai	1	23		65.000
4. Barra Mansa	2	20		144.984
5. Bom Jardim	-	-		-
6. B. Jesus Itabapoana	1	5		1.460
7. Cabo Frio	37	627		766.346
8. Cachoeiras de Macacu ...	-	-		-
9. Cambuci	-	-		-
10. Campos	16	84	98.318.291	
11. Cantagalo	1	16		2.903
12. Carmo	-	-		-
13. Casimiro de Abreu	-	-		-
14. Conceição de Macabu	-	-		-
15. Cordeiro	-	-		-
16. Duas Barras	-	-		-
17. Duque de Caxias	3	118		282.519
18. Engº Paulo de Frontin ..	-	-		-
19. Itaboraí	-	-		-
20. Itaguaí	5	28		170.419
21. Itaocara	1	5		826
22. Itaperuna	-	-		-
23. Laje do Muriaé	-	-		-
24. Mendes	-	-		-
25. Macaé	3	24		98.857
26. Magé	6	17		118.162
27. Miguel Pereira	-	-		-
28. Mangaratiba	-	-		-
29. Maricá	3	8		109.314
30. Miracema	-	-		-
31. Natividade de Carangola ..	-	-		-
32. Nilópolis	-	-		-
33. Nova Friburgo	2	53		167.714
34. Nova Iguaçu	14	163		1.014.003
35. Niterói	-	-		-
36. Paracambi	4	19		115.681
37. Paraíba do Sul	1	2		600
38. Parati	-	-		-
39. Petrópolis	2	24		64.712
40. Pirai	-	-		-
41. Porciúncula	1	3		6.557
42. Resende	-	-		-
43. Rio Bonito	-	-		-
44. Rio Claro	1	60		65.798
45. Rio das Flôres	-	-		-
46. Sta. Maria Madalena	-	-		-
47. Sto. Antônio de Pádua ..	-	-		-
48. São Fidélis	1	3		2.000
49. São Gonçalo	-	-		-
50. São João da Barra	1	53		72.832
51. São João de Meriti	-	-		-
52. São Pedro d'Aldeia	16	163		272.954
53. São Sebastião do Alto ..	-	-		-
54. Sapucaia	-	-		-
55. Saquarema	2	4		4.480
56. Silva Jardim	-	-		-

M U N I C I P I O	Nº de estabelecimentos		Prod. em
	31.12.65	Pessoal ocupado em 31.12.65	1965 - Valor Cr\$ 1.000
57: Sumidouro	-	-	-
58: Teresópolis	-	-	-
59: Trajano de Moraes	-	-	-
60: Três Rios	1	3	16.960
61: Valença	1	61	206.452
62: Vassouras	-	-	-
63: Volta Redonda	6	65	277.809
T O T A L	180	1.821	102.969.295

d) Indústrias de Transformação.Minerais não metálicos:

M U N I C I P I O	Nº de estabelecimentos		Prod. em
	31.12.65	Pessoal ocupado em 31.12.65	1965 - Valor Cr\$ 1.000
1: Angra dos Reis	-	-	-
2: Araruama	23	129	521.670
3: Barra do Pirai	6	173	549.908
4: Barra Mansa	8	258	1.500.952
5: Bom Jardim	3	32	82.602
6: B. Jesus Itabapoana	5	13	47.929
7: Cabo Frio	2	26	36.500
8: Cachoeiras de Macacu	2	12	21.506
9: Cambuci	4	16	15.793
10: Campos	131	1.270	12.002.071
11: Cantagalo	3	18	44.785
12: Carmo	1	2	516
13: Casimiro de Abreu	2	5	8.400
14: Conceição de Macabu	3	9	13.858
15: Cordeiro	5	13	42.492
16: Duas Barras	4	10	6.916
17: Duque de Caxias	24	319	1.617.788
18: Engº Paulo de Frontin	2	8	11.335
19: Itaboraí	76	703	1.594.454
20: Itaguaí	6	171	185.210
21: Itaocara	6	27	12.005
22: Itaperuna	7	29	36.083
23: Laje do Muriaé	3	3	4.547
24: Mendes	3	34	27.124
25: Macaé	6	21	52.256
26: Magé	6	49	114.429
27: Miguel Pereira	3	15	29.082
28: Mangaratiba	2	2	4.206
29: Maricá	5	109	141.994
30: Miracema	8	24	62.065
31: Natividade de Carangola	2	2	1.159
32: Nilópolis	5	32	346.842
33: Nova Friburgo	13	149	362.404
34: Nova Iguaçu	42	750	2.106.938
35: Niterói	20	379	1.591.055
36: Paracambi	2	17	16.285
37: Paraíba do Sul	14	375	1.493.953
38: Parati	1	3	4.425
39: Petrópolis	28	179	574.230
40: Pirai	6	307	1.260.092

M U N I C Í P I O	Nº de estabelecimentos	Pessoal ocupado em 31.12.65	Prod. em 1965 - Valor em Cr\$ 1.000
41. Porciúncula	3	7	7.746
42. Resende	7	151	385.780
43. Rio Bonito	32	198	307.845
44. Rio Claro	1	3	4.200
45. Rio das Flores	-	-	-
46. Stª Maria Madalena	1	-	511
47. Stº Antônio de Pádua	5	12	38.485
48. São Fidelis	3	10	7.600
49. São Gonçalo	50	2.198	44.648.138
50. São João da Barra	-	-	-
51. São João de Meriti	8	154	757.697
52. São Pedro d'Aldeia	9	88	179.614
53. São Sebastião do Alto	-	-	-
54. Sapucaia	2	18	28.975
55. Saquarema	11	27	34.748
56. Silva Jardim	1	4	3.668
57. Sumidouro	-	-	-
58. Teresópolis	6	51	202.405
59. Trajano de Moraes	-	-	-
60. Três Rios	26	538	1.425.719
61. Valença	2	43	91.124
62. Vassouras	17	250	238.489
63. Volta Redonda	8	362	9.944.180
T O T A L	684	9.807	84.852.893

- e) Os municípios quase que na sua totalidade desconhecem a produção extrativa.
- f) Existem, no Estado, indústrias localizadas dentro de centros de mineração que importam matéria-prima de 300 a 400 Km de distância, e de outros Estados, pelo fato do beneficiamento não ser aqui feito por falta, principalmente, de energia e vias de acesso.
- g) As minas cativas são em grande número. As indústrias a proveitam a paralisação das minas, adquirindo-as ou fazendo contratos a longo prazo com os proprietários do solo; mediante tal artifício, praticamente fecham-nas, mantendo unicamente o funcionamento de poucas, ou uma baixa produção, a fim de suprir a indústria.
O Estado do Rio torna-se assim depósito inesgotável dessas indústrias.
- h) O fundo de mineração ainda não foi empregado no Estado do Rio.
- i) Para a produção extrativa há falta de energia e vias de comunicação.

- j) A ajuda a ser feita ao minerador, para que êle possa se fixar na mina, deve ser pelo arrendamento de equipamentos.
- k) As lagoas existentes no litoral fluminense - fontes inesgotáveis de recursos, ainda não foram pesquisadas.
- l) A exploração dos recursos minerais existentes no subsolo fluminense sempre se processou sem planejamento.
- m) As autoridades governamentais do Estado nunca coordenaram as atividades extrativas.
- n) Não há estímulo à produção extrativa, devido à falta de:
 - ENERGIA,
 - VIAS DE ACESSO, e
 - EQUIPAMENTOS.

2.2 - Análise, interpretação e comparação dos dados acima, para configurar, concisa e precisamente, o fato social ou econômico existente, bem como para definir-lhe a amplitude e o grau de importância que apresenta na evolução da comunidade fluminense:

Ao se rever o que foi exposto em 2.1., podemos resumir o que achamos de mais importante:

- a) No Estado do Rio a produção extrativa é incipiente.
- b) É preciso que o minerador seja servido com:
 - ENERGIA,
 - VIAS DE ACESSO, e
 - EQUIPAMENTOS.

III - CONCLUSÃO

3.1 - Enumeração dos fatos configurados, segundo a amplitude e o grau de importância que lhe foram atribuídos.

As autoridades governamentais devem:

- a) Coordenar as atividades relacionadas com os Recursos Minerais Fluminenses, a fim de incentivar a produção, o beneficiamento, distribuição interna e externa, incrementando o consumo de modo econômico e racional.
- b) Deverá também supervisionar as atividades de pesquisa, lavra, beneficiamento, transporte, distribuição e consumo das matérias-primas da produção extrativa.

- c) Todo e qualquer projeto de energia e vias de acesso de verá levar em conta os centros de mineração existentes no Estado.

3.2 - Soluções possíveis: (que eliminam os problemas sociais e/ou econômicos enumerados acima)

- a) Solução a curto prazo: - O Estado deverá criar uma Patrulha de Mineração como auxílio de emergência, composta de equipamentos (tratores, compressores, caminhões basculhantes e pás carregadoras) - com supervisão do Sindicato da Indústria Extrativa de Mármore, Calcário e Pedreiras do Estado do Rio - Mineradores.
- b) Solução a longo prazo: - O Estado deverá coordenar com o Sindicato da Indústria Extrativa de Mármore, Calcários e Pedreiras do Estado do Rio a intensificação de estudos para o descobrimento de novas jazidas, comprovando volumes e qualidades até se chegar ao uso correto de todos os nossos recursos minerais. O mercado interno e externo seriam paulatinamente examinados, ficando o minerador fixado na mina com o problema da extração.

3.3 - Sugestão sôbre a melhor solução a ser adotada:

Considerando as duas soluções, a curto e a longo prazo, conjugando-as, seria confeccionado um Plano de Coordenação das Atividades Relacionadas com os Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro, para supervisionar as atividades de pesquisa, lavra, beneficiamento, transporte e distribuição e consumo dos nossos recursos minerais, idêntico ao Plano Nacional do Carvão -, cujas despesas iriam correr por conta de FUNDO DE MINERAÇÃO.

-o-o-

--o--

-